EMILSON DOS REIS

DA REVELAÇÃO ATÉ OS DIAS DE HOJE



edição revista e ampliada

UNASPRESS

EMILSON DOS REIS

American Americ

DA REVELAÇÃO ATÉ OS DIAS DE HOJE



edição revista e ampliada

UNASPRESS

UNASPRESS

Imprensa Universitária Adventista

Editor:

Rodrigo Follis

Editor Associado:

Felipe Carmo

Conselho Editorial:

José Paulo Martini, Afonso Cardoso, Elizeu de Sousa, Francisca Costa, Adolfo Suárez, Emilson dos Reis, Rodrigo Follis, Ozéas C. Moura, Betania Lopes, Martin Kuhn

A Unaspress está sediada no Unasp, campus Engenheiro Coelho, SP.

Editoração:

Rodrigo Follis, Felipe Carmo

Revisão:

Matheus Cardoso, Thiago Basílio

Normatização:

Elyssandro Carvalho, Giulia Pradela

Programação visual:

Edimar Veloso

Capa:

Jônathas Sant'Ana

Todos os direitos reservados para a Unaspress. Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

Editora associada:





Reis, Emilson dos

Introdução geral à Bíblia : da revelação até os dias de hoje / Emilson dos Reis. -- 4. ed. -- Engenheiro Coelho, SP : Unaspress - Imprensa Universitária Adventista, 2016.

ISBN 978-85-8463-038-7

1. Bíblia - Introduções 2. Teologia - Estudo e ensino I. Título..

CDD: 220.61

16-00603

Endereço

Caixa Postal 88 – Reitoria Unasp Engenheiro Coelho, SP CEP 13.448-900

Tel.: (+55 19) 3858-5222 / (+55 19) 3858-5221

www.unaspress.com.br

SUMÁRIO

Introdução

Revelação

Elementos da revelação Características da revelação

Revelação geral

A natureza A consciência A história

Revelação especial

Bíblia Jesus Cristo Milagres Revelações feitas pelos verdadeiros milagres Outros meios

Inspiração

Teorias sobre a inspiração Elementos da inspiração

lluminação

Ferramentas para a compreensão da Bíblia Diretrizes para a correta interpretação da Bíblia Métodos de estudo da Bíblia

Origem da escrita

Hieróglifos Cuneiformes Alfabeto

Os escritos antigos

Materiais usados para escrever Formato dos livros Pontuação Divisão da Bíblia em capítulos e versículos

As línguas originais da Bíblia

Hebraico Aramaico Grego

A transmissão do texto bíblico

Bíblia Autógrafos Massoretas Variantes Manuscritos do Mar Morto

A formação do cânon

Cânon do Antigo Testamento Cânon do Novo Testamento Livros perdidos

Livros não canônicos

Livros apócrifos Livros pseudepígrafos Talmude

A tradução da Bíblia

Problemas de tradução Traduções antigas Traduções modernas

A divulgação da Bíblia

Imprensa

Sociedades bíblicas Gideões internacionais

A crítica da Bíblia

Crítica textual Crítica literária Crítica histórica

Livros da Bíblia

Antigo Testamento Novo Testamento

Considerações finais

Apêndice A: Panteísmo

Apêndice B: A tradição

Apêndice C: Deísmo

Apêndice D: Declaração de Chicago sobre a inerrância da Bíblia

Uma breve declaração Artigos de afirmação e negação

Referências

Dedicatória

Dedico esta obra à: Irani, Thompson, Meire, Theo e Taylor.

INTRODUÇÃO

Esta obra tem como propósito introduzir o leitor no mundo da teologia cristã. Seu enfoque é mostrar como a Bíblia foi escrita e como ela chegou até nós. Os primeiros capítulos tratam da revelação — a doutrina básica do cristianismo — e analisam as principais maneiras pelas quais Deus tem se revelado desde a criação do ser humano. O capítulo inicial define e explica o fenômeno da revelação, apontando seu objetivo, importância, conteúdo, limites e suficiência. Nele, o cristianismo é visto essencialmente como religião revelada.

Na sequência, o estudo segue a clássica divisão de revelação: geral e especial. Nele, são indicados os meios pelos quais Deus se dá a conhecer através da revelação geral, que não está limitada por tempo ou lugar, mas alcança a todas as pessoas. São discutidos alguns exemplos de maravilhas encontradas na natureza, o testemunho da antropologia e da psicologia sobre a religiosidade do homem e informações que indicam a atuação divina na história.

A abordagem da revelação especial — que nos alcança por meio dos atos sobrenaturais de Deus — traz um tópico inicial sobre a Bíblia: sua origem, unidade, desenvolvimento e finalidade, e segue mostrando como ela reitera, clarifica e suplementa as verdades ensinadas pela revelação geral, além de testificar a respeito do Filho de Deus, que foi a mais completa e perfeita revelação do Pai. São apresentados ainda outros meios especiais pelos quais Deus se revelou a nós.

O estudo do fenômeno da inspiração das Escrituras é definido e exemplificado, e são analisadas algumas das teorias mais conhecidas que buscam explicá-lo. Há também uma seção que trata do conceito da iluminação, onde se discorre sobre os instrumentos, procedimentos e métodos que podemos utilizar a fim de compreendermos o texto bíblico. Os capítulos seguintes tratam da história da composição, canonização, transmissão, tradução e difusão dos escritos bíblicos e dos objetivos e critérios empregados pela crítica bíblica. Também são considerados com brevidade algumas obras não canônicas relacionadas à Bíblia (os apócrifos,

os pseudepígrafos e o Talmude), e estudam-se as regras elementares da hermenêutica geral.

O capítulo final inclui informações a respeito dos principais eventos da história de Israel, o que certamente muito contribuirá para a compreensão do texto sagrado. São apresentados também os temas centrais de cada um dos 66 livros que formam o AT e o NT. Almejamos que o estudo destas páginas seja muito benéfico ao leitor, aumentando seu entendimento da revelação e seu apreço e confiança nas Sagradas Escrituras.

REVELAÇÃO

A palavra "revelar" significa tirar a cobertura, ou seja, descobrir, desvendar, tornar conhecido o que se achava encoberto. No contexto teológico, indica que Deus achou por bem revelar-nos algo a respeito de seu caráter e de suas atividades — o que Ele fez, faz e fará.

Elementos da revelação

Ao buscarmos compreender a revelação, devemos considerar alguns elementos.

O revelador

Antes de tudo, há um revelador: Deus. Tudo o que sabemos sobre Ele, em primeira instância, não é resultado de nossa inteligência, pesquisa ou esforço, mas de seu desejo de tornar-se conhecido, de sua obra reveladora. Se Ele não tivesse se revelado, pouco ou nada saberíamos a seu respeito.

Através de toda a Escritura, Deus se apresenta como revelador. Por meio de Amós, Ele assegurou, assim, que "não fará coisa alguma, sem ter *revelado* o seu segredo aos seus servos, os profetas" (Am 3:7, grifo nosso). Quando Deus mostrou a Nabucodonosor um esboço da futura história mundial e do que sucederia nos últimos dias, o rei reconheceu que Ele era "o *revelador* dos mistérios" (Dn 2:47, grifo nosso). Quando Pedro respondeu a pergunta de Cristo, declarando ser Ele o Filho do Deus vivo, Jesus lhe disse que essa verdade a respeito de sua divindade não lhe fora revelada por qualquer ser humano, mas pelo Pai, que está nos Céus (Mt 16:15-17). Paulo, por sua vez, discorrendo a respeito do evangelho por ele anunciado, disse: "Não o recebi de homem algum, nem me foi ensinado; mas o recebi por *revelação* de Jesus Cristo" (Gl 1:11-12, grifo nosso).

Desde os tempos do AT, as Escrituras repetidamente declaram que Deus fala. Quando Arão e Miriã se voltaram contra Moisés, por exemplo, ouviram Deus dizer: "Se entre vós houver profeta, Eu, o Senhor, a ele me farei conhecer em visão, em sonhos *falarei* com ele. Mas não é assim com o meu

servo Moisés, que é fiel em toda a minha casa: *boca a boca falo* com ele, claramente e não em enigmas" (Nm 12:6-8, grifo nosso). No tempo dos juízes, quando as visões não eram frequentes, por quatro vezes seguidas o Senhor chamou Samuel e, quando este finalmente atendeu, ouviu Deus lhe falar (1Sm 3:1-14). Isaías também testificou: "O Senhor dos exércitos *revelou-se aos meus ouvidos*" (Is 22:14), e o autor de Hebreus afirmou que "havendo *Deus antigamente falado muitas vezes*, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias *a nós nos falou pelo Filho*" (Hb 1:2, grifo nosso).

O conteúdo

Em segundo lugar, sempre que Deus se revela, há um conteúdo. É evidente que ao falar Deus transmite informações, verdades e doutrinas. Desde o início, no próprio Éden, Deus transmitiu ao homem informação a respeito da árvore proibida e, ao mesmo tempo, o advertiu sobre o resultado da desobediência (Gn 2:15-17). A revelação divina não é meramente uma reunião, um encontro, um relacionamento entre Deus e o ser humano, depois do qual este expõe uma reflexão pessoal do que imaginou ou sentiu — uma interpretação puramente humana e, por vezes, falha. A revelação de Deus possui um conteúdo. É revelação de alguma coisa e, sobretudo, de alguém. Portanto, quando os escritores bíblicos anunciam a "Palavra do Senhor", eles não estão simplesmente comunicando reflexões pessoais do fenômeno da revelação que experimentaram, mas sim o que Deus lhes revelou (DEDEREN, 1974, p. 10). O cristianismo sempre se considerou uma religião revelada, "e revelação divina era formalmente definida como a comunicação sobrenatural de verdades em forma proposicional" (DEDEREN, 1974, p. 1). Verdades essas cujo objetivo era dar aos seres humanos o conhecimento de Deus e de seu Filho de tal modo que os conduzisse à salvação (Jo 17:3) e à perfeição (2 Tm 3:16-17).

Os instrumentos

Da mesma forma, há os instrumentos de revelação, os diversos meios naturais e sobrenaturais que Deus escolheu para revelar-se, tais como a natureza, os eventos da vida humana, o Filho de Deus, as Sagradas

Escrituras e os seres angelicais. Nos próximos capítulos, estudaremos de maneira mais detalhada sobre cada um desses meios.

O receptor

Finalmente, há o receptor. Nesse caso, o ser humano que recebe e aceita a revelação, cujo objetivo é sua comunhão com Deus e a consequente salvação do poder do mal.

As manifestações de Deus sempre são feitas no contexto de uma exigência que pede confiança e obediência àquilo que é revelado — uma resposta que é inteiramente determinada e controlada pelo conteúdo da própria revelação. Em outras palavras, a revelação de Deus chega aos homens não como uma informação sem qualquer obrigação, mas antes como uma regra mandatória de fé e de conduta. A vida do homem precisa ser governada, não pelos caprichos particulares e fantasias humanas, nem por adivinhações acerca das coisas divinas não reveladas, mas antes pela crença reverente em tudo quanto Deus lhe revela, o que conduz a uma aceitação consciente de todos os imperativos que a revelação porventura contenha (DOUGLAS, 1983).

Assim, pode ser dito que "a revelação é uma linha de comunicação na qual Deus se encontra em uma das pontas, e o homem, na outra" (GRAHAM, 1977, p. 31). É uma iniciativa divina e um dom que vem satisfazer uma real necessidade humana (DEDEREN, 1974, p. 2), mas que, para tanto, exige uma resposta de fé e obediência por parte do ser humano.

Características da revelação

Olhando para a revelação como um todo, percebem-se algumas características.

A revelação é progressiva

Ao revelar suas verdades à humanidade em geral e aos indivíduos em particular, sabendo que somos pecadores, fracos e imperfeitos, o Senhor o faz pouco a pouco, conforme nossa capacidade de compreensão e nossas necessidades. Isso pode ser percebido ao se observar a história bíblica. Assim, nos dias que precederam o dilúvio, quando nem uma linha da Bíblia fora ainda escrita, havia algum conhecimento de Deus, transmitido de pai para filho através das gerações. Noé, então, recebeu uma revelação específica

que ninguém conhecia (Gn 6:12-21). Posteriormente, por volta de 2000 a.C., o patriarca Abraão recebeu mais algumas revelações do Senhor e, assim, o conhecimento a seu respeito aumentou (ver Jo 8:56). E o acréscimo de novas revelações continuou, nos dias de Moisés (c. 1450 a.C.), de Davi (c. 1000 a.C.), de Isaías (c. 700 a.C.), de Malaquias (c. 425 a.C.) e dos apóstolos. No último encontro que teve com seus discípulos, no dia anterior à sua morte, Jesus lhes disse: "Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, Ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir" (Jo 16:12, 13). Jesus não lhes ensinara todas as coisas. No futuro, receberiam maior revelação. Portanto, a revelação é como a luz do sol que surge no alvorecer, lá no horizonte, e vai brilhando mais e mais (ver Pv 4:18).

A revelação é limitada

"As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos" (Dt 29:29). Esse texto assevera que há coisas reveladas e coisas encobertas. Nosso interesse, tempo, esforço e recursos devem ser dedicados à compreensão daquilo que foi revelado. Em contrapartida, aquilo que Deus não revelou não deve ser investigado, pois é impossível de ser compreendido, e tal atividade em nada contribui para nosso crescimento espiritual.1

Seria possível alguém dirigir-se a uma praia e colocar toda a água do oceano dentro de um copo? Claro que não! Assim também o conhecimento de Deus é tão vasto que não pode ser compreendido em sua totalidade pela mente humana finita. O profeta Isaías registrou as palavras de Deus: "Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o Senhor, porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos" (Is 55:8-9). E o apóstolo Paulo exclamou: "Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos!" (Rm 11:33).

Isso é verdade, mesmo em relação ao que está contido na Bíblia. Nunca houve alguém que compreendesse tudo o que ali está registrado. Algumas das declarações da Escritura permanecerão como mistério enquanto não alcançarmos a eternidade, e sua função é deixar-nos convictos de nossa pequenez e ignorância em relação à sabedoria e grandeza de Deus e levar-nos a ser humildes e dependentes dele.

É necessário também considerar que nem todo assunto revelado é de fácil compreensão. Embora haja algumas verdades que até uma criança ou um analfabeto ao escutarem pela primeira vez conseguem entender e ser por elas abençoados, há outras que, mesmo reveladas, exigem muita oração, estudo e dedicação para serem compreendidas.

A revelação é suficiente para a salvação

Ao encerrar o seu livro sobre a vida de Jesus, o apóstolo João declarou: "Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fez. Se todas elas fossem relatadas uma por uma, creio eu que nem no mundo inteiro caberiam os livros que seriam escritos" (Jo 21:25). Disse também: "Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome" (Jo 20:30-31). Algo semelhante pode ser dito sobre toda a Bíblia e toda a revelação. Deus não nos revelou tudo a respeito de todas as coisas, nem temos tudo que gostaríamos para satisfazer nossa curiosidade. Mas temos o suficiente para crer em Cristo como Salvador e, assim, herdarmos a vida eterna, quando então continuaremos a aprender, sempre e sempre, sem nunca chegar a esgotar todo o conhecimento.

Revelação é, pois, tornar conhecido o que estava oculto. Deus revelou à humanidade algo sobre seu caráter, suas obras e seus planos. Revelou aquilo que por si mesmo o homem jamais saberia, incluindo verdades e doutrinas que hoje formam as Escrituras. Como, porém, Ele não revelou tudo, o ser humano precisa reconhecer que, por maior que seja o seu esforço, nunca compreenderá todas as coisas. Deve, portanto, apegar-se ao que foi revelado, sabendo que não é uma mera informação, mas, sim, uma exigência para que responda positivamente ao Deus revelador.

A revelação é a doutrina básica do cristianismo e, na tentativa de facilitar a compreensão do assunto, os teólogos costumam classificar as diferentes formas de revelação em dois grupos: revelação geral e revelação especial. Nos próximos capítulos, estudaremos sobre elas.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Defina os elementos da revelação: revelador, conteúdo, instrumentos e recepção.
- 2. Quais são as principais características da revelação?
- 3. Por que a doutrina da revelação é fundamental para a fé cristã?

¹ "Um dos maiores males que acompanham a busca do conhecimento, as investigações da ciência, é a disposição de exaltar o raciocínio humano acima de seu real valor e sua devida esfera. Muitos tentam julgar o Criador e suas obras mediante o imperfeito conhecimento que possuem da ciência. Esforçam-se por determinar a natureza, os atributos e as prerrogativas de Deus, e condescendem com teorias especulativas com relação ao infinito [...]. Nossos primeiros pais foram induzidos ao pecado mediante a condescendência com o desejo de conhecimento que lhes fora vedado por Deus. Procurando adquirir esse conhecimento, perderam tudo quanto valia a pena possuir-se" (WHITE, 2001a, p. 427).

REVELAÇÃO GERAL

Ao desvendar-nos parte de seu fabuloso conhecimento, Deus fez uso, primeiramente, da revelação geral. É geral porque foi feita para todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares, e nela a existência de Deus é estabelecida sem apelo à fé, de modo que pode ser alcançada através da razão. Mediante essa revelação geral, Deus dá testemunho de si mesmo a todos os seres humanos, a fim de que se tornem cônscios da sua existência e de seu poder. Examinemos o seu modo de expressão através da natureza, da consciência e da história.

A natureza

Deus se revela a todos os seres humanos por meio das coisas que criou. Há tamanha evidência na natureza de que há um Criador que, na verdade, as pessoas são indesculpáveis quando não o reconhecem. "Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder como também a sua própria divindade claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são por isso indesculpáveis" (Rm 1:20). Sim, a natureza não revela tudo, mas o suficiente para sabermos que há um Criador. Notemos alguns exemplos desse poder manifestado na natureza.

A navegação das aves

As migrações, os hábitos e os instintos das aves evidenciam a existência de alguém sábio e poderoso. Há 836 espécies de aves migratórias catalogadas pelos cientistas no mundo todo, sendo que 250 migram sem sair da América do Sul.1

Durante as migrações, algumas aves orientam-se principalmente através da capacidade extraordinária de reconhecer características topográficas, como rios, árvores ou características do <u>litoral</u>. Noutras espécies a migração, durante o dia, parece ser orientada principalmente pela posição do <u>sol</u> e, durante a noite, pelo eixo estrelar de rotação. Extraordinariamente, ainda existem outras espécies que se orientam principalmente através do <u>campo magnético terrestre</u> (essa capacidade foi comprovada através da desorientação

dessas aves quando expostas a campos magnéticos artificiais). Quando as condições climatéricas ou outras não são favoráveis, as aves podem mudar o modo como se orientam. Sabe-se que as aves juvenis ainda não têm o sentido de orientação muito bom, pelo que não é muito raro observar indivíduos juvenis perdidos, enquanto os indivíduos mais velhos, mesmo quando recolhidos e soltos em outros locais, conseguem orientar-se, mudar a rota e chegar ao sítio certo. Ainda não se sabe muito sobre a orientação das aves, exemplos como o caso de uma pardela que, nos anos 50, foi deslocada da sua toca numa ilha ao largo do País de Gales para ser libertada a quase 5 mil quilômetros do outro lado do Atlântico, perto de Boston. Em apenas 12 dias, regressou para a sua toca, tendo até chegado antes da carta que os investigadores tinham enviado para o Reino Unido a fim de avisar da libertação da ave. Para fazer esse percurso, foi necessário, além de conhecer o local do seu ninho e a orientação dos pontos cardeais, saber a localização exata de onde estão, mesmo que nunca tenham lá estado; esse mecanismo de localização permanece ainda um mistério. 2

O corpo humano

Nosso corpo, aparentemente tão comum, é, todavia, complexo e maravilhoso.

O alimento absorvido pelo corpo é transformado em pelo, músculo, sangue, dentes, assim como calor e movimento. A despeito de toda essa atividade, o corpo mantém uma temperatura uniforme, exceção feita quando é necessário que a temperatura seja elevada a fim de combater alguma doença. Quando está frio, esse notável sistema libera energia quente de nosso alimento para que aqueçamos. Quando está quente, somos esfriados pela evaporação de umidade da pele (MOON, 1967, p. 5).

Cada um dos órgãos do corpo humano é capaz de causar admiração com sua perfeição e funcionalidade. Como exemplos, citamos uns poucos deles.

O ouvido possui fibras extremamente sensíveis em seu interior, capazes de distinguir 1.500 tons diferentes. Também se ajusta por si mesmo, de modo que possamos ouvir o troar de um canhão sem dano algum e o andar do gato quando sons mais altos estão ausentes. Embora a transferência eficiente do som do ar para o líquido é um problema de engenharia muito difícil, no ouvido humano isso é realizado com eficiência. O som do ar é transferido para certo líquido em seu interior, o que ocasiona vibrações em fibras muito sensíveis (RITTENHOUSE, 1984, p. 22).

O cérebro humano contém cerca de 86 bilhões de neurônios, sendo cada um deles tão complexo quanto um computador de última geração e podendo efetuar mais de 10 mil conexões sinápticas com outros neurônios. Esses neurônios comunicam-se por meio de fibras que conduzem pulsos para células específicas do cérebro e do corpo.3 Ele se divide em duas metades: o hemisfério esquerdo, responsável pelo pensamento lógico e

competência comunicativa, e o hemisfério direito, responsável pelo pensamento simbólico e criatividade. Nos canhotos, as funções são o inverso disso. O hemisfério dominante em 98% dos humanos é o hemisfério esquerdo.4 "Em um único milímetro cúbico de tecido cerebral, há cerca de 100 milhões de conexões sinápticas entre os neurônios" (EAGLEMAN, 2012, p. 186).

Apesar do rápido avanço científico, muito do funcionamento do cérebro continua um mistério. As operações individuais de neurônios e sinapses hoje são compreendidas com detalhamento considerável, mas o modo como eles cooperam em grupos de milhares ou milhões tem sido difícil de decifrar. [...] Assim, mesmo os princípios mais fundamentais das redes de computação neural podem ficar, em grande medida, a serem descobertos por futuros pesquisadores.5

A tireoide é uma glândula em forma de borboleta que fica localizada na parte anterior do pescoço, logo abaixo do pomo de adão (ou gogó). Pesa entre 15 a 25 gramas e funciona como uma pequena usina geradora de vida, interferindo na função de órgãos importantes como o cérebro, coração, fígado e rins. Ela dirige o crescimento das crianças determinando sua altura e peso, decidindo quanto alimento será convertido em energia pelas células de seu corpo; atua na regulação dos ciclos menstruais e na fertilidade, na memória e na concentração, no humor e no controle emocional. Seu perfeito funcionamento é essencial para garantir o equilíbrio e a harmonia do organismo.6

Nas últimas décadas, com o incontido avanço da ciência, muitas pesquisas sobre o organismo humano têm demonstrado que cada uma de suas partes é admiravelmente complexa e funcional, o que nos faz pensar num ser inteligente que as planejou e executou.

O universo

Sem dúvida, o que na natureza mais evidencia a existência e o poder de Deus é o universo, especialmente por sua grandiosidade e harmonia. Os seres humanos têm construído gigantescos aparelhos com o intuito de melhor contemplar e conhecer o universo. Um desses é o potente telescópio que se encontra no Observatório do Monte Palomar, localizado próximo a San Diego, na Califórnia (EUA), a 1.706 metros de altitude. Construído com recursos da Fundação Rockefeller e inaugurado em 1948, possui uma lente

com 508 centímetros de diâmetro e pesa 13 toneladas7, sendo tão sensível que pode detectar a chama de uma vela a 24 mil quilômetros de distância.8

Outro, mais moderno e eficiente, é o telescópio espacial Hubble, que entrou em funcionamento em 1990 e tem sido aperfeiçoado diversas vezes. Com 13 metros de comprimento e 4,3 metros de diâmetro, pesa 11,6 toneladas. Colocado em uma órbita baixa, a 547 quilômetros da superfície da Terra, ele dá uma volta completa em torno de nosso planeta em apenas 95 minutos. Embora sua lente possua somente 240 centímetros de diâmetro, por estar no espaço, onde não é prejudicado pela atmosfera nebulosa e pela poluição de luzes, e por ter um campo amplo e estável de visão, ele é capaz de ver muito mais distante e com maior limpidez do que qualquer outro telescópio. "Apenas uma pequena fração de objetos astronômicos pode ser registrada em alta resolução a partir da Terra; em contraste, o Hubble pode realizar observações de alta resolução de qualquer parte do céu noturno, e em objetos extremamente pálidos."9

Desde que começou a funcionar, o Hubble vem revolucionando o conhecimento humano sobre astronomia. Ele tem observado e fornecido imagens espetaculares das tempestades de poeira em Marte, do nascimento e morte de estrelas, e de galáxias e buracos negros incrivelmente distantes. As imagens produzidas por suas câmeras de espaço profundo e ultraprofundo revelam galáxias a bilhões de anos-luz de distância. Havia, por exemplo, uma área escura na constelação da Ursa Maior, onde o Hubble enxergou milhares de galáxias, cada uma com centenas de bilhões de estrelas.10

Os custos cumulativos do Hubble até hoje são estimados entre 4,5 e 6 bilhões de dólares 11 e ele tem funcionado por mais tempo que o previsto. Todavia, estima-se que ele continuará em operação pelo menos até 2020. Antes disso, porém, já planejam substituí-lo por outro, maior e mais avançado, o James Webb, que será lançado em 2018.12

Através desses e de outros potentes telescópios, os cientistas descobriram que existem centenas de bilhões de galáxias e que cada uma delas contêm cerca de quinhentos bilhões de estrelas e planetas. A respeito da origem dessas coisas, as Escrituras dizem: "No princípio criou Deus os céus e a terra" (Gn 1:1). Como foi que isso aconteceu? "Os céus por sua palavra se fizeram e pelo sopro de sua boca o exército deles. [...] Pois Ele falou, e tudo se fez; Ele ordenou, e tudo passou a existir" (Sl 33:6, 9). E "foi o universo

formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem" (Hb 11:13). Quão grande e poderoso é o Deus criador! Não admira que o profeta Isaías tenha escrito: "Eis que as nações são consideradas por Ele como um pingo que cai de um balde e como um grão de pó na balança; as ilhas são como pó fino que se levanta. [...] Todas as nações são perante Ele como coisa que não é nada; Ele as considera menos do que nada, como um vácuo" (Is 40:15, 17).

Platão (427-347 a.C.), famoso filósofo grego, embora fosse pagão, de modo algum era ateu. Ele já dizia a seus discípulos: "Para crer em Deus é suficiente levantar os olhos ao céu" (GRAHAM, 1977, p. 34). Sim, "os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras de suas mãos" (Sl 19:1).

Se nos restringíssemos apenas ao nosso sistema planetário, verificaríamos a perfeita ordem seguida pelos elementos que o compõem. Acreditam os cientistas que uma harmonia assim se verifica em todas as galáxias e sistemas planetários, povoados por incontável número de astros. Em sua linguagem peculiar, a natureza nos fala da existência de Deus, seja no choro de uma criancinha ou no canto de uma cotovia. É a linguagem da ordem, da beleza, da perfeição e da inteligência. A complexidade de detalhes de uma flor é obra das mãos de Deus; os instintos das aves foram designados por Ele. Deus fala ao homem pela regularidade das estações do ano; pelos movimentos do sol, da lua e das estrelas; pelo equilíbrio dos elementos que nos permite respirar (WHITE, 2001a, p. 416).

As variadas obras da natureza apontam para a realidade da existência de alguém que não é apenas criador, mas também sustentador, e que opera por meio das leis da natureza.

A consciência

Nunca foi encontrado um aglomerado humano onde não houvesse religião — nenhum povo, nenhuma cidade, nenhuma tribo indígena. Até onde pode ir a pesquisa, rebuscando as origens do homem e das civilizações, sempre encontramos indícios de culto religioso (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 160). Têm existido sociedades sem ciência, sem arte e sem filosofia, mas jamais alguma sem religião (CONNER, [s.d.], p. 84-85). Essa crença num ser supremo é universal e independe da cultura local, da forma social, da estrutura econômica, e mesmo da índole psicológica dos povos (CONNER, [s.d.], p. 70), e tem sido um dos fatores mais poderosos tanto no

surgimento quanto na queda das grandes civilizações e ainda hoje influencia mais que qualquer outra coisa para enobrecer ou aviltar a existência (PIAZZA, 1976, p. 19). Isso evidencia que a natureza humana não é ateísta em sua constituição. Mesmo a psicologia, ao estudar a mente e o comportamento do ser humano — embora não possa provar ou deixar de provar a existência do Ser supremo — "não pode ignorar a crença humana em tal Ser" (CONNER, [s.d.], p. 69). Sendo assim, tanto psicólogos quanto antropólogos afirmam que a crença em um Ser supremo que dirige os destinos dos homens é universal. Daí o fato de a religião ser também universal. O próprio William James chegou a afirmar que os homens oram porque não podem evitá-lo (CONNER, [s/d], p. 74).

Todos os seres humanos, mesmo aqueles que têm vivido isolados e possuem os hábitos considerados mais primitivos, possuem tanto uma impressão da existência de um ser supremo (não importa o nome que lhe deem) quanto alguma noção do que é certo ou errado. Argumentando sobre isso, o apóstolo Paulo escreveu: "Quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem por natureza de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se" (Rm 2:14-15). Em outras palavras, quando Deus criou o ser humano, Ele escreveu sua vontade, sua lei, no que aqui é referido como coração, consciência e sede dos pensamentos de cada pessoa.

Apesar dos milhares de anos de rebelião contra Deus, o ser humano ainda possui uma lembrança dessa vontade, dessa lei. O pecado tem ofuscado e quase apagado essa gravação, mas não completamente. O ser humano é, por natureza, um ser religioso e, ainda "consciente de um Poder a quem ele se encontra ligado, [...] busca como se ajustar a esse Poder, a fim de assegurar sua própria paz e seu bem-estar" (JOHNSON, 1964, p. 48).

Deus se revela a cada pessoa através da consciência. O que é a consciência? "É o senso de certo e errado; ideias e sentimentos que dizem a uma pessoa quando está agindo certo e a advertem acerca do que é errado" (GRAHAM, 1977, p. 36). Thomas Jefferson afirmou que "o senso moral ou consciência é uma parte tão real do ser humano quanto um braço ou uma perna. Ela é dada a todos os seres humanos, em graus mais fracos ou mais

fortes, assim como seus membros são mais fracos ou mais fortes" (PIAZZA, 1976, p. 19).

Em meio à luta diária, seus trabalhos e prazeres, seus sofrimentos e alegrias, Deus fala a cada pessoa por meio de sua consciência. 13 Assim, onde quer que esteja, em qualquer circunstância, o homem possui bem próximo de si uma revelação divina. No entanto, devemos observar que a revelação que Deus faz de si por meio da consciência humana é apenas parcial. Tal revelação mostra que há um ser superior que dirige os destinos do universo e algo (uma noção) do que é certo ou errado e que, por estar maculada com o pecado, a consciência humana não é um guia infalível. Além disso, não se deve confundir essa gravação na consciência com a obra do Espírito Santo nela operando. Ou seja, por si só, essa gravação, independente da obra do Espírito, está presente em todas as pessoas e revela algo sobre Deus.

A história

Uma significativa porção das Escrituras foi registrada como resultado da providência divina na história coletiva de Israel e da igreja e, de modo individual, na vida dos filhos de Deus. Ao agir na história, Deus, às vezes, o faz por meio de ocorrências naturais e, em outras ocasiões, emprega meios sobrenaturais. Tal conhecimento chega a nós por meio dos sentidos e do uso da razão. 14 Desse modo, Deus se revelou através de sua providência, ou seja, sua ativa participação nos acontecimentos que fizeram a história. Quando, por exemplo, o Senhor libertou com mão poderosa a nação israelita do cativeiro egípcio, todos os povos, de perto e de longe, tiveram conhecimento de que o Deus de Israel era um Deus superpoderoso e que tinha interesse naquilo que se passava com seu povo.

Após a travessia do Mar Vermelho, Moisés, em seu cântico, assim se expressou:

Ó Senhor, quem é como Tu entre os deuses? Quem é como Tu glorificado em santidade, terrível em feitos gloriosos, que operas maravilhas? Estendeste a tua destra; a terra os tragou. Com a tua beneficência guiaste o povo que salvaste; com a tua força o levaste à habitação da tua santidade. Os povos o ouviram, eles estremecem; agonias apoderaram-se dos habitantes da Filístia. Ora, os príncipes de Edom se perturbam, dos poderosos de Moabe se apodera temor, esmorecem todos os habitantes de Canaã. Sobre eles cai espanto e pavor; pela grandeza

do teu braço emudecem como pedra; até que passe o teu povo, ó Senhor, até que passe o povo que adquiriste (Êx 15:11-16, grifo nosso).

Como ilustração desse fato, temos o que ocorreu cerca de quarenta anos mais tarde, quando Josué enviou dois espias a Jericó, e Raabe os protegeu, dizendo:

Bem sei que o Senhor vos deu esta terra, e que o pavor que infundis caiu sobre nós, e que todos os moradores da terra estão desmaiados. Porque temos ouvido que o Senhor secou as águas do mar Vermelho diante de vós, quando saístes do Egito; e também o que fizestes aos dois reis dos amorreus, a Seom e a Ogue, que estavam além do Jordão, os quais destruístes. Ouvindo isto, desmaiou-nos o coração, e em ninguém mais há ânimo algum, por causa da vossa presença; porque o Senhor, vosso Deus, é Deus em cima nos céus e em baixo na terra (Js 2:9-11, grido nosso).

Convém notar que nem os habitantes de Jericó, nem os moradores das demais cidades de Canaã haviam presenciado essas manifestações sobrenaturais do poder do Deus de Israel, ao libertar o seu povo do jugo dos egípcios e guiá-lo durante quatro décadas em meio às mais adversas situações. Não conheciam pessoalmente os israelitas, que, por essa ocasião, ainda não haviam cruzado o rio Jordão, nem penetrado em seus domínios. Contudo, embora não fossem testemunhas desses fatos, possuíam conhecimento deles por meio da história e da tradição.

Outro evento histórico que evidenciou a existência de um ser supremo ocorreu no relacionamento dos persas com o povo judeu: a maneira pela qual o imperador Ciro libertou os judeus, permitindo que regressassem à sua pátria e a reconstruíssem. Nesse caso, nada houve com aparência de sobrenatural, como as dez pragas do Egito ou a travessia do mar Vermelho. Contudo, o fato de um povo cativo tornar-se repentinamente livre, retornar à sua terra e reconstruí-la, tendo todo o apoio do imperador, foi o suficiente para que o próprio povo de Israel, bem como todos os demais povos, se apercebessem da realidade de que havia um poder superior dirigindo esses acontecimentos (Is 45:1-13; 49:25-26; Ez 39:28; Ed 1:1-11). Em realidade, "a história das nações que, uma após outra, têm ocupado seus destinados tempos e lugares, fala a nós", pois "Deus está governando acima de tudo para o cumprimento de seu propósito" (WHITE, 2001b, p. 178).

Desse modo, ao observar as intervenções de Deus através de todo o curso da história, o ser humano pode perceber algo a seu respeito. A história não deixa margem para alguém ser ateu ou deísta (ver apêndice C), pois ela

revela a existência de um Deus que é poderoso e se preocupa com cada ser humano.

O criador revelou-se à humanidade, primeiro através de uma revelação geral, a qual não deve ser confundida com a teologia natural, pois esta é uma abordagem filosófica — sem respaldo bíblico — que busca o conhecimento de Deus a partir de reflexões e interpretações humanas sobre a natureza e a história e não a partir da atividade de Deus (CANALE, 2011, p. 40-42). Essa revelação geral é assim chamada por ser endereçada a todos os seres humanos e não estar limitada a um tempo ou lugar especiais. Ela chega a nós por meio das maravilhas da natureza; da consciência das pessoas, que são religiosas por natureza, e estão sempre — mesmo inconscientemente — procurando preencher sua fome de Deus; e das intervenções de Deus na história das nações. Entretanto, essa revelação geral é incompleta, pois não revela tudo o que o ser humano pode e deve saber sobre Deus; e imperfeita, por causa do pecado que a deturpa. Ainda assim, porém, é suficiente para mostrar aos seres humanos que há um ser supremo, que é poderoso e se interessa por eles.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Explique, em suas próprias palavras, o que a natureza, a consciência e a história revelam sobre Deus.
- 2. Imagine que você esteja conversando com alguém que não crê na existência de Deus. Que exemplos específicos da revelação geral você destacaria a essa pessoa?
- 3. Quais são os aspectos mais fortes da revelação geral? Quais são suas limitações?

¹ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1QbfTzG</u>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

² Disponível em: < http://bit.ly/1lp5WBW>. Acesso em: 06 ago. 2015.

³ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1N7BwNw</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁴ Disponível em: < http://bit.ly/1XX2dHJ>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁵ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1N7BwNw</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁶ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1tnLx1T</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁷ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1jKL1rq</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁸ Disponível em: < http://bit.ly/10LVZd6>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁹ Disponível em: < http://bit.ly/1XX5w1t>. Acesso em: 11 ago. 2015.

- ¹⁰ Disponível em: < http://glo.bo/1QrWWr3>. Acesso em: 11 ago. 2015.
- ¹¹ Ver algumas das fotos impressionantes tiradas pelo Hubble em: <<u>http://bit.ly/1zyDdcw</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.
- ¹² Disponível em: <<u>http://glo.bo/1QrWWr3</u>>. Acesso em: 11 ago. 2015.
- ¹³ Para um estudo sobre a relação entre o cérebro e a mente, sob uma visão da neurociência não materialista, ver Mário Beauregard e Denyse O'leary (2010, p. 444).
- ¹⁴ Quando Deus usa um meio sobrenatural, para quem o presencia pode ser considerado como uma revelação especial; todavia, para quem toma conhecimento do fato posteriormente, pela história, isso é classificado como revelação geral.

REVELAÇÃO ESPECIAL

Embora a revelação geral seja tão importante para os seres humanos, ela é insuficiente, pois falha na apresentação clara do caráter de Deus e do seu propósito para conosco. Assim, para clarificar essa revelação geral e também para suplementá-la, o Senhor nos concede a revelação especial. Esta vem a nós por maneiras sobrenaturais, e é por seu intermédio que compreendemos que o mesmo Deus que é tão poderoso, também é justo, santo e amoroso, tendo idealizado um plano mediante o qual os seres humanos podem vencer o pecado e serem recriados à sua imagem e semelhança. É essa revelação que nos mostra a origem do universo e da espécie humana, bem como o porquê de nossa natureza pecaminosa e a possibilidade de alcançarmos a salvação e vivermos eternamente. Enfim, é por seu intermédio que são respondidas as principais perguntas da vida: de onde vim? Por que estou aqui? Para onde vou? Para receber a revelação especial, é necessário ter fé. Examinemos os principais meios dessa revelação.

Bíblia

Os escritores bíblicos, reiteradas vezes, afirmaram que foi Deus quem lhes deu as informações que redigiram. Apenas no AT há cerca de três mil declarações de que Deus falou alguma coisa. A Bíblia não é tão somente uma reação humana diante da revelação, mas ela é uma revelação. Não é fruto de ideias ou impressões humanas, mas da ação divina por intermédio do Espírito Santo. De fato, "toda a Escritura é inspirada por Deus" (2Tm 3:16), e "nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21). E o mesmo Espírito que induziu esses apóstolos e profetas a fim de que registrassem a luz recebida, torna-a uma revelação para os pecadores de cada geração. Nessa palavra, é exposta, de modo mais claro, a revelação do caráter de Deus, de seu relacionamento com a humanidade e do plano que Ele fez para salvá-la.

Ao estudarmos a respeito da revelação que Deus faz por meio da Bíblia, devemos diferenciar esse conceito — o de revelação bíblica — de outros

dois: inspiração e iluminação. Revelação bíblica é o ato divino mediante o qual Deus se mostra a si mesmo, seu caráter, sua vontade e seus planos ao autor sagrado, dando-lhe um conhecimento que ele não poderia haver conseguido por si mesmo e nem de qualquer outra maneira. É descoberta objetiva. Inspiração é outro ato divino mediante o qual o Espírito Santo capacita o autor sagrado a "apanhar e comunicar, de maneira fidedigna" o que lhe foi revelado. Iluminação "dá ênfase ao estímulo divino sofrido pela mente humana, [...] tornando-a capaz de compreender a verdade revelada e comunicada por Deus" (DEDEREN, 1979, p. 22). No estudo do conteúdo das Sagradas Escrituras devemos considerar as seguintes realidades:

A Bíblia é uma revelação da verdade religiosa

Seu objetivo é revelar o próprio Deus e seu plano de redenção. As demais informações que ela contém estão a serviço desse propósito. Sendo assim, a Bíblia não é um livro de história dos povos e civilizações. Ela se limita a relatar unicamente a história do povo de Deus, e somente se refere às outras nações, quando, de algum modo, elas estão relacionadas com o seu povo. A Bíblia também não é um compêndio de ciências. Ela declara os fatos e fenômenos sem tentar prová-los cientificamente, e isso ela o faz empregando a linguagem comum, não científica, que o povo utilizava no tempo em que foi escrita.

A Bíblia é uma revelação gradual e progressiva

À medida que o tempo foi passando, os novos livros da Bíblia que iam sendo escritos traziam novas revelações que antes ou eram totalmente desconhecidas ou conhecidas de modo apenas parcial. Desse modo, pode-se afirmar que a doutrina da Trindade não é apresentada de maneira explícita nos tempos do AT, embora já houvesse indícios de uma pluralidade na Divindade. Foi somente mediante os ensinos de Cristo que esse tema pôde ser percebido mais claramente. Algo semelhante pode ser dito a respeito da personalidade e obra do Espírito Santo, da doutrina da ressurreição e de outros temas bíblicos. É ainda importante considerar que essas novas revelações não anulam nem substituem as anteriores, mas somam-se àquelas. Devemos enfatizar também que esse desenvolvimento ou progresso

não está nas verdades e desígnios de Deus — os quais são em si mesmos não susceptíveis de desenvolvimento —, mas na clareza e na força com que as Escrituras no-los revelam. É como o sol que ao nascer dissipa as trevas e a neblina e pouco a pouco vai iluminando a Terra, até que todos os montes e vales se inundem de luz. Enquanto havia escuridão e neblina, a paisagem já estava lá, mas não podia ser vista.

A Bíblia é uma unidade

Não se sabe ao certo quantas pessoas Deus empregou para que sua Palavra fosse escrita, mas, de modo geral, acredita-se que foram cerca de quarenta. Elas viveram em lugares e épocas diferentes, pertenceram às mais diversas classes sociais e enfrentaram as inúmeras situações, possuíram diferentes níveis educacionais e fizeram uso de diferentes gêneros literários. Apesar disso, é visível a harmonia existente entre seus escritos. O segredo dessa unidade reside no fato de que todas elas foram inspiradas pelo mesmo Espírito Santo, o qual as guiou e assistiu na sagrada tarefa de registrar aquilo que Deus se dignara revelar-lhes.

A Bíblia tem um papel iluminador

A revelação que chega a nós por meio das Escrituras reitera as verdades proclamadas na natureza, na história, e no próprio ser humano; e, em adição a isso, anuncia o plano da redenção por meio de Jesus Cristo.

A Bíblia ilumina a natureza

Embora a natureza seja suficiente para revelar a existência de Deus, bem como seu grande poder, "falha na apresentação clara de sua pessoa, da sua santidade e, acima de tudo, do seu amor redentor e do propósito que tem para conosco" (DEDEREN, 1974, p. 5). Mesmo quando o mundo era perfeito e não havia a presença do pecado, a natureza era limitada como meio de comunicação, de modo que Deus já usava a revelação especial para se comunicar pessoalmente com nossos primeiros pais (Gn 2:16-17; 3:8-24). Naqueles dias, a natureza demonstrava apenas o que era puro e bom. Contudo, após a queda do ser humano ela passou a revelar também o mal. Isso se percebe quando um animal destrói outro, quando a vegetação é

morta pelas condições climáticas ou quando o próprio homem é ferido por animais perigosos. Ao contemplarmos a natureza como hoje se encontra, percebemos a operação de forças contrárias. Enquanto certos aspectos da natureza demonstram beleza e bondade, outros evidenciam maldade e sofrimento. Qual a razão disso?

É na Bíblia Sagrada que encontramos a resposta. Em suas páginas, descobrimos o porquê do mal que vemos mesclados com o bem nas obras da criação; e é por ela que podemos tirar proveito de muitas e valiosas lições que a natureza pode ensinar. Sim, é por seu intermédio que entendemos mais amplamente o caráter de Deus, seu imenso amor e, por conseguinte, que Ele não é o responsável pelo mal que existe nas obras da criação. Ela nos revela que a natureza criada por Deus era perfeita e que foi a desobediência de nossos primeiros pais, ao serem seduzidos por Satanás, que ocasionou toda sorte de males, que só vêm se intensificando. A Bíblia também nos revela que Deus elaborou um plano e o está executando, mediante o qual o pecado e o mal serão completamente erradicados e todas as coisas voltarão à perfeição original. É por isso que, de todos os seres humanos, "é o cristão quem mais sabe apreciar as belezas da Terra, porque reconhece a obra de seu Pai e percebe seu amor em cada flor, arbusto ou árvore" (WHITE, 2001c, p. 74). Sim, para aquele que compreende e aceita o plano de salvação e o amor de Deus, a natureza, apesar de corrompida pela maldição do pecado, novamente se ilumina e revela lições muito preciosas (WHITE, 2001c, p. 74; 2001a, p. 462).

A Bíblia ilumina a consciência

Como vimos no capítulo anterior, o ser humano é religioso por natureza. Ele possui dentro de si a "impressão" de que há um ser superior, a quem, mesmo inconscientemente, busca; bem como a noção do certo e do errado. Porém, devido ao distanciamento de Deus, causado pelo pecado, a consciência humana tornou-se obscurecida e nem sempre pode ser tomada como um guia seguro e infalível. De fato, muitas coisas que as pessoas julgam ser corretas, são erradas; e outras que imaginam ser erradas, são corretas. Para que a consciência seja clarificada e colocada em harmonia com a verdadeira realidade e a vontade de Deus, e para que o ser humano saiba discernir tudo corretamente, deve aprender da Bíblia Sagrada. Quando isso é feito, o mesmo Espírito Santo que inspirou profetas e apóstolos para

que a escrevessem, a usará, atuando junto à consciência para despertá-la e conduzi-la à harmonia com a perfeita vontade de Deus (Jo 14:26; 16:13).

A Bíblia ilumina a história

As Escrituras registram os poderosos atos de Deus na história. Mas, além disso, elas os interpretam, dando-lhes significado e, em alguns casos, fazem surgir a própria história. Alguns dos eventos históricos que nelas aparecem também são descritos ou mencionados em documentos de outros povos. Outros, todavia, encontram-se apenas na Palavra de Deus e seriam totalmente desconhecidos se Deus não tivesse orientado seus servos para que os escrevessem. Esses acontecimentos também costumam ser interpretados pelos profetas e, nesse sentido, a profecia, ou seja, a palavra dos profetas, ocorre depois do evento. Tais comentários dão significado ao que ocorreu, mostrando que a "história não é uma sucessão de fatos absurdos" (TRESMONTANT, 1972, p. 174) e que, por entre o intrincado emaranhado das realizações, motivações e interesses humanos, Deus ainda está vigiando e conduzindo a bom termo o que ocorre aqui na Terra.

Mas a Palavra de Deus também faz brotar a história, o que pode ser visto por meio de suas profecias que se encontram às dezenas, tanto no AT quanto no NT. Algumas delas tiveram cumprimento imediato (em muitos casos para demonstrar a autenticidade do profeta envolvido), enquanto outras se cumpriram em época bem posterior à sua predição. De fato, cada uma delas tem sido fielmente cumprida, algumas, inclusive, em nossa própria geração. Elas anunciaram o surgimento, a trajetória e a queda de nações e impérios mundiais, por vezes indicando até detalhes. Um exemplo pode ser visto na profecia de Isaías, que apontava o nome do libertador dos judeus — Ciro —, e isso, cerca de 150 anos antes de seu nascimento (Is 44:24–45:13). Posteriormente, quando ele surgiu no cenário mundial e tornou-se governante, alguém — possivelmente Daniel — mostrou a ele a profecia a seu respeito e, tocado pelo Espírito de Deus, ele fez exatamente o que estava dito que faria (Ed 1).

A Bíblia testifica de Cristo

Jesus Cristo, o Verbo encarnado, era o mistério que estava oculto, mas que, no tempo aprazado por Deus, foi revelado (Ef 3:4-5; Cl 1:26; Rm 16:26). Contudo, não era totalmente desconhecido, porque já estava indicado nos

escritos proféticos do AT. Como Ele próprio disse: "Examinais as Escrituras, porque são elas que de mim testificam" (Jo 5:39). A vida e a obra de Cristo são o centro das Escrituras. Todos os milagres e histórias, todas as profecias e parábolas giram em torno da pessoa de Jesus Cristo e de seu plano para salvar. As Escrituras declaram que "havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual fez também o universo. Ele é o resplendor da glória e a expressão exata do seu ser" (Hb 1:1-3). Assim, "a revelação começada no AT se consuma no NT" e "agora se concentra em Jesus Cristo, que é, ao mesmo tempo, seu autor e seu tema" (LÉON-DUFOUR, 1967, p. 698). Desde o relato da criação — "porque nele foram criadas todas as coisas nos céus e na Terra, [...] tudo foi criado por Ele e para Ele" (Cl 1:16-17) — até a promessa final: "Certamente cedo venho" (Ap 22:20), aprendemos sobre sua pessoa, vemos suas obras e ouvimos sua voz.

Jesus Cristo

Deus não apenas nos concedeu uma revelação especial escrita a seu respeito, mas também desejou que o conhecêssemos de modo mais visível e palpável e, assim, enviou-nos seu Filho. De fato, um dos principais motivos pelos quais o Filho de Deus veio a este mundo foi para revelar o Pai. Ele disse: "Ninguém sabe quem é o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Lc 10:22). E isto Ele o fez de forma magistral. De todas as formas de revelação pelas quais Deus se mostrou a nós, aquela que nos veio por meio de Cristo é a única completa e perfeita. Ele próprio afirmou: "Quem me vê a mim, vê o Pai" (Jo 14:9) e "Eu e o Pai somos um" (Jo 10:30). Quando as pessoas o viam demonstrar misericórdia, justiça, sabedoria e perdão; quando o observavam curar, ensinar, animar, fortalecer e consolar, estavam recebendo a mais clara revelação do caráter de Deus.

Essa revelação, efetuada por Jesus, inclui sua pessoa, seus atos e também suas palavras. "Sem dúvida, a revelação pelos atos resultaria incompreensível se Jesus não tivesse explicitado com suas palavras o sentido de seus atos e de sua vida" (LÉON-DUFOUR, 1967, p. 699). Como exemplo disso, nós o vemos no cenáculo, ao comemorar a última Páscoa, tornando claro o

significado daquilo que realizava (Jo 13:12-17). "Cada milagre, cada ação, era sinal que transcendia o seu significado imediato, para atingir um significado oculto que revelava o Pai ao povo" (GOMES, 1980, p. 25). Todo ato humano de Cristo era uma palavra que Deus dirigia aos seres humanos.

Ao revelar-se por meio de seu filho, Deus procura suprir a dupla necessidade do ser humano em sua condição pecaminosa: sua ignorância de Deus e sua culpa diante de Deus. Ele deseja não somente tornar-nos bem informados, mas também santos. Por essa razão, o conhecimento de Deus, através de Cristo Jesus, opera a transformação no caráter, recriando a pessoa à imagem de Deus.

Em 1959, os jornais de Sidney, Austrália, publicaram a história de um notável resgate de uma jovem de 16 anos. Um jovem salva-vidas, vendo-a afundar-se no oceano, saltou na água para salvá-la. Uma violenta onda levou-os para mais distante da praia. Segundo o relato, tubarões chegaram a roçar-lhes as pernas. A jovem desmaiou de pavor. O moço sustentou-a durante três horas. Finalmente conseguiu arrastá-la para a praia. Os jornais intitularam isso como sendo um recorde na história de resgate de náufragos naquele país. O jovem salvavidas não enviou à jovem um livro sobre como salvar-se na água. Ele agiu. Fez um supremo esforço e salvou a jovem (HEPPENSTALL, 1976, p. 33).

Semelhantemente, por maior que seja o valor da Bíblia Sagrada, ela por si só não seria suficiente para nos salvar. Foi por isso que, ao nos ver em perigo, o Filho de Deus — o nosso salva-vidas — não hesitou em vir a este mundo, arriscando sua própria vida para nos salvar. Sem Cristo, que é a Palavra encarnada, a Palavra escrita de Deus perderia sua razão de ser. O AT apontava para o futuro, indicando sua vida e missão quando aqui viesse; e o NT aponta para o passado, revelando que Ele de fato veio e cumpriu tudo quanto a seu respeito estava escrito. Assim, Cristo é o fundamento e o centro das Escrituras. Elas contêm a teoria da verdade, mas Jesus veio para tornarse o nosso substituto e morrer por nós e em nosso lugar, e demonstrar na prática, a espécie de vida que Deus espera que vivamos.

Milagres

Deus se tem revelado aos seres humanos também por meio de milagres. O que é um milagre? É um acontecimento que escapa às leis ordinárias da natureza. Mas, se nós não conhecemos todas as leis da natureza, como podemos saber quando, de fato, o milagre ocorreu? Acontece que, se é

verdade que ignoramos tudo quanto a natureza possa fazer, temos, contudo, uma ideia do que ela não pode fazer, de distâncias a que ela não pode, por si só, chegar. Assim, a água por si só nunca poderá se transformar em vinho, uma palavra proferida a uma tempestade nunca poderá desfazê-la, cinco pães e dois peixinhos nunca saciarão cinco mil homens, um machado nunca vai flutuar. Tais resultados são puramente impossíveis à natureza entregue as suas próprias forças, de modo que, quando acontecem, dizemos, com razão, que houve um milagre.

Todavia, quando ocorre um milagre, deve-se considerar a possibilidade de que Deus não seja o originador. O próprio Cristo, referindo-se especialmente aos últimos dias, nos advertiu quanto a isso: "Porque hão de surgir falsos cristos e falsos profetas, e farão grandes sinais e prodígios; de modo que, se possível fora, enganariam até os escolhidos. Eis que de antemão vo-lo tenho dito" (Mt 24:24-25). O apóstolo Paulo, por sua vez, declarou que homens operariam "segundo a eficácia de Satanás, com todo o poder e sinais e prodígios de mentira" (2Ts 2:9), e João anunciou que fariam "grandes sinais" e por meio deles enganariam os que habitam sobre a Terra (Ap 13:13-14). Desse modo, percebemos que esses prodígios e curas têm como fonte um poder sobrenatural, mas são realizados pelo poder de Satanás e estão a seu serviço.

Características de um verdadeiro milagre

Há outra pergunta que precisa ser considerada: aAcontecendo algo realmente fora do natural, como saber se provém de Deus? Não poderia ser apenas uma mágica ou alguma trapaça ou ter como origem o próprio Satanás? Os verdadeiros milagres — de modo especial aqueles realizados por Jesus — possuem pelo menos três características que, se vistas de maneira isolada, nem sempre podem ser distinguidos do que é falso, mas, se vistas no conjunto, atestam sua origem divina.

A almosfera que envolve o milagre é de dignidade e nobreza

O que ocorre tende a elevar e a enobrecer a pessoa, conduzindo-a para mais perto de Deus. É claro que essa característica não é facilmente distinguível e que, por isso, Satanás, ao patrocinar alguns milagres, pode envolvê-los numa atmosfera semelhante com o intuito de aumentar o poder

do engano. Mas essa característica pelo menos descarta aqueles aparentes prodígios que são realizados por mágicos e afins.

O instrumento humano empregado para a realização do milagre é movido por compaixão

Ele sempre é possuído do sincero desejo de auxiliar quem está em necessidade. É assim que vemos Eliseu fazendo um machado flutuar, socorrendo desse modo o rapaz que o deixara cair na água (2Rs 6:5-7); Elias providenciando farinha e azeite para uma viúva e seu filho, os quais não possuíam nada mais para comer em meio à grande seca (1Rs 17:13-16); Jesus tocando e curando o leproso que se havia jogado ao chão como um trapo imundo, sem valor e suplicado: "Se queres, podes limpar-me" (Mt 8:2-3); e Pedro, o qual dirigindo-se ao coxo, que à porta do templo pedia uma esmola, disse: "Em nome de Jesus Cristo, o nazareno, anda" (At 3:6). Assim, o verdadeiro milagre não é feito para divertir ou satisfazer a curiosidade, mas para atender uma real necessidade. Por outro lado, devemos estar alerta para o fato de que, por si só, essa característica nem sempre define a fonte de todos os milagres, uma vez que o inimigo de Deus e dos homens costuma se valer de obras aparentemente bondosas e benéficas com o propósito de iludir os incautos e desviá-los do Senhor (ver Dt 13:1-3).

O milagre está em harmonia com o ensino bíblico

Visto que todos aqueles que escreveram a Bíblia foram inspirados pelo Espírito Santo (2Pe 1:21), e que todos os que realizam verdadeiros milagres da parte de Deus receberam esse dom do mesmo Espírito (1Co 12:9-10), é óbvio que o verdadeiro milagre sempre estará em harmonia com as Escrituras. O Espírito não iria contradizer a si mesmo, revelando algo por meio da Bíblia e, então, algo oposto por meio de um milagre. Assim, todo prodígio a serviço de ideias falsas ou perversas não é certamente milagre de origem divina. As narrativas de milagres encontradas na Bíblia foram compostas por testemunhas oculares ou por aqueles que receberam as informações diretamente destas e são de tal natureza que devem ser consideradas como inteiramente verazes. João, por exemplo, afirmou: "O que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e as nossas mãos apalparam, [...] isto vos anunciamos" (1Jo 1:1, 3), e Lucas nos informa de seu escrupuloso cuidado em consultar as fontes mais seguras

com o fim de transmitir a narração mais exata possível (Lc 1:1-4). Ao revelarem simplicidade e objetividade, sinceridade e espontaneidade, esses relatos testificam de sua autenticidade e veracidade.

Nos tempos do AT, os israelitas não distinguiam entre sinais naturais e sobrenaturais, pelo fato de que, para eles, Deus era tanto o autor dos fenômenos da natureza quanto dos acontecimentos da história. Nesse período, os milagres não foram muito numerosos senão em alguns poucos momentos capitais: com Moisés e seu sucessor Josué, por ocasião da fundação e instalação do povo de Deus em Canaã; com Elias e Eliseu, quando Israel estava envolvido numa profunda apostasia; no cerco de Jerusalém pelos assírios, quando estes zombavam de Javé, o Deus verdadeiro; e durante o exílio, quando o Senhor protegeu aqueles que lhe foram fiéis, especialmente Daniel e seus companheiros.

No NT os milagres são de duas categorias: aqueles em que o ser humano não está envolvido (como o nascimento virginal de Jesus, a estrela de Belém e o terremoto que fendeu os sepulcros quando Jesus morreu) e aqueles nos quais os agentes humanos são preeminentes (os milagres feitos por Jesus e pelos apóstolos). Os milagres que Cristo realizou podem ser classificados como curas, ressurreições e milagres naturais, e não eram algo acessório, mas a própria trama da história evangélica. Suprimi-los equivaleria a destruir a base na qual os evangelhos se apoiam. Os milagres são inseparáveis da história de Jesus e, para seus discípulos e os demais que nele criam, eram o sinal de sua divina missão (ENCICLOPÉDIA, 1963).

Revelações feitas pelos verdadeiros milagres

O milagre é conveniente da parte do ser humano, porque, especialmente na hora do perigo, gostaríamos de quebrar a ordem natural das coisas. Assim, aquilo que nos é impossível, esperamo-lo de Deus. Mas seria o milagre conveniente da parte de Deus? Qual o seu propósito em agir desse modo? Anteriormente, afirmamos que o milagre é um meio de revelação. Agora, perguntamos: o que exatamente ele nos revela?

O milagre revela o poder de Deus para sacudir os indiferentes

O próprio termo latino *miraculum* significa, etimologicamente, "admiração ou terror". Assim, ele expressa "o assombro que se produz quando se percebe um efeito cuja causa permanece oculta" (ENCICLOPÉDIA, 1963). Por seu caráter empolgante, o milagre tem a propriedade de sacudir vigorosamente a maior parte dos seres humanos para que decidam erguer os olhos para o Céu.

Quando, em certa ocasião, Jesus enfrentou uma tempestade no mar da Galileia, e com uma simples palavra repreendeu os ventos e o mar, trazendo plena bonança, os "homens se maravilharam dizendo: Que homem é este, que até os ventos e o mar lhe obedecem?" (Mt 8:27). É certo que nem sempre os milagres eram entendidos (Mc 6:52). Contudo, na mente dos homens permanecia o assombro e a indagação: "Que homem é este?"

O milagre revela a subordinação da criação ao Criador

Ao meditarmos sobre os milagres que têm ocorrido tanto na natureza quanto na própria experiência e natureza humana,⁶² percebemos que Deus pode realizar atos que ou aceleram, ou sobrepujam, ou deixam de lado ou contrariam as leis da natureza, operando como lhe convém, o que nos leva a reconhecer a subordinação da criação ao Criador.

O milagre revela a natureza viva, pessoal e compassiva de Deus

Em 2 Reis 18:13 a 19:35 encontramos o relato de que o povo de Deus se encontrava em dificuldades. O exército de Senaqueribe vinha como de roldão, vencendo nação após nação, e agora se postava junto ao território de Judá e desafiava o seu Deus. Pelos recursos humanos, era impossível evitar a ruína. No entanto, em resposta às orações do rei Ezequias e do profeta Isaías, Deus interveio e o milagre ocorreu: o exército inimigo foi completamente aniquilado em apenas uma noite, por ação de um único anjo, e os que confiaram no Senhor ficaram livres.

Nos evangelhos, lemos que Jesus "viu uma grande multidão; e, compadecendo-se dela, curou os seus enfermos" (Mt 14:14). Noutra ocasião, em que muita gente o acompanhava já pelo terceiro dia e não tinha mais o que comer, Ele disse aos discípulos: "Tenho compaixão da multidão", e, então, providenciou-lhes o alimento através de um milagre (Mt 15:32-37). Assim, esses e tantos outros milagres atestam que o Senhor é um Deus

pessoal, não mera energia, mas um Deus ativo, que se preocupa com os seres humanos e que é bondoso para com eles.

O milagre revela a autenticidade dos mensageiros enviados por Deus e desperta confiança

Manifestações sobrenaturais acompanharam grande parte dos servos de Deus, atestando de sua ligação com um poder superior. Assim, quando Moisés se achava temeroso de obedecer à ordem divina, libertando Israel do Egito — por imaginar que não creriam nele como um enviado de Deus —, o Senhor o capacitou a realizar uma série de prodígios, que atestavam ser ele de fato um mensageiro do céu. Os magos do Egito chegaram a reconhecer que por trás daqueles prodígios se encontrava "o dedo de Deus" (ver £x 4; 7 —8).

Os milagres se encontram entre os argumentos mais decisivos em favor da divindade de Cristo e da origem sobrenatural de seus ensinos (ver Is 61:1-2). Respondendo à pergunta que João Batista lhe fizera por meio de mensageiros, se Ele era o Messias esperado, Cristo realizou um número considerável de milagres e ordenou aos discípulos de João que fossem e lhe contassem tudo o que tinham visto e ouvido (Mt 11:2-6). João nunca vira os milagres de Jesus, e este sabia que, ao ter conhecimento desses fatos de fonte segura, João creria nele como o enviado de Deus. Quando ressuscitou Lázaro, Cristo orou e disse que fazia aquilo a fim de que a multidão cresse nele como enviado de Deus (Jo 11:41-44). Doutra feita, declarou: "As obras que o Pai me confiou para que Eu as realizasse, essas que Eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou" (Jo 5:36). Os milagres registrados nos evangelhos têm o objetivo de levar-nos a crer que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que crendo, tenhamos vida em seu nome (Jo 20:30-31). Também os apóstolos estiveram "falando ousadamente no Senhor, o qual confirmava a palavra da sua graça, concedendo que, por mão deles, se fizessem sinais e prodígios" (At 14:3).

Assim, os milagres evidenciam a autenticidade da missão divina que apóstolos, profetas e o próprio Cristo receberam do Pai, bem como confirmam que a palavra anunciava era a "Palavra do Senhor". Por causa desses milagres, muitos creram.

O milagre revela, como figura, os mistérios da graça

Além de produzir um bem imediato para algum indivíduo ou para alguma coletividade, os milagres também são sinais de uma significação profundamente espiritual. Um exemplo disso encontra-se em um episódio ocorrido em Cafarnaum, quando trouxeram um paralítico a fim de que Jesus o curasse. Conhecendo mais a fundo o íntimo daquele homem, Jesus declarou perdoados os seus pecados. Os escribas presentes viram nisso uma blasfêmia, ao que Jesus lhes falou: "Para que saibais que o Filho do homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados — disse, então, ao paralítico: Levanta-te, toma o teu leito e vai para a tua casa. E, levantandose, partiu para sua casa" (ver Mt 9:1-7). A cura daquele paralítico manifestava o poder de Jesus para perdoar os pecados que haviam paralisado o corpo do paralítico e prejudicado sua vida espiritual. Dessa maneira também pode ser percebido que a tempestade acalmada ilustrava o seu poder de acalmar as turbulências do coração humano. restabelecimento da visão aos cegos simbolizava a visão espiritual que Deus quer dar a quem foi cegado pelo pecado. A purificação de um leproso nos fala de como Deus tem poder para nos purificar do mal. E as ressurreições que Ele realizou exemplificavam a nova vida que Cristo pode dar aos que estão mortos em seus delitos e pecados.

Outros meios

Deus ainda usou diversos outros expedientes sobrenaturais como meios de revelação. As teofanias são exemplos disso. "Teofania" significa, literalmente, "Deus brilha", o que pode ser uma referência à luz brilhante frequentemente presente nas aparições divinas (ver Mt 17:2; At 9:3). Nesses casos, Deus se manifesta pessoalmente (CANALE, 2011, p. 259). Houve também ocasiões em que sua voz se tornou audível a determinadas pessoas (1Sm 3:4; Lc 3:21-22; Mt 17:5; Jo 12:28); fez uso de anjos (Mt 1:20-21; At 10:3-6); de Urim e Tumim (Êx 28:30; 1Sm 23:6-13); dos profetas (Am 3:7); de sonhos (Gn 20:3; 41:7; 1Rs 3:5; Dn 2:1, 28); e de visões (Is 2:1; Ez 1:1; Dn 10:7).

Deus nos concedeu uma revelação de si mesmo através de meios sobrenaturais, o que chamamos de revelação especial. Primeiramente, mencionamos as Escrituras, as quais foram inspiradas por Deus e escritas

por homens consagrados que Ele escolheu. Elas reiteram todas as verdades que havíamos recebido por meio da revelação geral, iluminando a natureza, a história e a consciência humana; e testificam a respeito do Filho de Deus, o qual — por meio de sua encarnação, vida, obras e palavras — nos concedeu a mais completa e perfeita revelação, sendo a expressão exata do Pai. Outros meios de revelação são os milagres, os quais estão intimamente ligados à vida terrena de Jesus Cristo e aos registros que formam a Bíblia Sagrada. Tais milagres revelam o poder de Deus sobre a criação, bem como sua natureza viva, pessoal e compassiva; demonstram sua capacidade para despertar os indiferentes e revelam ainda os mistérios de sua graça e a autenticidade de seus enviados e de sua Palavra. Ainda há diversos outros recursos sobrenaturais, e é através de todas essas revelações especiais que podemos obter uma mais ampla e nítida visão do caráter de Deus e de seu plano de redenção.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são as principais características da Bíblia como revelação especial de Deus?
- 2. Por que Jesus Cristo é a mais clara e perfeita revelação de Deus?
- 3. Quais são as diferenças entre um verdadeiro e um falso milagre?

INSPIRAÇÃO

Os teólogos cristãos costumam empregar os termos "revelação" e "inspiração" de maneira ampla e flexível, mas esses mesmos termos também podem ser empregados com um significado restrito, como é feito neste capítulo, limitando-se a tratar de como a Bíblia foi escrita. Nesse sentido, revelação descreve a maneira como Deus colocou os conteúdos na mente dos escritores bíblicos, enquanto a inspiração se refere ao modo como Deus transportou esses conteúdos da mente deles para as Escrituras. Dessa forma, a doutrina da inspiração busca explicar a interação entre Deus e os escritores na produção do texto bíblico (CANALE, 2011, p. 21, 48, 179).

A Bíblia declara ser ela mesma inspirada por Deus. Sobre isso, Paulo escreveu: "Toda a Escritura é inspirada por Deus" (2Tm 3:16). Mas, o que é inspiração? Como a Bíblia apresenta este tema, embora não com os detalhes que gostaríamos, ele continua a ser objeto de profunda investigação por parte de teólogos cristãos de diferentes tradições religiosas, de modo que nossa compreensão sobre ele vai avançando. Existem diferentes teorias que buscam explicá-la.

Teorias sobre a inspiração

Teoria da intuição

Afirma que a Bíblia é uma produção totalmente humana, fruto da imaginação, da intuição. Seus escritores agiram como um artista, poeta ou músico que, num momento de enlevo, pinta, escreve ou compõe uma obra magnífica. O fundamento dessa teoria é a negação do sobrenatural, isto é, aqueles que a defendem não creem na existência de Deus ou, pelo menos, não aceitam que Ele possa comunicar-se com o ser humano. Assim, "a verdade moral e religiosa", que é apresentada nas Escrituras, é tida como "uma coisa puramente subjetiva — matéria de opinião particular — não tendo nenhuma realidade objetiva independente das opiniões que os homens têm dela" (STRONG, 2002, v. 1, p. 304). Evidentemente, o cristão

não aceita essa teoria. O apóstolo Pedro escreveu que "nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1:20-21). Paulo também declarou: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. [...] Nós, porém, temos a mente de Cristo" (1Co :14, 16).

Teoria parcial

Os adeptos dessa teoria defendem a ideia de que apenas algumas partes da Bíblia foram inspiradas por Deus. Eles fazem distinção, por exemplo, entre 1) o que é espiritual e ético e diz respeito à salvação e 2) o mundo concreto que está sob o domínio da ciência. Assim, as Escrituras são significativas na primeira esfera, mas não na segunda. Por isso, não veem qualquer conflito entre teologia e ciência e são capazes de crer simultaneamente, por exemplo, na teoria da evolução e na justificação pela fé (CANALE, 2011, p. 183). Eles se julgam no direito de dizer quais textos foram inspirados e quais não o foram. Desse modo, a Bíblia não é a Palavra de Deus; ela somente contém a Palavra de Deus. Tal compreensão é falsa, pois contraria o próprio conteúdo bíblico e causa confusão. Como Paulo escreveu: "Toda a Escritura é inspirada por Deus" (2Tm 3:16).

Teoria do ditado

Assevera que as palavras da Bíblia são as próprias palavras de Deus. Suas palavras foram selecionadas e ditadas por Deus aos homens que Ele escolheu. Embora algumas palavras tenham vindo diretamente do próprio Deus, como é o caso dos Dez Mandamentos, essa teoria está equivocada. Percebe-se isso facilmente através dos diferentes estilos literários apresentados nas Escrituras. Sendo homens incultos, Pedro e João, por exemplo, escreveram com simplicidade, usando um vocabulário reduzido. Já Paulo e Lucas, por serem escritores mais cultos, se valeram de uma linguagem mais erudita e rebuscada. No NT, o vocabulário mais rico é o de Lucas, e o mais pobre é o que aparece na segunda epístola de Pedro e

também nos escritos de João, especialmente no Apocalipse. Isso nos leva à seguinte indagação: se Deus tivesse ditado, não haveria apenas um estilo, o estilo de Deus? Todavia, a Bíblia contém dezenas deles.

Teoria verbal

Essa teoria é chamada de verbal porque a verdade é comunicada em linguagem humana (ver AUZOU, 1967, p. 412). Seus defensores declaram que Deus controlou todos os processos e aspectos envolvidos, tais como a individualidade dos escritores, seu treinamento e experiência e o meio ambiente, de modo que as palavras utilizadas fossem não apenas do homem, mas do próprio Deus (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Ele fez uso das melhores palavras, mesmo que fosse grego inferior ou linguagem de criança, a fim de ser verbalmente entendido (GERSTNER, 1989, p. 30-31). Em outras palavras, enquanto o escritor bíblico escrevia o que lhe foi revelado, a obra do Espírito Santo alcançava o nível das próprias palavras. Quando o escritor estava sob a inspiração do Espírito de Deus, o controle deste era tão completo e irresistível que o indivíduo se tornava um agente passivo e não contribuía em nada na elaboração da mensagem, pois não havia espaço para que ele fosse, de fato, pensador e autor. Deus, por meio da instrumentalidade humana, era o agente por trás de cada palavra das Escrituras e se comportava não somente como autor, mas também como escritor. Nesse caso, como Deus controla todo o processo de escrita, desaparece qualquer possibilidade de erro e pode-se afirmar a inerrância da Bíblia (CANALE, 2011, p. 122; 177-183; 187). A inspiração garante a veracidade das Escrituras quanto a qualquer assunto, espiritual ou secular, ou seja, não apenas quando trata da salvação, mas também quando apresenta dados históricos ou informações no âmbito da ciência ou da moralidade (SCHAEFFER, 1989, p. 19). Um dos teólogos que aceita esse modelo de inspiração assim se expressou:

Quando falamos de inspiração da Bíblia, não queremos dizer que os escritores foram inspirados, mas sim que as próprias palavras o foram, ou seja, elas foram sopradas por Deus. Em certo sentido, Deus incutiu sua vida nas palavras da Bíblia, de sorte que são realmente palavras suas. Não se pode dizer o mesmo de nenhum outro livro já escrito! (ZUCK, 1999, p. 80).

Entre os adeptos dessa teoria encontram-se muitos dos grandes teólogos conservadores contemporâneos. Embora assumam que não podem entender plenamente todos os aparentes erros (BOICE, 1989, p. 12, 164), eles defendem a inerrância bíblica para os manuscritos originais, mas não para qualquer cópia. Asseveram que se a Bíblia está errada em declarações de história ou de ciência, é lógico supor que também contém erros em suas afirmações doutrinárias ou teológicas (ARCHER, 1989, p. 101, 105), e que é impossível explicar e defender a ideia de que a Bíblia foi divinamente supervisionada em parte do seu conteúdo (fé e prática), mas não a totalidade dela (SPROUL, 1989, p. 136).

Embora essa teoria possa ter aspectos positivos e seja amplamente aceita, ela não parece explicar de modo satisfatório o fenômeno da inspiração. Os seguintes argumentos devem ser levados em conta: 1) embora Paulo apresente a "inspiração" ("o sopro de Deus") como sendo "verbal" no sentido de que ela alcança as próprias palavras das Escrituras, não está detalhado como isso ocorreu e, por essa razão, o assunto se encontra sujeito à interpretação (CANALE, 2011, p. 50, 180); 2) as citações do AT que aparecem no NT em 99 casos diferem tanto do texto hebraico quanto da Septuaginta; 3) as palavras proferidas por Jesus são relatadas com variações nos diferentes evangelhos (STRONG, 2002, v. 1, p. 323); e 4) como seria possível que as traduções da Bíblia para outros idiomas ainda fossem consideradas como Palavra de Deus, uma vez que as línguas, especialmente as primitivas, não possuem palavras que tenham equivalência exata com as línguas bíblicas originais?

Teoria ideológica

A teoria ideológica (ou do pensamento, ou dinâmica) ensina que o conteúdo bíblico (ideias e verdades) é inteiramente uma criação de Deus, mas sua forma (o estilo literário e as palavras usadas) é humana. Assim, a Bíblia tem uma dupla autoria: ela é divino-humana. O Espírito Santo forneceu o pensamento, a verdade, mas não os vocábulos que deveriam ser empregados no preparo das Escrituras, deixando o escritor livre para utilizar suas próprias palavras, aquelas que julgou serem as melhores para expressar o que lhe foi apresentado. Os que escreveram a Bíblia poderiam ter escolhido outras expressões, porque o importante não são as palavras

utilizadas, mas a verdade que elas apresentam. Assim, é admitida uma maior contribuição humana e uma redução no controle divino (CANALE, 2011, p. 181), e os mesmos argumentos utilizados para refutar as teorias anteriores têm sido empregados para confirmar esta. A teoria ideológica é aceita por alguns eruditos protestantes conservadores e por muitos anos tem sido a teoria mais acolhida pelos teólogos adventistas do sétimo dia, que a têm considerado como sendo aquela que melhor explica a inspiração das Escrituras.

Teoria histórico-cognitiva

Como os estudos sobre o fenômeno da revelação-inspiração continuam, recentemente surgiu uma nova teoria, que está sendo chamada de modelo histórico-cognitivo. Quem a propõe, depois de analisar as demais teorias, chegou à conclusão de que, embora elas tragam alguma contribuição para a compreensão do assunto, mostram-se insuficientes para explicar o processo completo da formação das Escrituras. Segundo esse modelo, enquanto outras teorias têm o seu foco na inspiração, o correto seria focalizar a revelação, que inclui não apenas aquelas informações que vieram diretamente de Deus, mas também as que chegaram aos escritores bíblicos de forma indireta, por intermédio de outras fontes. Isso porque, ao colocar conteúdos na mente do escritor bíblico, o Espírito de Deus pode fazê-lo empregando métodos tanto sobrenaturais quanto naturais, segundo lhe apraz (CANALE, 2011, p. 204, 250-251, 262, 269, 347-349).

Desse modo, a revelação feita aos escritores bíblicos nem sempre vinha por meio de sonhos ou visões, embora este pareça ser o método mais utilizado por Deus. Falando a Arão e Miriã, que estavam se rebelando contra Moisés, seu irmão, Deus disse:

Ouvi, agora, as minhas palavras; se entre vos há profeta, Eu, o Senhor, em visão a ele, me faço conhecer ou falo com ele em sonhos. Não é assim com o meu servo Moisés, que é fiel em toda a minha casa. Boca a boca falo com ele, claramente e não por enigmas; pois ele vê a forma do Senhor; como, pois, não temestes falar contra o meu servo, contra Moisés? (Nm 12:6-8).

Portanto, Moisés, o homem que individualmente mais escreveu páginas da Bíblia, não recebeu as informações por sonho ou visão, mas diretamente de Deus. Ele ouvia a voz de Deus.

Observemos ainda o caso de Lucas, que escreveu o evangelho que leva seu nome e o livro de Atos. Ele foi o único escritor bíblico que não pertenceu ao povo judeu. Não foi discípulo de Jesus e nem sequer o conheceu. Lucas entra em cena na história bíblica muitos anos depois da ascensão de Cristo, durante as viagens missionárias de Paulo. Como pôde, então, escrever tão belamente sobre a vida de Cristo? Será que Deus lhe mostrou em sonho ou em visão como fora a vida e o ministério de seu Filho? Poderia ter sido desse modo, mas não foi. Na introdução desse evangelho, Lucas declara ter realizado uma pesquisa, uma "acurada investigação". Em meio a tantas informações sobre Cristo, orais e escritas, verdadeiras e falsas, que circulavam em seus dias, ele foi capacitado por Deus para selecionar apenas aquelas que eram verdadeiras e relevantes (Lc 1:1-4).

Como declaram as próprias Escrituras, Deus falou de "muitas maneiras" (Hb 1:1). As razões pelas quais Deus escolheu se comunicar de diferentes modos parecem ser particularmente duas: 1) a diversidade do público-alvo e 2) a diversidade dos temas abordados (CANALE, 2011, p. 307). Tomemos como exemplos os evangelhos. Seus conteúdos não foram revelados mediante sonhos e visões sobrenaturais, mas através dos próprios eventos e pela comunicação de informação normal entre as pessoas (CANALE, 2011, p. 270). Os evangelistas ou presenciaram os acontecimentos que descrevem ou receberam informações quando ouviram ou leram o relato de testemunhas oculares.

Além disso, os profetas e apóstolos que escreveram as Escrituras eram homens pensantes que fizeram mais do que simplesmente transcrever o que foi revelado. Na produção de seus textos também consultaram fontes orais e escritas e as avaliaram, criticaram e até mesmo modificaram. Também ilustravam o conteúdo com aquilo que era familiar a eles e ao seu público-alvo. Observemos, por exemplo, o relato da primeira visão encontrada no Apocalipse. O profeta escreveu: "Vi [...] um semelhante a filho de homem. [...] A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo" (Ap 1:12-14). Em seus registros, o escritor usa palavras que expressam comparação, as quais não lhe foram dadas por Deus, antes brotaram do repertório de seu conhecimento. Desse modo, se percebe que as revelações vindas de Deus se conectavam com aquelas que já estavam na mente dos escritores, o que justifica a compreensão de que as Escrituras

são um fenômeno divino e humano. Devemos ressaltar que, em todo esse processo, os escritores foram supervisionados pelo Espírito de Deus, que lhes concedeu graça e sabedoria de modo que os conteúdos fossem registrados de maneira fidedigna (CANALE, 2011, p. 351) e a inspiração alcançasse o nível das palavras humanas. Portanto, Deus é o autor das Escrituras, mas não o escritor, ao passo que os profetas e apóstolos são os escritores delas (CANALE, 2011, p. 60-67). Tratando desse tema, Ellen G. White (1966, p. 21) escreveu:

Não são as palavras da Bíblia que são inspiradas, mas os homens é que o foram. A inspiração não atua nas palavras do homem ou em suas expressões, mas no próprio homem que, sob a influência do Espírito Santo, é possuído de pensamentos. As palavras, porém, recebem o cunho da mente individual. A mente divina é difusa. A mente divina, bem como sua vontade, é combinada com a mente e a vontade humanas; assim as declarações do homem são a Palavra de Deus.

Essa teoria considera que todas as porções bíblicas possuem o mesmo nível de autoridade (CANALE, 2011, p. 274) e afirma que não há nas Escrituras nenhum erro factual intencionalmente enganoso, mas que, devido às limitações e imperfeições humanas, pode haver alguma falta de precisão em detalhes insignificantes, periféricos, cuja eliminação não faria falta à compreensão do que está sendo tratado. Embora haja perfeição de conteúdo, pode haver imperfeição no modo de comunicá-lo (CANALE, 2011, p. 395-397; 237; WHITE, 1966, p. 20).

Inspiração: o sopro de Deus

A palavra "inspirada" não existe, de fato, no texto bíblico original, mas passou a ser usada na Bíblia em decorrência da tradução equivocada de duas palavras gregas quando verteram o NT para o latim. A primeira, theopneustos, referindo-se à Escritura (2Tm 3:16), significa "soprada por Deus", e a segunda, feromenoi, referindo-se aos homens escolhidos para escrever as Escrituras (2Pe 1:21), tem o sentido de "levados, conduzidos adiante, movidos". Ambas foram traduzidas para o latim como divinitus inspirata e, então, tornou-se comum no mundo cristão se falar em "inspiração". Assim, a versão Almeida Revista e Corrigida, que no passado foi a Bíblia mais usada em nosso país, traduziu os dois termos como "inspirados", seguindo a tradição latina (CANALE, 2011, p. 68).

O adjetivo *theopneustos*, que significa literalmente "soprada por Deus" ou "respirada por Deus", transmite a ideia de que a Escritura é divinamente "expirada", "assoprada", ou seja, tem sua origem no próprio Deus, é emitida por Ele. Por isso, a palavra inspirada não ajuda na compreensão do sentido original e tencionado pelo escritor sagrado, pois o adjetivo assim traduzido transmite a ideia de que a Escritura foi aspirada para dentro de Deus, quando o que se quer dizer é exatamente o contrário (BROWN, 1982). Apesar de continuarmos a falar em "inspiração" da Escritura, o importante é se conhecer o conceito bíblico envolvido: a Bíblia provém de Deus.

Elementos da inspiração

No processo de inspiração existem três elementos: a fonte de inspiração (o Espírito Santo), o agente da inspiração (a pessoa que Deus escolheu para transmitir a revelação) e o resultado da inspiração (uma proclamação ou um escrito da verdade que Deus apresentou ao seu servo). Assim, aqueles profetas que não escreveram nada também foram inspirados por Deus. A diferença é que o produto da inspiração não foi um escrito, mas, sim, uma proclamação oral.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Em suas próprias palavras, defina o que são a teoria da intuição, a teoria parcial, a teoria do ditado, a teoria verbal, a teoria ideológica e a teoria histórico-cognitiva.
- 2. Quais são as principais falhas e limitações da teoria do ditado e da teoria verbal? Por que não podemos aceitá-las?
- 3. Quais são os pontos em comum entre a teoria ideológica e a teoria histórico-cognitiva? Como você avalia cada uma delas?

ILUMINAÇÃO

No estudo da Bíblia, outro conceito importante é o de iluminação, que pode ser definido como a ação do Espírito Santo sobre um indivíduo, capacitando-o a entender a mensagem (revelação) de Deus. Na verdade, a leitura da Bíblia desacompanhada dessa ação do Espírito de Deus poderá ser prejudicial.

Sem a ajuda do Espírito Santo, porém, estamos continuamente sujeitos a torcer as Escrituras ou a interpretá-las mal. Muitas vezes a leitura da Bíblia fica sem proveito, e em muitos casos é até nociva. Quando se abre a Palavra de Deus sem reverência nem oração; quando os pensamentos e afeições não se concentram em Deus ou não se acham em harmonia com sua vontade, a mente fica obscurecida por dúvidas; e o ceticismo se robustece com o próprio estudo da Bíblia (WHITE, 2001c, p. 110).

Durante a Idade Média, a igreja era tida como a autoridade absoluta. Posteriormente, os reformadores transferiram tal autoridade para um livro: a Bíblia (STRONG, 2002, v. 1, p. 327). Todavia, a autoridade da Escritura está subordinada a Cristo e ao seu Espírito. A Palavra de Deus é a "espada do Espírito" (Ef 6:17) e, para penetrar fundo no coração humano (Hb 4:12), precisa ser manejada por Ele. É necessário que Aquele que no passado inspirou seus servos a escreverem a Bíblia nos capacite, hoje, a entender seu significado. Como está escrito: "As coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus" (1Co 2:11), e: "O Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito" (Jo 14:26).

No entanto, há cristãos que, ao lerem a Palavra de Deus, creem que uma simples oração garantirá o milagre da interpretação, que o Espírito Santo iluminará sempre instantaneamente e que depois dessa oração o que entenderem da Bíblia é a interpretação correta e que qualquer um que deles discordar estará em erro. A esse respeito, é atribuído a Lutero (*apud* AUZOU, 1967, p. 314) uma declaração em que menciona Jerônimo, o qual, no prefácio da sua Bíblia, a Vulgata Latina,

deplora que não haja um velho embrutecido, uma velha caduca, um só pretensioso sofista que não tem a temeridade de se crer doutor em teologia e não se ponha a retalhar a Escritura. Em todas as outras artes e outras profissões, há monitores e mestres junto aos quais é preciso aprender, métodos e regras pelas quais é preciso se conduzir e se comportar. Mas, quando se trata das Escrituras e da palavra divina, elas têm de sofrer a vaidade, o

orgulho e a falta de senso e a temeridade do primeiro que aparece para retomá-las, forçar o seu sentido e compor suas pequenas sutilezas, conforme o que dela entende e conforme a sua fantasia. Eis porque surgem tantas pessoas a fazer um grupo à parte, tantas seitas e tantos escândalos. Queira Deus nos proteger disso!

Tais pessoas não consideram a maneira como o Espírito costuma iluminar, ou seja, trazer luz sobre aquilo que é necessário. De acordo com Atos 8 e 10, quando alguém como o eunuco etíope ou o centurião Cornélio carecem de iluminação, Deus responde às suas orações colocando-os em contato com aqueles cristãos que são mais experientes, mais maduros em sua fé, que conhecem aquele ponto que necessita ser entendido e que frequentemente é através deles que virá a iluminação.

Vejamos alguns instrumentos, procedimentos e métodos que podemos utilizar a fim de compreendermos o texto bíblico.

Ferramentas para a compreensão da Bíblia

Existem algumas ferramentas que são necessárias para a correta compreensão da Bíblia Sagrada. Elas foram preparadas por servos de Deus, pessoas a quem o Espírito Santo capacitou para tal tarefa. Alguns deles dedicaram boa parte de sua existência no preparo desses materiais que agora se acham disponíveis na forma de livros ou de dispositivos digitais. É adequado, e mesmo necessário, que as usemos para nosso próprio crescimento espiritual e para a edificação de outros a quem podemos beneficiar.

Texto nas línguas originais

Se o estudante conhecer grego e hebraico e tiver acesso ao texto bíblico nas línguas originais, será grandemente beneficiado. O capítulo sobre a tradução da Bíblia discorrerá mais a esse respeito. Por enquanto, é suficiente saber que aquele que tem algum entendimento de grego e hebraico é como quem assiste uma televisão em cores, enquanto aquele que desconhece essas

línguas é como quem assiste uma televisão em preto e branco (ROBINSON, 1990, p. 41).

Traduções

Uma vez que a inspiração é um fenômeno que envolve os escritores bíblicos, mas não os tradutores, será bastante proveitoso possuir diversas traduções. Especialmente quando analisamos textos de difícil tradução, percebe-se que alguns tradutores conseguiram maior correção e clareza que outros.

Concordância bíblica

A concordância bíblica também é conhecida como chave bíblica. Ela contém as palavras da Bíblia em ordem alfabética. Abaixo de cada uma delas aparecem os textos bíblicos (livro, capítulo, versículo e frase) onde se encontra a palavra que estamos considerando. Por exemplo: se você quiser aprender o que a Bíblia ensina sobre a oração, procure na concordância o substantivo "oração" e o verbo "orar", e você encontrará muitos textos sobre o assunto. As concordâncias podem ser parciais ou completas. As completas possuem todos os vocábulos que aparecem na Bíblia e citam todas as vezes em que eles aparecem.

Dicionário teológico

Há o dicionário teológico do AT, que discorre de maneira bastante detalhada sobre as palavras hebraicas, e o dicionário teológico do NT, que trata com a mesma profundidade as palavras gregas. Esses dicionários contêm as palavras bíblicas em nossa língua e as palavras correspondentes na língua original. Eles mostram o significado dessas palavras e dão exemplos de como foram empregadas na literatura bíblica e extrabíblica.

Dicionário bíblico

O dicionário bíblico fornece os significados das palavras que aparecem na Bíblia de maneira mais breve do que os dicionários teológicos. Além disso, costumam conter, entre outras coisas, as biografias dos principais personagens bíblicos e informações detalhadas sobre a geografia das terras bíblicas.

Enciclopédia bíblica

É uma obra de referência que expõe os fatos, as doutrinas, os resultados da pesquisa na área bíblica e outras a ela relacionadas, e biografias de grandes vultos. É semelhante a um dicionário bíblico, porém bem mais detalhada e completa. Imaginemos que você esteja estudando sobre a parábola das dez virgens, que está relacionada a uma festa de casamento. Se você consultar uma enciclopédia bíblica no verbete "casamento" ou "bodas", encontrará a explicação de como era realizado um casamento nos dias de Jesus e isso o auxiliará a compreender melhor a parábola.

Comentário bíblico

Há comentários de toda a Bíblia, de partes da Bíblia, tais como o AT ou o NT, e comentários de livros isolados da Bíblia. Os comentários mostram-nos o que os eruditos da Bíblia descobriram sobre os textos que estamos estudando. Alguns comentários são mais resumidos, enquanto outros, mais completos, explicam verso por verso e, às vezes, quase que palavra por palavra.

Escritos de Ellen G. White

Dentre os muitos livros, artigos, cartas e manuscritos que Ellen G. White escreveu, destacamos aqueles livros cujo propósito, em realidade, é comentar a Bíblia. São eles:

- 1. Patriarcas e profetas;
- 2. Profetas e reis;
- 3. O desejado de todas as nações;
- 4. Atos dos apóstolos;

- 5. O grande conflito;
- 6. História da redenção;
- 7. Parábolas de Jesus;
- 8. O maior discurso de Cristo;
- 9. No deserto da tentação.

Alguns desses volumes possuem três índices: o índice dos capítulos, um índice remissivo contendo as principais palavras e um índice das passagens bíblicas utilizadas, o que será de especial ajuda para se localizar um comentário sobre determinado texto.

Diretrizes para a correta interpretação da Bíblia

Um escrito humano, para ser bem compreendido, precisa ser estudado à luz de algumas regras. Isso é válido para qualquer coisa que o ser humano tenha escrito, desde aqueles primeiros rabiscos registrados há milhares de anos na pedra ou em cerâmica, até aquele que você acabou de escrever em uma folha de caderno ou em seu celular. Essas regras são fornecidas pela hermenêutica, que é "a ciência das leis e princípios de interpretação e explanação" (HERMENÊUTICA, 2005). Como a Bíblia é um livro escrito por seres humanos, com linguagem, vocabulário e estilo humanos, para entendê-la precisamos conhecer e seguir tais regras. Por outro lado, como a Bíblia é um livro único, no sentido de que é uma revelação vinda de Deus, também possui outras regras exclusivas. Assim, existe o que é chamado de hermenêutica bíblica, a qual tem sido amplamente aceita pelos eruditos cristãos através dos tempos. A seguir mencionamos algumas dessas regras.

1. Considere a Bíblia como ensinando apenas uma teologia. Por trás de cada escritor bíblico, encontra-se o verdadeiro autor, que é o Espírito Santo (2Pe 1:20-21), o que garante que não há diferença doutrinária entre um livro e outro das Escrituras, pois Ele não pode contradizer a si mesmo. Assim, os textos que parecem contraditórios são apenas aparentes. É o caso das

declarações de Paulo e Tiago a respeito da justificação. Após arrazoar sobre a justificação pela fé, Paulo escreveu: "Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei" (Rm 3:28). Tiago, entretanto, discorrendo sobre a prática da fé, após citar alguns exemplos, concluiu: "Verificais que uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente" (Tg 2:24).

Ao buscarmos entender esses textos, devemos lembrar que Paulo e Tiago não estão falando a públicos idênticos numa mesma reunião. Antes, falam a pessoas diferentes, que viviam em lugares distintos e que se encontravam em circunstâncias adversas. A resposta ao problema está na compreensão do que é fé. Inúmeras palavras bíblicas possuem mais de um significado, e este deve sempre ser determinado pelo contexto onde elas aparecem. É o caso da palavra "fé". Nos escritos de Paulo, fé é a inteira confiança e entrega a Deus. No entanto, para os destinatários da carta de Tiago, fé era apenas uma concordância intelectual com a verdade. A esses Tiago reitera que tal atitude não pode salvar o pecador e que os possuidores da verdadeira fé haverão de demonstrá-la em uma vida de boas obras. Se examinarmos tudo o que Paulo escreveu ou pregou sobre fé e obras e tudo o que Tiago escreveu a respeito, perceberemos que não há discordância entre eles.

Outro exemplo pode ser percebido nos textos aparentemente conflitantes que tratam do arrependimento de Deus, que abordamos no capítulo sobre a tradução da Bíblia. Enfim, sempre que encontramos alguma aparente contradição na Bíblia, devemos lembrar que naquele momento a incoerência existe porque nos falta alguma informação.

2. Deixe a Bíblia interpretar a própria Bíblia. Tal regra é muitíssimo necessária, especialmente quando tratamos de textos que são evidentemente simbólicos. Não podemos soltar nossa imaginação e inventar significados, como fazem os alegoristas. O método de interpretação conhecido como "alegórico", muito utilizado na Idade Média para a compreensão da Bíblia, é, na verdade, de origem pagã, primeiramente utilizado para interpretar seus escritos religiosos e, posteriormente, adotado por judeus e, através deles, por alguns cristãos. Tal método só prejudica o estudo da Bíblia.

Como exemplo, vamos utilizar essa regra para o entendimento de Apocalipse 12:1-4. Evidentemente, esse é um texto altamente simbólico. Nele encontramos alguns elementos principais: uma mulher, seu filho e um dragão. Quem são eles? Examinando outros textos bíblicos pertinentes, chegamos à conclusão que ali a mulher representa o povo de Deus (Is 54:5-6; Ez 16:8-14; Os 2:2-20); o dragão, Satanás (Ap 12:9); e o Filho, Jesus (Sl 2:7-9; Hb 1:1-5; Ap 19:11-16).

- 3. Interprete através do conjunto das Escrituras e nunca através de textos isolados. Cada doutrina bíblica é baseada na totalidade das passagens que tratam do tema, e não em apenas uma passagem (a não ser que haja um único texto sobre o assunto, como é o caso da cerimônia do lava-pés, que só é mencionada em Jo 13). Por quê? Para evitar que o entendimento errado de um único texto ocasione grave prejuízo espiritual. Um exemplo é a passagem de Lucas 16:19-31, que trata da parábola do rico e Lázaro. Esse parece ser o texto mais utilizado pelos defensores da doutrina da imortalidade da alma. Todavia, perguntamos: é correto nos basearmos nessa parábola para ensinar a doutrina da imortalidade da alma? É esse o assunto que ali está sendo ensinado? O que dizem os outros textos bíblicos que tratam da morte? Compare, por exemplo, com Salmos 115:17; 146:4; Eclesiastes 9:5-6, 10; João 5:28-29.
- 4. Considere sempre o contexto imediato da passagem. Isso se refere aos demais versos que cercam a porção que estamos estudando. Com pouquíssimas exceções, como é o caso da maioria dos provérbios, os textos não estão soltos, mas, sim, ligados àquilo que está escrito antes e àquilo que aparece depois. Quando isso é passado por alto, podemos chegar a uma conclusão bem diferente daquela pretendida pelo escritor.

Esta é uma regra bastante elementar, e sua transgressão tem levado ao surgimento de muitas ideias e procedimentos bastante tolos. Alguns, por exemplo, não confiam em ninguém, e dizem estar cumprindo uma ordem bíblica, aquela que diz: "Maldito o homem que confia no homem" (Jr 17:5). Todavia, o contexto mostra que isso foi dito a Judá porque, diante do perigo iminente que era a vinda dos babilônios, ele estava confiando na ajuda do Egito e não no socorro que Deus podia oferecer (ver Is 30:1-2; 31:1). O próprio restante do versículo 5 mostra claramente que um homem só é maldito por confiar em outro se, ao fazer assim, estiver se afastando de Deus: "Maldito o homem que confia no homem, faz da carne mortal o seu braço e aparta o seu coração do Senhor!" Na verdade, Deus quer que haja

confiança e ajuda mútua entre as pessoas. Precisamos confiar, especialmente em nossos irmãos na fé.

Observe também a passagem de Marcos 7:19, que diz: "E, assim, considerou Ele puros todos os alimentos." Se alguém considerar essa frase isoladamente, pode chegar à conclusão de que Cristo nos liberou para comer qualquer coisa. Todavia, é isso que o texto quer ensinar? Nesse caso, devemos avaliar o contexto desde o início do capítulo e também a passagem paralela de Mateus 15:1-20. O texto não trata de alimentos limpos ou imundos. Todos os que estavam naquela reunião eram judeus, e nenhum deles usava alimentos imundos. O assunto se restringia a comer algum alimento sem antes lavar as mãos repetidamente, cerimonialmente, como era costume entre os judeus, o que fica claro na passagem paralela de Mateus.

5. Considere o contexto histórico. Este diz respeito às circunstâncias em que se encontravam o escritor e aqueles que foram os primeiros destinatários do texto. Devemos buscar respostas para as seguintes perguntas: Quem escreveu? Em que tempo e lugar escreveu? A quem escreveu? Qual a razão do escrito? Algumas vezes, o contexto histórico de uma passagem específica encontra-se em outro livro bíblico. Este costuma ser o caso dos livros proféticos do AT. Muitos profetas datam suas profecias mencionando os reis contemporâneos e, algumas vezes, são até mais específicos, referindo-se ao ano do reinado deles (por exemplo, Is 1:1; 6:1; Jr 36:1; Ag 1:1; Zc 1:1). Nesses casos, é muito útil examinar as seções que tratam desses reis nos livros de Reis e Crônicas, pois ali é possível encontrar informações sobre a condição política, econômica, social e religiosa de Israel e Judá na época em que o livro foi escrito, bem como a situação política internacional, que frequentemente tinham seus reflexos na vida espiritual do povo de Deus.

Com relação ao NT, mencionamos como exemplo a orientação que aparece na primeira carta de Paulo aos coríntios, onde é asseverado que ficar solteiro é melhor do que casar-se (1Co 7:1-2, 7-9, 26-28 e 38), o que parece destoar do restante da Bíblia e dos próprios ensinos de Paulo. Nesse caso, tal conselho deve ser entendido à luz do versículo 26, e diz respeito a uma situação histórica específica, bem conhecida pelo autor da carta e daqueles a quem ela foi originalmente endereçada.

- É possível também que a compreensão de alguma passagem bíblica requeira alguma informação histórica que não se encontra na Bíblia. Esse parece ser o caso de 1 Coríntios 11, que traz instruções sobre o cabelo e o véu e diz respeito às circunstâncias em que viviam as cristãs de Corinto na sociedade daquela cidade o que não se encontra claramente na Bíblia.
- 6. Procure primeiro o sentido literal, depois, se necessário, o simbólico ou figurativo. É por desconsiderar esta regra que muitos não entendem os primeiros onze capítulos da Bíblia e os encaram apenas como mitos e figuras. A Bíblia deve ser encarada como literal, a menos que fique evidente que determinada porção não é literal. Este é o caso de Apocalipse 12. Ali uma mulher está vestida com o Sol, o que é impossível. Também é impossível haver um dragão tão grande que com um movimento de sua cauda derrube a terça parte das estrelas do universo. Fica bem evidente que o texto não é literal e deve ser entendido de outro modo. Como já vimos, Apocalipse 12 é altamente simbólico e os símbolos são claramente identificados nas Escrituras. Outras vezes, o texto não é literal, nem simbólico, mas figurativo um modo mais poético, mais belo de se dizer algo. Um exemplo encontra-se em Provérbios 5:15-21, onde o homem é estimulado a ter intimidade com sua esposa e não com outras mulheres.
- 7. Leia o texto em outras boas traduções. Isso é especialmente válido quando o texto que estamos considerando parece obscuro. Observe Filipenses 2:5-7 em duas traduções. Na Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição, lemos: "Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo." Observe, agora, como o texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje é bem mais claro: "Tenham entre vocês o mesmo modo de pensar de Cristo Jesus: Ele tinha a natureza de Deus, mas não tentou ficar igual a Deus. Pelo contrário, abriu mão de tudo o que era seu e tomou a natureza de servo." Especialmente a expressão "natureza de Deus" é muito mais clara e precisa do que a declaração "forma de Deus".
- 8. Determine o gênero literário que está sendo utilizado na passagem que você está considerando. Nas Escrituras, há muitos estilos e gêneros, cada qual com suas peculiaridades, que devem ser respeitadas pelo intérprete. Ali encontramos: prosa, poesia, história, doutrina, profecia,

apocalíptico, cânticos, salmos, lamentações, cartas, sermões, meditações, orações, filosofia, biografias, genealogias, parábola, alegoria, provérbio, tratados, contratos, leis e outras. Assim, para entendermos a mensagem, precisamos determinar o tipo de literatura que está sendo utilizado pelo escritor e, então, analisar o texto fazendo uso das regras de interpretação próprias daquela categoria.

Observe, por exemplo, o caso dos provérbios. Um provérbio é um dito de sabedoria que, geralmente, tenta concentrar uma verdade em duas linhas. Como isso é impossível, o provérbio não consegue dizer tudo, mas apenas um resumo. Desse modo, um provérbio não é uma promessa categórica e infalível que sempre funciona — como acontece com declarações em outros gêneros literários. Antes, ele aponta o melhor caminho para se chegar a um determinado fim. Assim, Provérbios 22:6 não é uma promessa que sempre vai funcionar. Os pais podem ser os "melhores do mundo" e oferecerem a melhor educação por palavra e exemplo e, mesmo assim, algum filho vem a se extraviar. O que esse provérbio ensina é que o melhor caminho (embora nem sempre infalível) para que um filho se torne uma pessoa de bem é educá-lo corretamente desde a infância.

9. Saiba diferenciar interpretação, reinterpretação e aplicação. Muitas pessoas leem a Bíblia sem se preocupar com o que os escritores bíblicos tinham em mente quando a escreveram. Elas leem pensando apenas em si mesmas e em suas necessidades. Esse tipo de leitura é superficial, e abre espaço para que os textos sagrados sejam distorcidos a fim de se adaptarem às ideias preconcebidas do leitor, de modo que se entenda o que se quer, e não aquilo que realmente o texto está dizendo.

Em oposição a essa prática, precisamos estudar a Bíblia de modo sério, sempre honesto, profundo e proveitoso. Há basicamente três maneiras pelas quais se pode analisar os textos bíblicos: interpretando, buscando descobrir se houve reinterpretação e aplicando. O objetivo de se interpretar um texto é descobrir o que ele significava para quem o escreveu, isto é, o que o escritor original tinha em mente na ocasião. Para que a interpretação seja correta, é necessário que o intérprete utilize as ferramentas adequadas e siga as regras fornecidas pela hermenêutica que estamos esboçando neste capítulo. Quando procedemos dessa maneira, dizemos que foi feita uma exegese do texto (essa palavra vem do grego e significa "conduzir para fora", extraindo

do texto o que ele diz). Ao contrário, quando alguém não leva em conta essas diretrizes e entende o que quer, é dito, jocosamente, que ele fez uma eisegese (essa palavra também vem do grego e significa "conduzir para dentro", impondo ao texto o que não faz parte dele).

Também acontece que alguns textos, que geralmente são proféticos, possuem mais de um significado ou, como alguns preferem, possuem o mesmo significado, mas cumprimentos em diferentes situações. Assim, uma determinada passagem pode ser importante para os contemporâneos do profeta e, ao mesmo tempo, para uma outra geração que viverá num longínquo futuro. O próprio profeta pode saber ou não que sua mensagem possui outro significado além daquele imediato, contudo, o Espírito de Deus, que está por detrás do mensageiro humano, determinou que suas palavras tivessem um *sensus plenior*, isto é, um sentido maior e mais completo do que aquele que inicialmente aparentavam (VIRKLER, 1987, p. 17).

Para diferenciarmos interpretação de reinterpretação, vamos analisar o que se encontra em Oseias 11:1, onde lemos: "Quando Israel era menino, Eu o amei; e do Egito chamei o meu filho." O contexto mostra claramente que Deus está falando do povo de Israel, a quem considerava como filho. Neste verso e nos seguintes, Deus está relembrando as muitas demonstrações de amor e terno cuidado que Ele manifestara para com eles, desde que os tirara da escravidão do Egito por intermédio de Moisés.

Do mesmo modo que um Pai amoroso trata o seu filho ainda menino, o Senhor amara Israel desde o início. Ele o havia tomado em seus braços, ensinara-o a andar e dera-lhe de comer; contudo, eles se desviaram do Senhor, vez após vez, firmando-se na idolatria e recusando se converterem. Como não dessem ouvidos ao convite de Deus, Ele retiraria sua proteção e eles seriam levados em cativeiro para a Assíria. Portanto, para Oseias, o filho é Israel e o chamado do Egito é aquele que Deus fez por meio de Moisés e que resultou no Êxodo. Em resumo, essa é a interpretação do texto.

Entretanto, cerca de oito séculos mais tarde, outro escritor inspirado, o apóstolo Mateus, após contar a fuga de José, Maria e o menino Jesus para o Egito, a fim de escaparem da matança em Belém (Mt 2:15), cita parte do mesmo versículo de Oseias e diz que foi cumprido quando Jesus voltou do Egito com seus pais. Assim, de acordo com Mateus, o filho é Jesus, e o chamado do Egito ocorreu nos primórdios da era cristã, quando "o anjo do

Senhor apareceu em sonhos a José no Egito, e disse-lhe: Levanta-te, toma o menino e sua mãe, e vai para a terra de Israel" (Mt 2:19-20).

Ora, antes de Mateus fazer essa declaração, jamais poderia alguém, estudando o livro do profeta Oseias, chegar a tal conclusão. A interpretação não o permite. Mateus tirou a citação de seu contexto e a utilizou em outro completamente diverso. Ocorre que, quando o Espírito Santo levou Oseias a anotar as palavras "do Egito chamei a meu filho", já havia planejado que elas se referissem em primeiro lugar ao povo de Israel, quando do Êxodo, e, em segundo lugar, a Jesus, quando seus pais retornassem com Ele para o território de Israel. Portanto, o que Mateus fez foi correto, porque ele estava escrevendo sob a inspiração do Espírito de Deus.

Em nosso estudo da Bíblia, podemos encontrar algum texto que foi citado posteriormente por outro escritor inspirado que o retirou de seu contexto original e lhe deu um novo significado. Nesse caso, dizemos que o texto foi reinterpretado e buscamos descobrir esse novo significado. Convém notar que uma interpretação do texto original não revelará o significado maior e mais completo. A única maneira segura de sabermos que um texto possui uma reinterpretação ocorre quando outro escritor inspirado posterior assim o declara. Portanto, nenhum de nós tem o direito de reinterpretar um texto a seu bel prazer. O que podemos fazer é descobrir se algum personagem inspirado posterior reinterpretou a passagem bíblica que estamos analisando. Acrescentamos ainda que a grande maioria dos textos bíblicos não possui qualquer reinterpretação.

Já na aplicação, o estudioso da Bíblia quer descobrir a lição espiritual que o texto possui para o tempo presente, isto é, como essa passagem das Escrituras pode nos ajudar em meio à nossa realidade e necessidades. Podemos ilustrar fazendo uma aplicação do próprio capítulo 11 de Oseias. Que proveito espiritual teriam para nós os seus primeiros versículos? Ali vemos a maneira como Deus trata o pecador. Ele age para conosco como um pai amoroso, suprindo as nossas necessidades e cuidando de nós. Ele é paciente e não desanima facilmente, apesar dos nossos pecados. Está sempre pronto a perdoar e ajudar. No entanto, se recusarmos seu amor, receberemos o amargo resultado de nossa infeliz escolha.

Observe ainda que, se não houver uma interpretação antes da aplicação, ou se a interpretação for errada, corre-se o risco de se fazer uma aplicação que não condiz com a verdade. Como exemplo, citamos o caso de um

pregador que, preparando um sermão baseado em Colossenses 2:13-15, interpretou mal o texto e acabou declarando à sua igreja que não mais precisamos guardar a lei. Vale lembrar ainda que existem textos em que a interpretação e a aplicação coincidem. Geralmente são aqueles que tratam de princípios morais. Exemplos: Lucas 12:15; Tiago 1:21-22; Hebreus 12:14.

10. Esteja disposto a aceitar coisas novas, mesmo que conflitem com suas ideias anteriores. Examine a Bíblia para descobrir o que Deus tem a dizer e não apenas para encontrar versos que confirmem suas ideias.

Métodos de estudo da Bíblia

Para tirar bom proveito da Bíblia Sagrada, devemos manuseá-la não sem propósito, casualmente, mas, sim, com um plano definido de estudo. O recomendável é que dediquemos um tempo a cada dia para a comunhão com Deus, mediante sua Palavra. Eis algumas sugestões:

Leitura diária e contínua de toda a Bíblia

Começa-se em Gênesis 1:1 e lê-se três a quatro capítulos por dia, até Apocalipse 22:21, o que ocorrerá no período de um ano. Esse método é chamado de "ano bíblico" e é a forma mais simples de se estudar a Bíblia. Sua vantagem é proporcionar uma visão abarcante da Palavra de Deus. Também é possível estudar a Bíblia de maneira contínua, lendo-se, por exemplo, um capítulo por dia.

Análise da mensagem de um livro bíblico

É um estudo com maior profundidade de algum livro bíblico de nosso interesse, fazendo uso das ferramentas disponíveis: dicionários, enciclopédias, comentários bíblicos etc. Busca-se conhecer a autoria, a data, a estrutura, o objetivo, a mensagem central, a interpretação e as aplicações do livro.

Estudo que busque a solução bíblica para um problema

específico

Quando há um problema que envolve aspectos espirituais, seja ele particular ou comunitário, podemos investigar a Bíblia com a ajuda das ferramentas disponíveis a fim de encontrar uma resposta de Deus. Temos dois exemplos que nos vêm dos primórdios da Igreja Adventista do Sétimo Dia. O primeiro consistia em descobrir se Deus havia determinado um horário específico para começar e terminar o dia de sábado e, se este fosse o caso, qual era esse horário. O segundo procurava encontrar um procedimento que conseguisse captar recursos para a manutenção da igreja. Depois de acurada investigação, encontraram onze textos bíblicos que mostravam claramente que o sábado começa e termina ao pôr do sol (WHITE, 1959, p. 75-77). Também descobriram uma série de outras passagens que conduziram a igreja a adotar o sistema de dízimos e ofertas voluntárias para a sua manutenção (MAXWELL, 1982, p. 145-146).

Estudo de palavras

Escolhemos uma única palavra e procuramos descobrir seu significado. Por exemplo: graça, fé ou benignidade. Para tanto, é melhor começar verificando o que dizem os dicionários que trazem tal palavra na língua original. Depois, com a ajuda de uma concordância bíblica, examinamos os textos bíblicos onde ela aparece e o uso que é feito no respectivo contexto. A busca em dicionários bíblicos e comentários também é muito valiosa.

Estudo de um tópico

Escolhe-se um assunto e busca-se a instrução que a Bíblia dá a respeito. Neste caso, estão envolvidas várias palavras, e não apenas uma, como no item anterior. Assim, se alguém quiser pesquisar o que a Bíblia ensina sobre saúde, deverá abarcar, em seu estudo, palavras como "corpo", "alimento", "comer", "beber" e assim por diante.

Estudo biográfico

Neste caso, a intenção é conhecer a vida de um personagem bíblico, encontrar lições espirituais que nos abençoem e descobrir como Deus atuou em sua vida. Por exemplo: Davi, Paulo e Moisés. É necessário examinar uma concordância bíblica. O uso de dicionários ou enciclopédias bíblicas e o comentário de textos pertinentes também serão de grande proveito.

Deste modo, verificamos que temos várias possibilidades de nos relacionar com a Palavra de Deus e crescer espiritualmente. Podemos escolher seguir um método e, então, quando alcançarmos nosso objetivo, seguir uma nova abordagem, lembrando que, uma vez que a Escritura tem sua origem em Deus e é a espada na mão do Espírito para operar nossa transformação, devemos encará-la como autoritativa e digna de toda a confiança e muito útil para nos conduzir no bom caminho, aquele que leva à vida eterna.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são as principais ferramentas que podemos usar no estudo da Bíblia? Explique o papel de cada uma.
- 2. Em suas próprias palavras, resuma as dez diretrizes para a correta interpretação da Bíblia mencionadas neste capítulo. Por que elas são tão importantes?
- 3. Quais são os pontos fortes e os pontos fracos de cada método analisado de estudo da Bíblia. Qual é seu favorito?

ORIGEM DA ESCRITA

Os primeiros seres humanos não sabiam escrever, e isso nem era necessário. Como viviam muito e possuíam uma grande capacidade mental, conseguiam passar suas informações de viva voz para várias gerações de seus descendentes. Todavia, com a diminuição do tempo de vida e o enfraquecimento da memória, surgiu a necessidade de se efetuarem registros que fossem preservados para a posteridade.

Podemos dizer que a escrita, desde os seus primórdios, passou por três fases distintas. A escrita primitiva se chamava pictogrâmica. Consistia em figuras que representavam objetos. Assim, o desenho de uma mão representava uma mão mesmo, o de uma flecha, uma flecha. Com o decorrer do tempo, houve uma evolução e as figuras passaram a representar ideias. Agora, o desenho de uma mão representava a ideia de agarrar, e a figura de uma flecha, a ideia de caçar. Nesse estágio, a escrita é chamada de ideogrâmica. Os sinais de trânsito, usados na atualidade em todo o mundo, são bons exemplos de escrita ideogrâmica. Numa terceira etapa, apareceu a escrita fonogrâmica, onde os traçados representavam sons ou fonemas.

A escrita mais antiga que se conhece é a da Suméria, situada na região da Mesopotâmia. Possui cerca de 5.500 anos e fazia uso de quase 20 mil sinais (MILLER, 2006, p. 14).1 Na antiguidade, os povos que mais se destacaram no desenvolvimento da escrita foram os egípcios e os babilônios. A escrita egípcia antiga era formada por figuras que representavam objetos e ideias e que são conhecidas como hieróglifos. Já a escrita babilônica é chamada de cuneiforme, porque consistia em desenhos na forma de pequenas cunhas, gravadas em baixo relevo, em pedra ou argila. As cunhas representam ideias, palavras ou sílabas, dependendo do contexto onde aparecem.

Hieróglifos

No Egito, há milhares e milhares de desenhos e pinturas espalhados em documentos, objetos de cerâmica e nas paredes e muros de palácios, templos, pirâmides e outras antigas construções. Até por volta de 1800 d.C., ninguém sabia o que eles significavam. Em 1799, quando o exército de

Napoleão invadiu o Egito, descobriram uma pedra de granito preto que media 115 x 66 x 28 centímetros. Como o local onde se encontrava chamava-se Roseta, ela ficou conhecida como Pedra de Roseta. Uma de suas faces foi polida e nela encontravam-se três tipos de escrita. A parte superior da pedra estava escrita em hieróglifo, a parte central em demótico, e a parte inferior em grego. Sendo retirada do local, essa pedra acompanhou o exército em suas andanças e, alguns anos mais tarde, foi parar no Museu Britânico (CRABTREE, 1958, p. 36-41).

O que estava escrito em grego foi lido sem dificuldade. Em suma, a inscrição contava que, em 195 a.C., os sacerdotes do Egito mandaram escrever naquela pedra sua gratidão ao rei Ptolomeu Epifanes, porque lhes havia perdoado os impostos e concedido diversos outros favores. Depois de lida essa narrativa, concluíram que as outras duas inscrições contavam a mesma história, pois era comum, na antiguidade, escrever um relato em mais de uma língua.2 Contudo, passaram alguns anos até que conseguiram decifrar o demótico, que era a escrita egípcia à época em que mandaram erigir a pedra. Essa segunda escrita contava, realmente, a mesma história que o escrito grego. Ainda faltava decifrar a escrita mais antiga e importante, a que empregava os hieróglifos. Muitos se empenharam nessa tarefa, mas pouco conseguiram. Finalmente, em 1818, o francês Jean-François Champollion, conseguiu não apenas decifrá-la, como também preparar uma gramática e um dicionário egípcio. A partir de então, puderam ler os hieróglifos e conhecer a milenar história do Egito.

Durante boa parte do período do AT, os egípcios podiam empregar cerca de 700 hieróglifos diferentes para efetuarem seus registros. Esses hieróglifos comumente eram escritos com pena e tinta sobre folhas de papiro, mas também podiam ser usados nos muros dos palácios e em túmulos e monumentos. Há escritos hieroglíficos que são várias centenas de anos mais antigos que a própria Bíblia e alguns deles confirmam determinadas informações históricas relatadas no AT.

Cuneiformes

Até o início do século 19, escavações realizadas na Mesopotâmia encontraram milhares de documentos contendo inscrições em forma de

cunha, especialmente em pedras e em cilindros e tijolos de barro, mas ninguém conseguia entender. Contudo, em 1835, Henry C. Rawlinson, oficial do exército inglês, descobriu, na Pérsia, um monte cuja face fora burilada e recebera uma série de inscrições. Arriscando a própria vida, escalou o monte e conseguiu copiar todas as 400 linhas dispostas em colunas paralelas. A escrita era toda em cuneiforme, mas em três línguas diferentes: persa, susiana e babilônica. Depois de dez anos de intensos esforços, conseguiu traduzir o cuneiforme persa, o mais moderno dos três. A escrita contava a história da revolta das cidades de Susiana e Babilônia contra o domínio persa e como o rei Dario I conseguira sufocá-la com seu exército e depois mandara cinzelar o relato do episódio naquele monte em 515 a.C. Julgando que as outras duas inscrições possuíam o mesmo conteúdo, pôs-se à tarefa de traduzi-las. Assim, foi decifrado o cuneiforme de Susiana e, por último, o mais difícil e importante, o cuneiforme babilônico. Feito isso, constatou-se que, de fato, as três inscrições contavam a mesma coisa (CRABTREE, 1958, p. 85-87).

Sabe-se hoje que a escrita cuneiforme primitiva empregava cerca de 800 sinais, enquanto a mais avançada usava milhares deles. Assim, em razão do grande número de sinais envolvidos, era uma escrita difícil de ser dominada, e seu uso ficava limitado a escribas profissionais de palácios e templos (MILLER, 2006, p. 14).

Deste modo, decifrada a escrita cuneiforme, a história da antiguidade — incluindo grandes impérios, suas conquistas, seus costumes, seu estilo de vida — pôde ser conhecida, o que também muito contribuiu para melhor entendermos os relatos do AT. Entre outras descobertas, é digna de menção a biblioteca de Assurbanípal, imperador da Assíria de 668 a 627 a.C. Ela foi encontrada nas ruínas de Nínive e possui mais de 1.500 textos, incluindo alguns dos mais antigos escritos em cuneiforme que se conhece. A obra mais famosa dessa biblioteca é o poema épico de Gilgamesh, que ocupa 12 tabuletas. Escrita em torno de 2000 a.C., reúne mitos muito mais antigos e é considerada a primeira grande obra poética de todos os tempos. Em um de seus contos, é mencionada uma árvore da vida e uma serpente má. Em outro, é mencionada uma grande inundação, onde há um homem que sobrevive juntamente com vários animais em um barco que ele construiu. Depois da chuva, esse homem soltou alguns pássaros com a intenção de verificar se as águas já haviam baixado (MILLER, 2006, p. 14).

Alfabeto

Mas o grande avanço da escrita ocorreu com a criação do alfabeto. Pensava-se que ele havia sido inventado pelos fenícios, que chegaram a Canaã por volta de 1200 a.C. Todavia, em 1904 e 1905, o arqueólogo Flinders Petrie realizou escavações na Península do Sinai e ali encontrou uma escrita diferente, que mais tarde foi identificada como sendo alfabética e passou a ser conhecida como proto-fenícia, porque era bem anterior ao tempo dos fenícios, sendo provavelmente dos dias de Moisés ou um pouco antes.

Recentemente foi feita outra importante descoberta perto de Tebas, a oeste do Nilo. Na temporada de 1993 e 1994, o Dr. John Coleman Darnell, egiptólogo da Universidade Yale, e sua mulher Deborah, estudante de doutorado em Egiptologia, ao efetuarem pesquisas arqueológicas nas antigas rotas das caravanas, encontraram inscrições alfabéticas que são as mais antigas já descobertas. Elas datam de um período entre 1900 e 1800 a.C., ou seja, dois ou três séculos antes da escrita alfabética mais antiga que se conhecia. Gravadas numa pedra calcária e macia, num estilo de letra semítica com influências egípcias, elas indicam que as primeiras tentativas com o alfabeto parecem ter sido efetuadas por um povo semita que vivia no interior do Egito. A ideia prevalecente é a de que o alfabeto foi uma invenção de pessoas comuns que simplificaram e democratizaram a escrita, libertando-a do controle elitizado dos escribas oficiais.3

Isso nos leva à conclusão de que os fenícios não inventaram o alfabeto como se supunha, mas, tendo-o conhecido, o aperfeiçoaram e utilizaram em larga escala. De fato, o alfabeto fenício tornou-se o mais perfeito e mais difundido dos alfabetos empregados na antiguidade. Como eles eram grandes mercadores e viajavam muito pelo mundo antigo para comerciar, levavam consigo o alfabeto que, devido à sua simplicidade, teve rápida difusão e aceitação. Diferentemente das demais escritas da antiguidade, que empregavam centenas ou até milhares de sinais, o alfabeto fenício continha apenas 22 letras, com as quais era possível escrever qualquer coisa. Por sua influência, surgiram entre os povos diversos outros alfabetos, sendo o grego o mais importante. Este incluiu uma inovação, as vogais, e deu origem aos alfabetos que até hoje dominam o mundo ocidental (MILLER, 2006, p. 16).

Embora Moisés fosse versado na escrita egípcia, a dos hieróglifos (At 7:22), aprendeu em Midiã (Êx 2:15; 3:1) a escrita bem mais simples, alfabética, e foi com ela que escreveu os primeiros livros bíblicos. Foi também com ela que todos os demais homens escolhidos por Deus escreveram a sua Palavra para que esta alcançasse até a última geração com a mensagem de salvação.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são as características da escrita hieroglífica, dos cuneiformes e do alfabeto?
- 2. Quais eram as limitações da escrita hieroglífica e dos cuneiformes? O que aconteceria se os primeiros livros da Bíblia tivessem sido produzidos usando-se essas formas de escrita?
- 3. Como podemos ver a atuação de Deus ao guiar Moisés no uso da escrita alfabética, em vez da escrita egípcia (hieroglífica) com a qual ele estava familiarizado?

¹ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1R8BpoO</u>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

² De acordo com João 19:19, foi adotado o mesmo procedimento quando colocaram uma inscrição sobre a cruz de Jesus.

³ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1OOMF8m</u>>. Acesso em: 17 ago. 2015; Disponível em: <<u>http://bit.ly/1Y04ZM9</u>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

OS ESCRITOS ANTIGOS

Materiais usados para escrever

Nos últimos séculos, o papel tem sido o principal material utilizado para receber uma escrita. Foi o chinês Tsai-Lun que o inventou, no ano de 105 de nossa era. O papel era feito a partir de fibras provindas de cascas de árvores, palha, folhas e trapos. Depois de picados e amassados, esses materiais eram mergulhados numa vasilha com água e recolhidos com uma peneira do tamanho de uma página, que servia de molde. Depois eram prensados e secos. O primeiro papel foi feito usando-se casca de amoreira como matéria-prima, e os papéis mais antigos que ainda existem foram feitos de farrapos, em torno de 150 d.C. Embora os chineses mantivessem o monopólio sobre o papel durante séculos, alguns deles, quando prisioneiros de guerra dos árabes, compartilharam com estes o segredo da confecção do papel — segredo este que passou a ser disseminado, alcançando o ocidente no início do século 10 (MAGALHÃES, 1971; MILLER; HUBER, 2006, p. 150).

Portanto, nos tempos bíblicos não existia papel como hoje o conhecemos. Na antiguidade, diversos materiais foram empregados para receber a escrita, tais como pedras, tijolos e cilindros de argila, vasos e cacos de cerâmica, ossos, lâminas de cobre e prata, tabuinhas cobertas de cera ou gesso, papiros e pergaminhos. Os manuscritos bíblicos foram escritos em papiro e pergaminho (APOLINÁRIO, 1985, p. 60; MILLER; HUBER, 2006, p. 86).

Papiro

Papiro é o nome de uma planta que cresce em abundância em alagadiços e lagos em toda a região do Mediterrâneo, mas especialmente nas margens lodosas do delta do rio Nilo, no Egito. Chega a atingir cinco ou seis metros de altura com até cinco centímetros de diâmetro e tem sido usada para fabricar botes, cestas, sandálias, cordas, artigos de vestuário e uma espécie de papel que leva o seu nome (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Em cerca de 3000 a.C., os egípcios descobriram que era possível preparar um material adequado para receber a escrita a partir de suas compridas hastes. Estas são

cortadas em pedaços e estes fatiados no sentido longitudinal em forma de finas fatias, as quais possuem estrias e têm aparência semelhante à palha que cobre uma espiga de milho. As fatias são arranjadas de modo que as estrias de umas estejam na posição vertical e as de outras na horizontal, sendo coladas, prensadas, secas e polidas com um instrumento de pedra, resultando num material conhecido também pelo nome de papiro.

Somente os egípcios sabiam como prepará-lo e, a partir do sexto século a.C., começaram a exportá-lo para outros povos que habitavam nas margens do Mediterrâneo (APOLINÁRIO, 1985, p. 64; MILLER; HUBER, 2006, p. 20-21). "O papiro foi o primeiro material leve, de baixo custo e durável para a escrita. [...] Muitas das cópias mais antigas dos livros da Bíblia, incluindo alguns dos rolos do mar Morto, com mais de 2 mil anos de idade, sobreviveram em papel feito de caniços de papiro (MILLER; HUBER, 2006, p. 20-21)." Todavia, a partir do quarto século o papiro foi abandonado por ser pouco resistente (AUZOU, 1967, p. 277).

Pergaminho

Eumene, rei de Pérgamo, planejou ter em sua cidade uma imensa biblioteca, que rivalizasse com a biblioteca de Alexandria, no Egito. No entanto, quando desejou comprar papiro para a preparação dos livros, o rei do Egito proibiu tal venda. Isso forçou os sábios de Pérgamo a encontrarem outro material que substituísse o papiro. Em suas pesquisas, descobriram que podiam trabalhar a pele de ovelhas e carneiros e que esse material era de qualidade muito superior ao papiro, sendo mais claro, menos quebradiço e muito mais flexível. Em homenagem à sua cidade, deram a esse novo material o nome de pergaminho. Ele continuou a ser usado em larga escala, até ser substituído pelo papel (APOLINÁRIO, 1985, p. 64-65). Na verdade, podia-se usar a pele de praticamente qualquer animal para fazer pergaminho, porém o de melhor qualidade era obtido do couro de bezerro.

Esse fino pergaminho, chamado de velino, foi usado para manuscritos de grande valor durante a Idade Média (MILLER; HUBER, 2006, p. 7, 87). O pergaminho vem sendo usado como material de escrita desde o quinto século antes de Cristo e foi o material empregado na maioria das cópias tanto do AT quanto do NT (SCHOLZ, 2006, p. 30-31). No início da era cristã, o pergaminho havia sido disseminado pelas regiões ao redor do Mar

Mediterrâneo e era o material preferido dos judeus para livros que seriam lidos em público (MILLER; HUBER, 2006, p. 87-88; ver 2Tm 4:13).

Sendo que o pergaminho era muito caro, algumas vezes, por motivo de economia, a escrita que já não tinha mais valor era raspada e a pele lavada. Então, recebia uma nova escrita. Um pergaminho assim reutilizado era chamado de *palimpsesto*. Algumas das cópias mais antigas e importantes do NT são palimpsestos, e hoje é possível ler-se sua escrita anterior derramando-se sobre a pele determinados produtos químicos e incidindo sobre ela raios ultravioleta (APOLINÁRIO, 1985, p. 65-66).

Tinta

A tinta preta, a mais utilizada, era feita de minerais e provinha de várias fontes, tais como a fuligem produzida pelas lâmpadas, o carvão e ossos queimados e moídos. O pó era misturado a uma substância que desse liga e que fosse solúvel em água como era o caso de algumas resinas vegetais, formando pequenos bolinhos que eram esfregados por uma pena úmida ou um pincel, que seriam empregados para escrever. Algumas vezes também usavam tinta vermelha, feita de óxido de ferro proveniente de outros minerais encontrados no solo. Quando acontecia de um escriba cometer algum erro, se a tinta ainda estivesse fresca ela podia ser apagada simplesmente usando-se água, mas se a tinta já estivesse seca, ela podia ser raspada com uma pedra (MILLER; HUBER, 2006, p. 21).

Como as tintas para a escrita em papiro não aderiam bem ao pergaminho, passaram-se a empregar tintas feitas de sulfato de ferro e de substância vegetal, as quais, às vezes, se adicionava alguma goma. Essas tintas eram aplicadas com uma pena feita de junco, que podia ou não possuir uma ponta metálica (MILLER; HUBER, 2006, p. 86).

Formato dos livros

Na antiguidade, os livros feitos de papiro ou pergaminho primeiramente surgiram na forma de rolos e, posteriormente, como códices.

Rolo

As folhas de papiro eram colocadas uma ao lado da outra e coladas ou costuradas, formando como que um estreito tapete, que então era enrolado. A escrita era em forma de colunas, de modo que, após lida uma coluna, enrolava-se de um lado para cobrir a coluna já lida, e desenrolava-se do outro, para que fosse lida a próxima coluna. O mesmo procedimento ocorria com os pergaminhos. Devido à dificuldade do manuseio, os rolos raramente eram escritos por dentro e por fora (ver Ez 2:9-10; Ap 5:1). O comum era receberem a escrita de um lado só.

Quando abertos, os rolos bíblicos tinham em média 10 metros de comprimento, enquanto que outros, contendo material não bíblico, podiam ter até 30 ou 40 metros. Por possuírem um maior volume de informação, alguns livros do AT precisavam de mais de um rolo para receber sua escrita. Este foi o caso dos livros de Samuel, Reis e Crônicas, cada um ocupando dois rolos. Já os Salmos ocupavam cinco rolos.1

Códice

A palavra "códice" deriva do latim *codex*, que inicialmente significava "tronco" e depois "tábua". O códice original, usado pelos romanos, consistia em várias placas de madeira cobertas com cera e amarradas umas às outras para formar uma espécie de caderno bem grosseiro. A escrita era feita na cera com a ponta de um estilete metálico. Posteriormente, começaram a substituir as placas enceradas por folhas de papiro e pergaminho. Várias folhas de papiro ou pergaminho eram empilhadas e, então, dobradas ao meio para formarem cadernos simples. Depois, começaram a juntar vários desses cadernos, costurando suas dobras e montando, dessa forma, um livro, com duas tabuinhas, que, colocadas acima e abaixo das folhas empilhadas, serviam como capa. Assim, *códice* veio a significar livro, em contraste com rolo.

Um documento do poeta romano Marcial, datado de 98 d.C., menciona que livrarias vendiam "a *Ilíada* e a fábula de Ulisses [...] em peles com várias dobras", o que é uma referência às obras em forma de códice. Possivelmente, a ideia de formar códices com papiro ou pergaminho tenha surgido com os próprios cristãos, no segundo século (CHAMPLIN; BENTES, 1995; SCHOLZ, 2006, p. 31; MILLER; HUBER, 2006, p. 87-88). Eles logo perceberam que, no caso dos manuscritos da Bíblia, havia quatro vantagens

de se usar códices em lugar de rolos (APOLINÁRIO, 1985, p. 67-68). Eram elas:

- A possibilidade de ter os quatro evangelhos ou todas as cartas de Paulo num único volume.
- Mais fácil manuseio do livro.
- Menor custo do livro, porque agora era possível escrever dos dois lados da folha.
- Possibilidade de encontrar passagens específicas mais rapidamente.

Algumas das cópias bíblicas mais importantes estão na forma de códice; dentre eles, destacam-se o Códice Sinaítico e o Códice Vaticano.

Pontuação

Por razões de economia, nos manuscritos bíblicos primitivos não era costume deixar algum espaço entre as palavras e colocar a pontuação. Foi somente no oitavo século que começaram a introduzir os primeiros sinais de pontuação (APOLINÁRIO, 1985, p. 69). Isso, sem dúvida, dificulta o entendimento do texto. Observe um exemplo moderno no relato que segue.

Foi encontrado o seguinte testamento: "Deixo os meus bens à minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do alfaiate nada aos pobres." Quem tinha direito aos bens? Eram quatro os concorrentes. O sobrinho assim pontuou o texto: "Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho. Jamais será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres." A irmã pontuou assim: "Deixo os meus bens à minha irmã. Não a meu sobrinho. Jamais será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres."

O alfaiate fez a sua versão. "Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres."

O procurador dos pobres pontuou assim: "Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do alfaiate? Nada! Aos pobres!" (SILVA, 1999, p. 27).

Observemos, agora, dois exemplos, um do AT e outro do NT. Em Amós 6:12, ocorre uma pergunta que, pelo contexto, requer uma resposta negativa. O significado depende de onde se efetua a separação de palavras. Se a leitura for *bbqrym*, a ideia da tradução é: "Será que alguém lavra com bois?"; mas, se for *bbqr ym*, a ideia é: "Será que alguém lavra o mar com bois?"

(SCHOLZ, 2006, p. 39). Também no evangelho de Lucas há um texto que exemplifica muito bem essa situação. Em seus últimos momentos de vida, na cruz, Jesus respondeu ao ladrão arrependido: "Em verdade te digo hoje estarás comigo no paraíso" (Lc 23:43). A compreensão depende de onde for colocada a vírgula. Se for colocada antes de "hoje" ("Em verdade te digo, hoje estarás comigo no paraíso"), indicaria que, naquela mesma sexta-feira, tanto Jesus quanto o ladrão estariam no paraíso. Mas, se a vírgula vier depois de "hoje" ("Em verdade te digo hoje, estarás comigo no paraíso"), será necessário entender que o hoje se refere ao dia em que Jesus falou, e não ao dia em que estariam no paraíso. A propósito, a palavra "que", colocada antes de "hoje" em algumas traduções, não consta nos manuscritos gregos.

Examinando unicamente esse texto, uma vez que não foi empregada pontuação à época em que foi escrito, não se pode saber a verdade. Contudo, verificando todas as narrativas pertinentes dos evangelhos, descobrimos que, no domingo da ressurreição, Jesus disse a Maria Madalena: "Não me detenhas; porque ainda não subi para meu Pai" (Jo 20:17). Isso nos leva a crer que até o domingo Ele ainda não fora ao paraíso, à presença do Pai, e que, por isso, nem Ele nem o ladrão perdoado estiveram no paraíso naquela sexta-feira da paixão. Portanto, o correto parece ser colocar a vírgula depois de "hoje": "em verdade te digo hoje, estarás comigo no paraíso."

Divisão da Bíblia em capítulos e versículos

Originalmente, os livros bíblicos não possuíam qualquer divisão, o que muito dificultava encontrar passagens específicas. Com o tempo, houve várias tentativas de dividir o texto sagrado. A primeira que se conhece foi a divisão do Pentateuco em 167 porções, chamadas *sedarim*. O objetivo era ler na sinagoga um *seder* a cada sábado, de modo que todo o Pentateuco fosse lido num período de três anos (APOLINÁRIO, 1985, p. 204). Outra divisão foi feita por Eusébio (265-340 d.C.), bispo de Cesareia e autor de vários livros. Ele dividiu os evangelhos em pequenas e grandes porções, de modo que havia 355 em Mateus, 233 em Marcos, 342 em Lucas e 232 em João.

Também Eutálio, diácono de Alexandria, em 459 d.C. dividiu as epístolas e o livro de Atos (APOLINÁRIO, 1985, p. 204-205).

A divisão em capítulos que hoje se encontra em nossas Bíblias foi criação de Stephen Langton, cardeal e arcebispo de Canterbury e professor na Universidade de Paris, falecido em 1228. Ela apareceu primeiramente na Vulgata Latina e, a partir dela, passou para outras versões (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

A divisão em versículos, hoje adotada universalmente, surgiu bem mais tarde e após várias experiências por parte de estudiosos da Bíblia. Em 1240, o cardeal Hugo de Saint-Cheir havia dividido cada capítulo em sete partes assinaladas por letras. Em 1509, Jacques Lefèvre d'Étaples, notável humanista, teólogo e tradutor, numerou os versos dos Salmos, e, no ano de 1528, Panini chegou a numerar toda a Bíblia. Finalmente, o francês Robert Estienne (Stephanus, em latim), um impressor de Bíblias, fez a sua divisão, que foi introduzida pela primeira vez no texto do NT grego em 1551. Mais tarde, a divisão em versículos apareceu também no AT e nos apócrifos, na Bíblia de Genebra, em 1560 (CHAMPLIN; BENTES, 1995; MILLER; HUBER, 2006, p. 172-173). Foi essa divisão feita por Estienne que vingou, provavelmente porque ele, sendo impressor, publicou em 1555 uma concordância bíblica, e os que desejavam usá-la precisavam seguir a numeração de versos que ele havia proposto.

Devemos notar que essas divisões adotadas não são perfeitas, o que pode ser facilmente constatado quando se verifica que alguns títulos de parágrafos ou seções, que aparecem em algumas Bíblias, não coincidem com o início dos capítulos. Um bom exemplo é o capítulo 53 de Isaías. Deveria começar em 52:13, pois é ali que se inicia o assunto que ele trata: o servo do Senhor. Outro, é o encontrado no livro de Colossenses, no quarto capítulo. Claramente, o primeiro versículo pertence à seção anterior, que trata das relações em família e entre senhores e servos. Assim, poderiam ser citados muitos outros textos em que a divisão não está correta; contudo, essas incorreções em nada alteram o conteúdo da mensagem.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

1. Quais eram os materiais usados para escrever nos tempos bíblicos?

- 2. Quais eram as vantagens e as desvantagens dos formatos de livros da antiguidade?
- 3. Como a pontuação e a divisão em capítulos e versículos ajudou no estudo da Bíblia? Há desvantagens ou limitações nesses usos?

¹ Na antiguidade, havia uma técnica muito utilizada na escrita de livros, que consistia em escrever no final de um rolo as frases iniciais do rolo seguinte, para indicar que eram do mesmo autor e que um se seguia ao outro. Esse procedimento foi empregado na cópia de textos cuneiformes, de obras greco-latinas, de códices medievais e, de modo muito especial, nos manuscritos hebraicos. Um exemplo bíblico pode ser visto no final do livro de Crônicas (36:22-23), que é idêntico ao início do livro de Esdras (1:1-3). O final de 2 Crônicas se encontra, na realidade, em 36:21, e somente por razões de técnica editorial é que esse livro acrescenta dois versos, antecipando o início de Esdras. Tal expediente indica que a cópia completa da obra do cronista (1-2Cr, Ed, Ne) exigia dois rolos e, que depois de 2 Crônicas, começava o livro de Esdras (BARRERA, 1995, p. 115-116).

AS LÍNGUAS ORIGINAIS DA BÍBLIA

Os manuscritos originais da Bíblia foram escritos em três línguas: o AT foi escrito em hebraico e aramaico, e o NT em grego.

Hebraico

O hebraico é um ramo da antiga língua semita falada pelos nativos de Canaã. Abraão a aprendeu quando chegou ao lugar, vindo de Ur dos caldeus. Também foi chamado de "língua de Canaã" (Is 19:18) e "judaico" (2Rs 18:26, 28; Ne 13:24). O hebraico é escrito da direita para a esquerda e possui 22 letras alfabéticas, todas consoantes. Em sua estrutura fundamental, cada palavra-raiz é composta de três consoantes, e as palavras derivadas surgem mediante acréscimos de prefixos e sufixos. É muito apropriada para transmitir percepções auditivas e expressões poéticas, mas desajeitada para comunicar aspectos visuais, para exprimir ideias gerais e para analisar, definir e explicar (AUZOU, 1967, p. 99).

O hebraico é uma língua simples e pobre. Comparando-o com outras línguas, nota-se que seu vocabulário é bastante reduzido e que ele praticamente não se transformou nem evoluiu com o passar dos anos. Isso se deve, pelo menos parcialmente, ao cativeiro babilônico, quando o povo aprendeu outra língua e o hebraico teve seu uso restrito à adoração e à Escritura Sagrada. Sendo assim, ele ficou menos exposto a sofrer alterações do que uma língua que é utilizada para todas as conversas do dia a dia (MILLER, 2006, p. 17). Quando perceberam que seu uso estava em declínio, e que brevemente sua leitura correta não mais seria conhecida, inventaram um sistema de vogais, mas isso ocorreu somente no sétimo século da era cristã. Em 1948, com a fundação do Estado de Israel, o hebraico ressurgiu como a língua oficial dos judeus na Palestina.

A escrita hebraica antiga é chamada de hebraico arcaico, e aquela usada atualmente é conhecida como hebraico quadrado e foi baseada na escrita aramaica. Com exceção de umas poucas inscrições que aparecem em moedas, monumentos e paredes, o único texto antigo escrito em hebraico que ainda permanece é o AT (MILLER, 2006, p. 17). Nas escolas dos

profetas, "a língua hebraica era cultivada como o mais sagrado idioma do mundo" (WHITE, 1975, p. 97).

Aramaico

O aramaico era a língua dos arameus, os habitantes de Arã — toda a região que abrangia da Mesopotâmia à Síria. Foi a língua usual dos primeiros patriarcas bíblicos. Por ser do mesmo grupo de línguas do qual faz parte o hebraico, apresenta as mesmas características gerais deste, embora tenha evoluído mais. Por ser bem mais simples do que a complexa escrita cuneiforme, foi adotado pelos assírios, babilônios e persas, sendo a língua usual nas relações internacionais (APOLINÁRIO, 1985, p. 42-43; AUZOU, 1967, p. 100). Posteriormente, também se tornou a língua dos judeus. Quando os assírios derrotaram Israel (as dez tribos do norte), em 722 a.C., espalharam seus cativos por várias regiões de seu vasto império e, em contrapartida, trouxeram cativos de outras partes e os fixaram em Samaria. Esse procedimento era adotado para que os derrotados, tendo tantas diferenças entre si, como língua, religião e costumes, nunca conseguissem, de fato, se unir e alcançar sua independência. Foram esses cativos pagãos que trouxeram consigo o aramaico para a terra de Israel.

Mais tarde, à época de Daniel, chegou a vez de os judeus (as duas tribos do sul) irem ao cativeiro, na Babilônia. Lá ficaram 70 anos, durante os quais praticamente esqueceram o hebraico e adotaram a língua dos babilônios, o aramaico. Quando retornaram à Palestina e reconstruíram seu país, falavam o aramaico.

Quando chegaram os tempos do NT, os moradores da Palestina usavam quatro línguas: hebraico, aramaico, latim e grego (MILLER, 2006, p. 71). O aramaico era a língua nativa de Jesus, dos apóstolos e dos primeiros cristãos e, em seus dias, a língua falada pela maioria dos habitantes da Palestina. Jesus falava, ensinava, pregava e orava em aramaico, e os escritores dos evangelhos tiveram que traduzir as palavras de Cristo do aramaico para o grego. Possivelmente, o evangelho de Mateus tenha sido escrito originalmente em aramaico e, depois, vertido para o grego (AUZOU, 1967, p. 100). Atualmente, o aramaico é conhecido como siríaco e é falado em poucos lugarejos da Síria. Além dos aramaísmos que podem ser percebidos

nos escritos pós-exílicos, as únicas partes do AT escritas em aramaico são a expressão "Jegar-Saaduta", em Gênesis 31:47; o verso registrado em Jeremias 10:11; e algumas porções de Esdras 4:8 a 6:18; 7:12-26; e de Daniel 2:4 a 7:28 (APOLINÁRIO, 1985, p. 44-45).

Grego

Havia dois tipos de grego: o clássico e o koinê. O primeiro era erudito e empregado pelos sábios, filósofos e historiadores. O segundo, que "é resultado da fusão de diversos idiomas tendo por base o ático" (AUZOU, 1967, p. 101), era a língua falada pelo povo comum em todo o mundo helenizado, a partir da conquista dos macedônios. Foi utilizado entre 330 a.C. e 330 d.C., aproximadamente. A propósito, koinê significa "comum".

O koinê faz uso de frases mais curtas e tende a suprimir as dificuldades. Prefere as formas regulares às formas raras ou difíceis e, como o hebraico, orações coordenadas em vez de subordinadas. Foi nessa linguagem fácil, popular, que o NT foi escrito. Pode ser dito que, nos escritos neotestamentários, o koinê foi semitizado. Isso é percebido:

- nos muitos hebraísmos (por exemplo: "e ele falou dizendo", "filhos da luz", "filho da perdição", "vaso de eleição", "abominação da desolação");
- nas expressões aramaicas (como geena, satan, sabbat, amén);
- na alteração de sentido de determinadas palavras gregas ("cálice" significando "sorte"; "caminho" querendo dizer "doutrina");
- no emprego de termos correntes com um sentido inteiramente novo, para fazê-los expressar valores cristãos ("justiça", "graça", "amor", "glória", "redenção", "crer", "carne", "espírito", "dia" etc.);
- e, principalmente, na mentalidade, nas maneiras de ver e conceber as coisas (AUZOU, 1967, p. 102-103).

No preparo de manuscritos gregos, foram utilizadas dois tipos de letras. Alguns receberam a escrita cursiva, que consistia em letras minúsculas, ligadas umas às outras. Essa escrita era empregada em cartas, anotações e recibos. Outros manuscritos foram escritos com letras unciais, ou seja, letras maiúsculas separadas, usadas principalmente em livros. Os principais manuscritos do NT foram escritos com letras unciais.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Mencione algumas características das línguas nas quais a Bíblia foi originalmente escrita: o hebraico, o aramaico e o grego.
- 2. Que elementos nos permitem concluir que o grego usado no NT foi influenciado pelo hebraico do AT?
- 3. Por que o estudo das línguas originais da Bíblia são um valioso instrumento na compreensão das Escrituras?

A TRANSMISSÃO DO TEXTO BÍBLICO

Bíblia

Os gregos chamavam o papiro de *biblos*, expressão que, com o decorrer do tempo, passou a significar "livro", devido ao abundante uso do papiro para o preparo de livros. Um livro pequeno era chamado de *biblion*, e um conjunto deles, *biblia*. Assim, a palavra "Bíblia" deriva da língua grega e significa livrinhos. As pesquisas indicam que foi Orígenes quem pela primeira vez usou a expressão para designar os livros do NT, por volta de 250 d.C. (SCHOLZ, 2006, p. 12-13). Posteriormente, João Crisóstomo (347-407 d.C.), presbítero e patriarca de Constantinopla, a empregou pela primeira vez para referir-se ao conjunto de livros sagrados (CHAMPLIN; BENTES, 1995).1

Quando o imperador Constantino assinou um edito de tolerância, em 313 d.C., o cristianismo passou a ser a religião favorecida e seus livros deixaram de ser queimados. Então, em 330 d.C., ele encarregou o bispo Eusébio da preparação de cinquenta Bíblias — feitas de pergaminho de excelente qualidade e bem encadernadas — destinadas às igrejas que ele planejava construir em Constantinopla (MILLER; HUBER, 2006, p. 94-95; AUZOU, 1967, p. 273). Acredita-se que essa foi a primeira vez que o AT e o NT foram reunidos em um único volume, a Bíblia.

Autógrafos

Os manuscritos originais da Bíblia — aqueles escritos pelos profetas e apóstolos — são chamados de autógrafos e desapareceram há muito tempo. São duas as razões básicas para que isso tenha ocorrido. Alguns deles, por certo, foram destruídos pelos inimigos do povo de Deus em suas perseguições. Um exemplo disso ocorreu no ano 303 d. C., quando, mediante um edito, o imperador Diocleciano ordenou a destruição das igrejas e a queima dos livros cristãos — o que explica, em boa medida, a razão de existirem tão poucos textos anteriores ao quarto século (AUZOU,

1967, p. 273). Outros manuscritos desapareceram devido ao desgaste natural provocado pelo próprio manuseio.

Entretanto, era costume fazerem-se cópias manuscritas dos livros bíblicos. Desse modo, quando um livro desaparecia, permaneciam algumas cópias; e, quando estas também se iam, ficavam as cópias de cópias; e, depois, as cópias de cópias de cópias, e assim sucessivamente. Portanto, os textos bíblicos que foram preservados — e que permanecem guardados com muito cuidado em alguns dos principais museus, sinagogas e bibliotecas do mundo — são apenas cópias muito antigas. Mesmo assim, considerando toda a literatura da antiguidade, as cópias manuscritas de livros do NT são as que estão mais próximas da época em que os originais foram escritos. Há Bíblias completas datando do quarto século, ou seja, estão separadas dos originais do NT por apenas 250 anos. Além disso, há inúmeros manuscritos mais antigos, que contêm porções do NT. Em contrapartida, as cópias mais antigas dos grandes clássicos gregos escritos por Sófocles, Ésquilo, Eurípedes, Tucídides, Aristófanes e Platão, nos séculos quinto e quarto a.C., datam de 13 a 17 séculos depois de seus originais (AUZOU, 1967, p. 275).

Massoretas

Muitos foram aqueles que se empenharam em copiar as Escrituras, todavia os que mais se destacaram foram os massoretas (transmissores ou os que passaram adiante). Estes eram escribas e mestres versados no conhecimento do hebraico e na ciência dos manuscritos e que se esmeraram em manter a tradição, preservando intacto o texto do AT. Começaram suas atividades por volta do ano 500 d.C. e continuaram até depois do ano 1000 d.C. Como o hebraico se encontrava num processo de declínio como língua viva, e sua pronúncia correta corria o risco de se perder, eles inventaram o sistema vocálico e o agregaram ao texto consonantal — o que facilitou em muito a correta pronúncia das palavras. Embora houvesse diferentes grupos de massoretas que desenvolveram sistemas de vocalização, o sistema que prevaleceu e tornou-se padrão se originou com a família Ben Asher na cidade de Tiberíades, na Palestina (GIRALDI, 2008; MILLER; HUBER, 2006, p. 116-117; AUZOU, 1967, p. 285).

Os massoretas possuíam manuais, as massoras, que ensinavam como fazer cópias perfeitas. Uma obra deles, conhecida como O tratado dos escribas, apresenta as regras que um massoreta deveria seguir ao copiar as Escrituras, o que incluía tanto a preparação de pergaminhos especiais quanto a de ferramentas que seriam utilizadas na escrita (MILLER, HUBER, 2006, p. 117). Era prática não copiar nada de memória. Mesmo que soubessem de cor uma determinada porção, deviam ler o que estava escrito e só então copiar. Além disso, antes de iniciarem a cópia de uma nova seção, contavam o número de versos, palavras e letras que ela possuía e, ao final da cópia, conferiam para ver se os números coincidiam. Se houvesse qualquer diferença, a cópia era rejeitada. Ao copiarem de algum manuscrito, eventualmente encontravam algum erro nesse documento que servia de base. Nesse caso, eles não alteravam o texto, mas colocavam um sinal junto ao erro e uma nota correspondente à margem chamando a atenção e buscando esclarecer a questão, o que poderia ser aceito ou não pelo leitor. Desse modo, o texto que prepararam contém muitas observações ortográficas e linguísticas nas margens e no final das seções dos manuscritos.

Seu trabalho alcançou grande reconhecimento e as cópias que fizeram são conhecidas como texto massorético (cuja sigla é TM). Esse é o texto padrão adotado do AT. Esse trabalho dos massoretas, que envolveu várias gerações, também resultou na eliminação de numerosos manuscritos, avaliados por eles como indignos de serem preservados (CHAMPLIN; BENTES, 1995; MILLER; HUBER, 2006, p. 116; AUZOU, 1967, p. 285).

Variantes

Devemos recordar, porém, que nem todos os copistas realizaram um trabalho tão cuidadoso como os massoretas e que, por isso, pode haver diferenças entre uma cópia e outra da mesma porção bíblica. Tais diferenças são chamadas de variantes. Isso não deve nos surpreender, porque, mesmo hoje, apesar de toda a tecnologia à nossa disposição, é comum encontrar-se erros naquilo que é impresso. Podemos classificar as alterações que aparecem nos manuscritos bíblicos como erros acidentais e alterações deliberadas.

Erros acidentais

São aqueles produzidos involuntariamente, a despeito da capacidade e boa vontade do copista. Eles podem ter várias causas:

- 1. Erros causados por problemas de visão do copista. Se fosse acometido de astigmatismo, por exemplo, facilmente confundiria letras parecidas.
- 2. Erros originados pelo descuido do copista, que não percebeu que havia duas linhas ou mais com início ou terminação igual. Quando isso ocorria, uma parte do texto não era copiada. O copista escrevia a primeira linha e, quando voltava a olhar para captar as palavras seguintes, fixava-se em outra linha com início ou terminação igual e continuava dali em diante, sem perceber que saltara sobre uma ou mais linhas. Encontramos um exemplo disso no Códice Sinaítico. Nele, todo o versículo 32 de Lucas 10 está faltando. Como o final do versículo 32 era idêntico ao do 31 (antiparêlthen, isto é, "passou de largo") ocorreu a omissão. Vale notar que isso consta apenas no Códice Sinaítico e que esse caso também demonstra que por melhor ou mais confiável que seja um manuscrito, ele pode ter alguma imperfeição. Assim, se o Códice Sinaítico fosse adotado na íntegra, sem consideração para com outros manuscritos do evangelho de Lucas, não haveria um levita na história do samaritano (SCHOLZ, 2006, p. 45).
- 3. Erros causados por copistas que ouviam um ditado. Era comum que vários copistas trabalhassem simultaneamente. Enquanto um deles ditava, os demais escreviam as novas cópias. Semelhante ao que acontece nas aulas de língua portuguesa, quando a professora faz um ditado para os seus alunos. Além da possibilidade de o copista ter alguma dificuldade auditiva, há palavras que têm a pronúncia parecida ou idêntica mas uma grafia diferente, o que poderia resultar numa cópia defeituosa. Como exemplos, em nossa própria língua citamos as seguintes palavras: imergir (afundar) e emergir (sair de onde estava mergulhado); incipiente (principiante) e insipiente (ignorante).
- 4. Erros de memória. Entre o olhar o manuscrito e o escrever na nova cópia, a memória falhava e palavras eram esquecidas, ou sua ordem alterada, ou eram usadas palavras sinônimas.
- 5. Erros causados pelo acréscimo das glosas. Alguns escribas incorporavam ao texto da nova cópia as informações ou notas explicativas que estavam na

margem do manuscrito que servia de base. Provavelmente foi isso o que aconteceu com a variante que aparece em João 5:4.

Alterações deliberadas

Alguns copistas não se limitaram a copiar o texto. Com a boa intenção de corrigir possíveis erros de copistas anteriores, ou para deixá-lo mais compreensível, introduziram algumas modificações, em grande parte restritas à modernização de grafia ou de gramática e à inclusão de sujeitos ou objetos que estavam apenas subentendidos (SCHOLZ, 2006, p. 40; APOLINÁRIO, 1985, p. 376-381). Essas alterações podem ser assim classificadas:

- 1. Modificações na ortografia, gramática e estilo. Os escribas mais cultos eram tentados a melhorar o texto, a dizer a mesma coisa, mas de um modo mais correto e elegante. Note que a mensagem continuava a mesma.
- 2. Modificações para harmonizar um texto com outro. Em Lucas 23:38, há uma variante "em letras gregas, romanas e hebraicas" que provavelmente foi tirada de João 19:20. Assim, embora essas palavras não estivessem no original de Lucas, são bíblicas, porque se encontram no evangelho de João. Outro exemplo é a variante de Mateus 9:13 "ao arrependimento" que foi extraída de Lucas 5:32.
- 3. Modificações que aceitaram dois textos-base. Quando efetuavam uma nova cópia e se baseavam em duas cópias em vez de apenas uma, e numa passagem havia alguma diferença, na dúvida sobre qual variante era a correta, acabaram colocando as duas. Em Atos 20:28, alguns manuscritos trazem a expressão "igreja de Deus", e outros, "igreja do Senhor", enquanto que em algumas cópias aparece "igreja do Senhor e Deus".
- 4. Modificações feitas por questões doutrinárias. O objetivo era harmonizar o texto com ideias particulares, geralmente heréticas. Um exemplo é o que consta em Mateus 24:36. Algum escriba, que não conseguiu entender como Cristo poderia ser Deus e mesmo assim não saber o dia de seu retorno a este mundo, retirou do verso a expressão "nem o Filho".
- 5. Modificações que acrescentavam pormenores. Um exemplo disso pode ser visto em alguns manuscritos latinos nos quais aparecem os nomes dos dois ladrões que foram crucificados juntamente com Cristo, no Calvário. Outra amostra encontra-se na passagem de Mateus 6:13, que é considerada

a variante mais conhecida e consta no final da oração ensinada por Jesus: "pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém" (APOLINÁRIO, 1985, p. 92-94). Essa variante é chamada de "doxologia do Pai Nosso". Ela aparece somente em seis dos 250 manuscritos unciais e em cerca de 20 dos 2.646 manuscritos cursivos. Além disso, ela não consta nos documentos e correspondências dos Pais da Igreja (os líderes cristãos que substituíram os apóstolos nos primeiros séculos). Quando eles escreviam cartas para seus colegas, líderes espirituais ou igrejas, costumavam colocar textos bíblicos. Vários desses documentos contêm a oração do Pai Nosso, todavia sem essa doxologia.

Como então ela foi parar na Bíblia? Provavelmente algum copista achou que faltava um desfecho, uma conclusão, a essa oração e, por isso, acrescentou-lhe essa bela doxologia, o que a tornou semelhante a outras orações da Bíblia. Ou, talvez, sua intenção tenha sido adaptar essa oração "para uso litúrgico na igreja primitiva" (METZGER, 1994, p. 14). Além disso, devemos considerar que seu conteúdo é verdadeiro e bíblico. O Salmo 145:11, por exemplo, diz: "Falarão da glória do teu reino e confessarão o teu poder", e, numa oração feita no final de sua vida, o rei Davi fez declarações semelhantes sobre o reino, o poder, a glória e a eternidade de Deus (1Cr 29:10-13). Portanto, embora as evidências demonstrem que Jesus não pronunciou essa doxologia e Mateus não a registrou em seu evangelho, seu conteúdo é bíblico e verdadeiro e não há razão para não continuarmos a pronunciar essas belas palavras quando proferirmos a oração do "Pai Nosso".

Manuscritos do Mar Morto

Esse é o nome de uma coleção de manuscritos antigos que são muito significativos para o estudo da Bíblia, especialmente do AT. Eles foram descobertos a partir de 1947, nas colinas de Qumran, bem próximo ao Mar Morto. As primeiras descobertas, que foram também as mais importantes, vieram de onze cavernas. Nelas encontraram alguns rolos de livros completos e também muitos fragmentos. Uma parte do material encontrado trata-se de cópias de livros do AT, mas há também cópias de livros apócrifos, de pseudoepígrafos e de outros livros religiosos e, ainda, textos de natureza

secular como despachos militares e documentos legais (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

Segundo alguns eruditos, foram os essênios, habitantes da região entre 185 a.C. e 68 d.C., que guardaram esses manuscritos naquelas cavernas. Os essênios eram pessoas que, desiludidas com a vida ímpia da sociedade, retiraram-se para o deserto, a fim de viverem em mosteiros e se dedicarem a uma vida de oração e estudo dos livros sagrados. Quando perceberam que os romanos viriam para combater contra Jerusalém, que se havia rebelado contra o império e se localizava a apenas 16 quilômetros dali, e que nessa investida as tropas passariam por suas terras, esconderam seus manuscritos nas cavernas, com o objetivo de recuperá-los quando o perigo tivesse passado.

Os manuscritos encontrados consistem em cópias feitas entre 250 a.C. e 68 d.C., sendo que o exemplar mais antigo de um livro bíblico é um manuscrito de Êxodo. Graças a essa descoberta, hoje podemos conhecer muito dos costumes e do estilo de vida do povo judeu antes da era cristã. Contudo, o maior valor desses manuscritos é que, sendo eles mil anos mais antigos que as cópias mais antigas até então conhecidas, quando comparados com os textos mais recentes, constatou-se identidade de conteúdo. Isso veio mostrar que, apesar do longo processo de cópia e recópia dos livros bíblicos, e das pequenas diferenças, não houve alteração na mensagem doutrinária da Bíblia (APOLINÁRIO, 1985, p. 311-313).

Concluindo, ressaltamos que há dezenas de cópias — e em alguns casos centenas — de cada livro da Bíblia e que cada variante aparece apenas em algumas delas. Seus erros são considerados periféricos, porque não alteram a mensagem de salvação. "As variantes, em sua grande maioria, são mais interessantes do que importantes. São irrelevantes e fáceis de explicar. [...] Nenhuma doutrina cristã se baseia ou depende da adoção de determinada variante ou da adoção de um determinado tipo de texto" (SCHOLZ, 2006, p. 55). Podemos dizer com toda segurança que nenhum livro da antiguidade teve cópias feitas com tanta precisão e esmero como a Bíblia. Ellen G. White acrescenta: "Os manuscritos hebraicos e gregos das Escrituras têm sido preservados através dos tempos por um milagre de Deus" (Ellen G. White, *Carta 32, 1899*). Sim, Deus não apenas inspirou homens santos para escreverem sua Palavra; Ele a preservou através dos séculos e milênios, para que nós também a pudéssemos ler e nela encontrar o Salvador e a salvação.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Em suas próprias palavras, defina estes conceitos: autógrafos, massoretas e variantes.
- 2. Quais são as diferenças entre erros acidentais e alterações deliberadas nos manuscritos bíblicos? Mencione exemplos de cada caso.
- 3. Imagine que você esteja conversando com um amigo que não crê na Bíblia. Ele argumenta que, depois de tantos séculos de cópias e traduções, o texto bíblico foi muito deturpado e não podemos confiar nele. Com base no estudo deste capítulo, como você responderia a essas afirmações?

¹ Ele também era advogado e um dos mais eloquentes oradores que já houve, o que justifica o apelido de "boca de ouro", como era conhecido.

A FORMAÇÃO DO CÂNON

A palavra "cânon" deriva de *kanon*, termo grego que significa "regra", "norma", e que também era empregada significando uma vara de medir. Sua ideia essencial é a de uma linha reta ou direita. Algumas palavras de nossa língua derivam dela: caneta, canhão, canal, cana etc. É usada como referência a qualquer regra ou padrão ou a uma lista de itens escritos. Isso inclui seu uso para indicar uma lista das obras de um autor, o que implica em que as não mencionadas não são de sua autoria; ou uma relação oficial da igreja contendo os nomes dos que são reconhecidos como santos (quando o nome de alguém entra nessa lista, dizemos que ele foi canonizado), o que deixaria claro que os que não fazem parte dela não são considerados como tais. Assim, existem muitos cânones, mas, neste capítulo, vamos nos referir ao cânon bíblico.

Nos primórdios do cristianismo, a palavra "cânon" era usada para designar a lista autêntica de livros considerados inspirados e, posteriormente, para referir-se a esses próprios escritos como sendo a regra para a vida cristã. Incluir um livro no cânon implicava em reconhecer a origem divina de seus ensinos e em aceitá-lo como possuindo reconhecida autoridade espiritual. Os livros incluídos no cânon bíblico eram chamados de *canônicos* e os que eram rejeitados, *apócrifos* (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

Embora os escritores bíblicos soubessem que eles mesmos eram inspirados por Deus, não há indícios de que percebessem que algum dia todos os escritos inspirados seriam reunidos e formariam uma coletânea sagrada — a Bíblia. Nenhum deles deixou normas diretas e específicas para que a igreja soubesse como definir se um livro deveria ser canonizado ou não, o que, sem dúvida, dificultou essa definição.

A canonização dos livros bíblicos não ocorreu num momento, antes, foi um processo histórico que se arrastou por alguns séculos até ser completado. Os cristãos creem que esse processo não foi realizado por alguma autoridade eclesiástica ou algum concílio, mas foi uma obra da igreja guiada pelo Espírito de Deus. Naqueles dias, houve diferenças de opinião, especialmente com relação a determinados livros, os quais vieram a

ser aceitos somente depois de criteriosa avaliação, por meio de muito estudo e debate.

Cânon do Antigo Testamento

Embora pouco se saiba sobre a formação do cânon do AT, é amplamente aceito, por causa da tradição judaica, que Esdras, por volta de 450 a.C., reuniu os livros existentes (SCHOLZ, 2006, p. 20). Esse cânon era formado por 24 livros, divididos em seções, da seguinte maneira:

- 1. *A Lei* (*Torá*), contendo os primeiros cinco livros: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.1
 - 2. Os Profetas (Neviim), apresentados como:
 - quatro anteriores: Josué, Juízes, Samuel e Reis; e
 - quatro posteriores: Isaías, Jeremias, Ezequiel e os doze Profetas Menores num único livro.2
 - 3. *Os Escritos* (*Ketuvim*), assim subdivididos:
 - livros grandes: Salmos, Provérbios e Jó;
 - livros festivos: Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes e Ester (eram lidos nas sinagogas nas festividades religiosas, cada um numa festa, e seguem a ordem em que isso ocorria);
 - livros históricos: Daniel, Esdras e Neemias (como sendo apenas um) e Crônicas.

Onze livros compõem os Escritos. Os primeiros rabinos judeus frequentemente dividiam esses livros em três categorias que determinam a ordem dos livros na Bíblia hebraica. Tradicionalmente, é aceito que, por volta do ano 420 a.C., Esdras e Neemias (contemporâneos de Malaquias) reuniram os livros sagrados do AT, formando uma única coleção. Assim, o cânon do AT é considerado como tendo sido fechado (completado) nessa ocasião. O AT, que aparece em nossas Bíblias, tem o mesmo conteúdo da

Bíblia Hebraica, mas os livros seguem outra ordem. Também o número total deles é outro. Isso ocorre porque nossas Bíblias seguem a Septuaginta, famosa tradução do AT para a língua grega, feita a partir do século terceiro a.C. Nela, os livros são em número de 39 e seguem o seguinte arranjo:

- 1. O Pentateuco, contendo os primeiros cinco livros: de Gênesis a Deuteronômio.
 - 2. Os livros históricos, de Josué a Ester.
 - 3. Os livros poéticos, de Jó a Cântico dos Cânticos.
 - 4. Os livros proféticos:
 - os quatro maiores: de Isaías a Daniel;
 - os doze menores: de Oseias a Malaquias.

Devemos considerar que nos dias de Jesus havia três cânones: 1) o cânon dos judeus palestinos, que incluía os 39 livros e era aceito pelos fariseus e pelo povo que vivia em Israel; 2) o cânon da Septuaginta, chamado de alexandrino, que abrangia os 39 e também os livros apócrifos e era aceito pelos judeus da dispersão, ou seja, os que viviam fora de Israel; e 3) o cânon abreviado dos saduceus, que continha somente o Pentateuco. Muitos dos políticos e autoridades da nação eram do partido dos saduceus (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

Cânon do Novo Testamento

Em meados do segundo século da era cristã, viveu um homem chamado Marcion, natural da Ásia menor, atualmente parte da Turquia. Ele foi um rico proprietário de navios que decidiu abandonar os negócios e dedicar-se completamente à fé religiosa. Chegou a ser um influente mestre cristão, mas acabou adotando uma variedade de ensinamentos gnósticos, o que resultou em sua exclusão do cristianismo em 144 d.C. Nesse mesmo ano, ele iniciou uma comunidade religiosa que rivalizou com o cristianismo. Esse movimento tornou-se muito forte, e suas congregações se espalharam por todo o Império Romano, perdurando por alguns séculos, especialmente no Oriente.

Em seus estudos da Bíblia, Marcion chegou a algumas conclusões equivocadas. Entendeu haver dois deuses: o demiurgo, um deus inferior, justo e iracundo, criador deste mundo e do homem, o qual colocara a humanidade sob o domínio da lei e produzira o AT; e o Deus bom, superior, do NT, o pai dos cristãos, revelado por Jesus e Paulo, que opera pela graça, e que, contemplando a miséria da raça humana, enviou seu Filho para redimila. Para Marcion, Jesus não se tornou carne, não era realmente humano, mas puro espírito. Somente parecia humano. E foi o deus do AT que cuidou para que Jesus fosse crucificado. Como resultado dessa compreensão, Marcion rejeitou a maior parte da Bíblia, recomendando aos seus correligionários que aceitassem apenas onze de seus livros: dez cartas de Paulo (as pastorais não foram consideradas) e o evangelho de Lucas. Além disso, ele editou esses materiais. Desse modo, seu Evangelho de Lucas não tinha a genealogia de Jesus, nem qualquer referência ao seu nascimento em Belém ou à sua família, nem ainda às profecias do AT que se cumpriam nele; e as dez cartas de Paulo que foram adotadas não incluíam referências a Jesus assumindo a forma humana e sofrendo pelos pecados da humanidade. Portanto, tudo o que tinha relação com ira, lei, AT e o Deus do AT foi rejeitado. Ele pregava que a salvação vem pela renúncia ao Deus do AT e seu tipo de mensagem, e a aceitação do Deus do NT. Segundo muitos estudiosos, por volta do ano 160 d.C., quando ele faleceu, cerca da metade da igreja acreditava em muito do que ele ensinara. É evidente que Marcion estava enganado e, por isso mesmo, foi severamente combatido por destacados líderes cristãos, entre eles Tertuliano e Epifânio (CHAMPLIN; BENTES, 1995; MILLER; HUBER, 2006, p. 92-93).

No entanto, ao elaborar o seu cânon, o primeiro que se conhece, Marcion forçou a igreja a se pronunciar oficialmente sobre o assunto. Por essa razão, a partir do final do segundo século, diversos líderes e comunidades cristãs começaram a organizar o seu cânon. Dentre os esforços realizados para estabelecer o cânon do NT, destacamos as informações que seguem:

O cânon muratoriano, assim chamado porque foi encontrado em uma biblioteca pelo sacerdote italiano Ludovico Antonio Muratori, no século 18. Alguns também o chamam de Fragmento de Muratori, porque o início e o fim do manuscrito estão mutilados. Esse cânon, cujo autor permanece desconhecido, foi escrito no final do segundo século (170-210 d.C.), e nele podem-se distinguir quatro tipos de livros: 1) os que são lidos publicamente

na igreja, 2) aqueles que algumas pessoas gostariam que fossem lidos publicamente na Igreja, 3) os que são lidos particularmente e 4) aqueles que devem ser desprezados. Conquanto em grande parte fosse semelhante ao cânon que aparece em nossas Bíblias, ele não incluía as cartas de Pedro, de Tiago, Hebreus e 3 João, mas aceitava a Sabedoria de Salomão e o Pastor de Hermas, embora não recomendasse que fossem lidos publicamente (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

No início do terceiro século, Orígenes de Alexandria realizou uma pesquisa para descobrir quais escritos cristãos as igrejas estavam usando. Ele disse haver duas classes de livros: os reconhecidos e os discutidos. Os já reconhecidos eram os quatro evangelhos, Atos, catorze cartas de Paulo, 1 Pedro, 1 João e o Apocalipse de João. Os discutidos eram: Tiago, 2 e 3 João, 2 Pedro, Judas, a epístola de Barnabé e o Pastor de Hermas (CHAMPLIN; BENTES, 1995). No quarto século, Eusébio de Cesareia classificou os livros religiosos em três categorias: 1) os reconhecidos: os quatro evangelhos, catorze cartas de Paulo, Atos, 1 Pedro, 1 João e o Apocalipse de João; 2) os discutidos: Tiago, 2 e 3 João, 2 Pedro e Judas; 3) os espúrios: a epístola de Barnabé, o Pastor de Hermas, Atos de Paulo, Apocalipse de Pedro, o Didaquê e o evangelho segundo os hebreus (CHAMPLIN; BENTES, 1995; MILLER; HUBER, 2006, p. 94).

Foi apenas no quarto século que o cânon do NT foi fixado de forma praticamente universal. O documento mais antigo que contém uma lista com os mesmos 27 livros aceitos na atualidade é uma carta de Atanásio, destacado bispo de Alexandria, enviada às igrejas de sua diocese, em 367 d.C. Entre outras coisas, a carta mencionava os livros considerados canônicos pelas igrejas. Esse cânon de Atanásio é o que acabou sendo adotado pela cristandade em toda parte, tendo sido ratificado pelos concílios de Hipona (393 d.C.) e de Cartago (397 d.C.) (APOLINÁRIO, 1985, p. 155-156).

Os estudiosos concordam em que houve pelo menos três critérios principais que, no conjunto, ajudaram a definir quais livros fariam parte do cânon do NT. São eles:

• O livro foi escrito por um apóstolo ou por alguém diretamente ligado a ele.

- Os ensinos do livro concordam com os ensinamentos tradicionais cristãos. Alguns livros ficaram de fora do cânon porque não passaram por esse teste.
- O livro foi amplamente utilizado pelas igrejas e não apenas regionalmente ou localmente. A falta de mais ampla circulação de alguns livros talvez explique porque eles tenham demorado a ser aceitos por certas comunidades (MILLER; HUBER, 2006, p. 94).

O estabelecimento do cânon do NT foi bastante positivo, porque evitou que escritos espúrios e aqueles que propagavam heresias circulassem entre as comunidades cristãs e produzissem muitos males.

Livros perdidos

Diversos livros citados nas Escrituras, inclusive alguns comprovadamente escritos por homens inspirados por Deus, não foram incluídos no cânon bíblico. Eles são conhecidos como livros perdidos:

- Livro das Batalhas do Senhor (Nm 21:14);
- Livro do Justo (Js 10:13; 2Sm 1:18);
- História de Salomão (1Rs 11:41);
- História dos Reis de Israel (1Rs 14:19);
- História dos Reis de Judá (1Rs 14:29);
- Livro dos Reis de Israel (1Cr 9:1; 2Cr 20:34);
- Crônicas do Profeta Samuel (1Cr 29:29);
- Crônicas do Profeta Natã (1Cr 29:29);
- Crônicas do Profeta Gade (1Cr 29:29);
- História do Profeta Natã (2Cr 9:29);
- Profecia de Aías, de Siló (2Cr 9:29);

- Visões do Profeta Ido (2Cr 9:29);
- História do Profeta Semaías (2Cr 12:15);
- História do Profeta Ido (2Cr 12:15; 13:22);
- História dos Reis de Judá e Israel (2Cr 16:11; 2Cr 32:32);
- História de Jeú (escrita na "História dos Reis de Israel") (2Cr 20:34);
- Comentário sobre o Livro dos Reis (2Cr 24:27);
- Atos de Uzias (escritos pelo profeta Isaías) (2Cr 26:22);
- História dos Reis de Israel e de Judá (2Cr 27:7);
- História dos Profetas (2Cr 33:19);
- Livro das Crônicas (Ne 12:23);
- Carta de Paulo aos Laodicenses (Cl 4:16);
- Carta de Paulo anterior a 1 Coríntios (1Co 5:9).

A razão de escritos inspirados não fazerem parte do cânon nos é desconhecida, mas, possivelmente, isso ocorreu porque ou suas aplicações eram apenas locais, não servindo para todos em todas as épocas e lugares, ou porque seriam meras repetições do que já consta nos livros canonizados.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. O que é cânon? Como ocorreu a formação do cânon do AT?
- 2. Como ocorreu a formação do cânon do NT? A igreja estabeleceu ou reconheceu quais livros seriam incluídos?
- 3. Quais critérios foram usados no estabelecimento do cânon do NT?

¹ A palavra "Torá" deriva do verbo yarah, cuja significação fundamental é "apontar uma direção". Torá, portanto, tem o sentido de direção a tomar, de diretriz, de guia e, nas Escrituras, significa um "ensinamento", uma "instrução" que motiva uma conduta a ser seguida. Esse ensinamento pode ser

dado diretamente, através de preceitos divinos, ou sob a forma de narrativas, onde há um princípio esclarecedor, uma lição, um caráter exemplar destacado. Por isso, no Pentateuco, os acontecimentos da vida dos patriarcas e na história da saída de Israel do Egito e em suas peregrinações são tão significativos quanto os muitos preceitos. Essas histórias são Torá, ou seja, "leis" porque revelam como deve viver o povo de Deus e devem ser consideradas como normativas (AUZOU, 1967, p. 109-110).

² Os Profetas Anteriores podem ter sido aceitos primeiro, já que são livros de épocas mais antigas e consistem em escritos narrativos que se referem ao período que vai da ocupação da Palestina pelos israelitas até o fim da monarquia. Os Profetas Posteriores, que alguns preferem chamar de profetas escritores e outros, de profetas pregadores, são livros mais recentes e tratam mais da vida e do ministério dos personagens cujos nomes aparecem nos títulos desses livros (MILLER; HUBER, 2006, p. 32; 55; AUZOU, 1967, p. 57; 70).

LIVROS NÃO CANÔNICOS

Nos tempos bíblicos, enquanto eram escritos os livros que hoje formam a Palavra de Deus também estavam sendo escritos muitos outros. Embora estes tenham sido escritos pelo povo de Deus, tratassem de temas religiosos e fossem — de algum modo ou parcialmente — proveitosos, não alcançaram o status de livros canônicos. São eles os apócrifos, os pseudepígrafos e o Talmude.

Livros apócrifos

O termo "apócrifo" vem do grego *apokrufe*, que significa "oculto", "secreto", "misterioso". Inicialmente, os cristãos o usavam para designar os escritos cuja autoria era incerta. Mais tarde, chegou a ser empregado para referir-se a livros cuja mensagem é espúria ou herética. Todavia, seu uso mais acertado é para qualificar aquelas obras que, embora tidas como sagradas por alguns, não foram incluídas no cânon. Portanto, apócrifo é equivalente a não canônico (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

apócrifos foram escritos por judeus no período de aproximadamente 200 a.C. até 100 d.C. Eles faziam parte da Septuaginta, que era a Bíblia usada nos primeiros dias do cristianismo, e eram tidos em alta estima pelos judeus que viviam fora de Israel e mesmo considerados canônicos por diversas comunidades cristãs até o quarto século. Apesar disso, a igreja em geral entendeu que, embora proveitosos como registros de história e de exemplos morais, não deviam ser considerados em pé de igualdade com os canônicos e, por isso, não serviam como base doutrinária. Essa foi também a posição dos reformadores. Eles perceberam que, conquanto esses livros estivessem na Bíblia latina, a Vulgata, nunca haviam constado na Bíblia hebraica e, por isso, não os consideraram como inspirados. Entretanto, Lutero os incluiu em sua tradução da Bíblia alemã, num bloco à parte, entre o AT e o NT, com a seguinte observação: "Estes livros não estão em pé de igualdade com a Escritura Sagrada, mas ainda assim são proveitosos e bons de ler" (SCHOLZ, 2006, p. 22). Posteriormente, o Concílio de Trento, em 1548, os reconheceu como canônicos e

apropriados para a leitura nas igrejas (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Os católicos romanos os chamam de deuterocanônicos, isto é, livros que fazem parte de um segundo cânon ou que foram canonizados noutra ocasião.

Apócrifos do Antigo Testamento

A seguir, relacionamos os escritos apócrifos do AT e a provável época de sua composição (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

- 1 Esdras entre 150 e 50 a.C.
- 2 Esdras 90 d.C.
- Tobias c. 190-170 a.C.
- Judite c. 150 a.C.
- Adições ao Livro de Ester 114-78 a.C.
- Sabedoria de Salomão c. 100-50 a.C.
- Eclesiástico c. 185 a.C.
- Baruque c. 150-100 a.C.
- Adições a Daniel c. 100 a.C.
- Oração de Manassés primeiro século a.C.
- 1 Macabeus c. 104 a.C.
- 2 Macabeus c. 100 a.C.

Os apócrifos contêm ensinamentos que estão em flagrante contraste com os ensinos de Cristo, de Paulo e dos livros canônicos. Alguns deles dão suporte a doutrinas da Igreja Católica e, talvez por essa razão, constem nas Bíblias católicas. Vejamos uma amostra.

1. *Tobias 5:15-19* conta de um anjo que, falando a Tobias, disse ser descendente de uma importante família humana. Tal declaração é simplesmente ridícula. Os anjos são diferentes dos seres humanos, outra

- ordem de criaturas, sem qualquer ligação necessária com a humanidade e já existiam antes da raça humana (Lc 20:34-36; Hb 2:5-7).
- 2. *Tobias 6:5-8* declara que um coração de peixe sobre brasas produz fumaça capaz de expulsar demônios. Diferentemente, o NT declara que os demônios são expulsos pelo poder do nome de Jesus (Mc 16:17; At 16:18).
- 3. *Tobias 12:8-9* afirma que dar esmolas livra da morte, purifica os pecados e conduz à vida eterna. As Escrituras, ao contrário, ensinam que o perdão e a salvação vêm unicamente pela fé em Cristo (At 4:12; 16:31; Ef 2:8-10).
- 4. 2 Macabeus 12:42-46 recomenda que façamos sacrifícios e oremos em favor dos mortos para que eles sejam perdoados. A Bíblia ensina que não há qualquer oportunidade de perdão e salvação após a morte (Hb 9:25).

Apócrifos do Novo Testamento

O termo "apócrifo", em relação ao NT, "geralmente indica aquelas obras não canônicas que afirmam fornecer informação adicional de espécie supostamente autêntica, sobre Cristo, seus apóstolos, ou outros seguidores de Cristo" (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Embora sejam em muito maior número que os apócrifos do AT, não constam de nenhuma Bíblia. Um deles, o Evangelho de Tomé, o único evangelho apócrifo completo conhecido, ao narrar a infância de Cristo, conta várias histórias fantasiosas, dentre elas, um relato em que Jesus teria matado miraculosamente outras crianças porque o haviam ofendido (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Segue-se uma lista dos apócrifos do NT (BARRERA, 1995, p. 287-289; APOLINÁRIO, 1985, p. 189).

- 1. Evangelhos: dos Hebreus, dos Egípcios, dos Ebionitas, de Pedro, de Tomé1, de Filipe, de Bartolomeu, de Nicodemos, de Gamaliel, da Verdade, do pseudo-Mateus, Assunção de Maria, História Árabe de José o Carpinteiro, e Protoevangelho de Tiago.
- 2. Atos: de Paulo, de Pedro, de João, de André e de Tomé.
- 3. *Epístolas*: 1 e 2 de Clemente aos Coríntios, de Inácio (aos Efésios, aos Magnésios, aos Trálios, aos Romanos, aos Filadélfios, aos Esmirnenses e a Policarpo), de Policarpo aos Filipenses, de Barnabé2, algumas cartas de

Pedro e três cartas de Paulo (3 Coríntios, aos Laodicenses e Correspondência de Paulo e Sêneca).

- 4. Apocalipses: de Pedro3, de Paulo, de Tomé, de Estêvão e da Virgem.
- 5. *Outros*: Didaquê4 e o Pastor de Hermas.5

Embora os apócrifos não sejam citados diretamento no NT, parece haver alusões a eles e aproveitamento de suas ideias e expressões. Como exemplo mencionamos: Hebreus 11, que trata dos heróis da fé, é muito parecido com Eclesiástico 4; e também a descrição da armadura do cristão, de Efésios 6:13-17, assemelha-se ao que está em Sabedoria de Salomão 5:17-20 (CHAMPLIN; BENTES, 1995).

Deve-se recordar que o uso de um determinado documento, por parte de um escritor ou orador inspirado por Deus, não implica em que essa fonte também tenha sido fruto da inspiração. Como já vimos, a inspiração capacita o servo de Deus a selecionar material verdadeiro e benéfico mesmo dentre escritos comuns e até contaminados por erros.

Livros pseudepígrafos

O termo pseudepígrafo significa "escrito falso" e é empregado no sentido de falsa autoria. Isso significa que os indivíduos mencionados como seus autores de fato não os escreveram. Os pseudepígrafos surgiram no período que vai de 200 a.C. a 200 d.C., e quase todos são de natureza apocalíptica, sendo que seu principal tema trata das expectativas apocalípticas de seus autores (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Eis alguns dos mais conhecidos:

- 1 Enoque;
- 2 Enoque;
- A Assunção de Moisés;
- O Testamento de Abraão;
- A Vida de Adão e Eva;
- O Apocalipse Grego de Baruque;

- O Apocalipse Siríaco de Baruque;
- Martírio e Ascensão de Isaías;
- Paralipômenos de Jeremias;
- Livro dos Jubileus;
- Salmos de Salomão;
- Oráculos Sibilinos;
- Testamentos dos Doze Patriarcas;
- Oração de José;
- 3 Macabeus (do primeiro século a.C. ao primeiro século d.C.);
- 4 Macabeus (primeiro século d.C.).

Durante séculos, Deus enviara seus servos, os profetas, com mensagens especiais convidando seu povo a voltar-se para Ele. Todavia, não prestaram atenção. Assim, durante todo o período intertestamentário (c. 420 a.C. ao início da era cristã) não receberam nenhuma mensagem profética. Na metade desse período, o povo judeu foi muito oprimido por seus inimigos. Era uma época de grande tristeza e desesperança.

Como não houve nenhuma orientação inspirada, alguns resolveram escrever mesmo sem inspiração. O principal o objetivo era o de consolar e encorajar o povo. Todavia, como o cânon já estava fechado, se colocassem o seu próprio nome como autor, seus escritos não seriam considerados. Sendo assim, anotaram como autores os nomes dos grandes personagens de Israel, heróis e destacados líderes espirituais que viveram antes de fechar-se o cânon: Abraão, José, Moisés, Salomão, Isaías, Jeremias e outros. Com o decorrer do tempo, esses pseudepígrafos tiveram, como resultado, grande circulação entre judeus e cristãos e foram amplamente aceitos.

Posteriormente, Deus orientou o idoso apóstolo João para que escrevesse o último livro da Bíblia seguindo o mesmo estilo apocalíptico já tão conhecido por seu povo. Entre os manuscritos do Mar Morto, foram encontradas diversas cópias dos livros apócrifos e dos pseudepígrafos (CHAMPLIN; BENTES, 1995).6

Talmude

"A palavra talmude significa literalmente 'estudo', e é abreviação da expressão talmude torah ('estudo da lei')" (ENCICLOPÉDIA, 1963, ver "Talmud"). Após seu retorno à Palestina, os líderes judeus começaram a repensar sua história e chegaram à conclusão de que a destruição da nação e o cativeiro babilônico haviam sido resultados diretos da transgressão dos mandamentos de Deus. A partir daí, resolveram empenhar-se para que o povo não mais repetisse as transgressões do passado. Nasceu, assim, um novo ofício, o de mestre da lei. Esses mestres agiam como guardiões dos mandamentos morais e cerimoniais. Eles procuravam garantir que as leis fossem sempre lembradas e obedecidas, e seus estudos resultaram em longos comentários sobre as leis de Moisés, regras de procedimento para evitar a transgressão, sermões etc., e isso chegou a tal ponto que, no final do primeiro século da era cristã, essas leis e tradições orais eram tão numerosas que se tornava impossível memorizá-las. Frente a isso, rabinos começaram a anotar algumas delas, com o receio de que se perdessem, até que, por volta de 200 d.C., o rabino Judá ha-Nasi, assessorado por diversos outros rabinos, assumiu a tarefa de escrevê-las, o que resultou em um documento — a Mishná —, que passou a ser altamente considerado pelos judeus, apenas inferior à Bíblia. Mishná significa "repetição", e talvez essa obra fosse assim chamada porque continha as tradições que eram valorizadas e deviam ser lembradas com a repetição oral (MILLER; HUBER, 2006, p. 114; CHAMPLIN; BENTES, 1995). A Mishná está dividida em seis ordens (CHAMPLIN; BENTES, 1995; APOLINÁRIO, 1985, p. 197; MILLER; HUBER, 2006, p. 114-115; BEALE, 2013, p. 156-157), cada uma subdividida em tratados, num total de 63, e estes, por sua vez, em capítulos. As ordens são:

- 1. Sementes trata da agricultura. Ensina como cultivar a terra, devolver os dízimos etc.
- 2. Festas fixas discorre sobre o calendário religioso judaico e ensina como devem ser comemoradas as festas nacionais (páscoa, pentecostes, tabernáculos etc.) e os dias de jejum.

- 3. *Mulheres* dá instruções às mulheres sobre casamento, divórcio e outros aspectos da vida em família.
- 4. *Danos* abrange leis civis e criminais, identificando as transgressões e apontando as correspondentes punições. Há também porções que tratam de idolatria e ética.
- 5. *Coisas sagradas* versa sobre as coisas santificadas, especialmente os sacrifícios, ofertas e rituais de adoração realizados no templo.
- 6. *Purificações* discute as leis de pureza e impureza cerimoniais, apontando tanto o que pode tornar uma pessoa impura e inepta para participar da adoração quanto o caminho para tornar-se cerimonialmente pura.

Embora possuísse mais de 500 capítulos, a Mishná estava longe de abarcar todas as leis e tradições. Por isso, os rabinos judeus continuaram, depois de 220 d.C., a estudar e debater sobre como as leis se aplicavam à vida — sendo isso permeado por opiniões, comentários, histórias, ensinamentos, conselhos e lendas. Com o decorrer do tempo, essas discussões passaram a ser escritas e reunidas em uma volumosa obra conhecida como Gemara (que significa "acréscimo" ou "complemento"), que segue o mesmo formato e estrutura da Mishná. A união da Mishná com o Gemara resultou no Talmude (MILLER; HUBER, 2006, p. 115; BEALE, 2013, p. 156-157), o qual está escrito quase todo em aramaico e "em um estilo extremamente conciso e cortante, de difícil compreensão e interpretação" (ENCICLOPÉDIA, 1963), de modo que, para que alguém pudesse entendê-lo bem, precisaria dedicar a vida inteira ao seu estudo. Há duas versões do Talmude, cada uma provinda de um dos dois maiores centros de estudos judaicos: em Israel e na região do golfo Pérsico. Embora algumas vezes chamado de "Talmude de Jerusalém", o Talmude Palestino, foi de fato produzido nas escolas rabínicas existentes no norte de Israel. Sua compilação ocorreu até aproximadamente o ano 425 d.C. (CHAMPLIN; BENTES, 1995; SCHOLZ, 2006, p. 156; MILLER; HUBER, 2006, p. 115; BEALE, 2013, p. 156-157). O Talmude Babilônico se desenvolveu nas escolas rabínicas localizadas em áreas habitadas por muitos judeus na Mesopotâmia e cessou de ser expandido por volta do ano 495 d.C. É cerca de três vezes maior que o Talmude Palestino, especialmente por conter muito mais comentários de natureza homilética, e chega a ocupar quase 50 volumes. Essa é a versão mais amplamente aceita (CHAMPLIN; BENTES, 1995; BEALE, 2013, p. 156-157).

No Talmude, há leis que regulam cada ato da vida, algumas das quais bem minuciosas e cansativas. Somente a respeito do sábado há 24 capítulos, que comentam e definem aquilo que está escrito no quarto mandamento, proibindo o trabalho nesse dia. Também incluíam procedimentos que ensinavam como burlar algumas dessas regras. Eis algumas proibições:

- Carregar algo mais pesado que um figo seco. Assim, levar um lenço na mão era pecado, mas levá-lo costurado na roupa não era. Era aceito como parte da roupa.
- Usar remédio. Nem sequer um bochecho com vinagre para aliviar a dor de dentes. Mas, se o indivíduo engolisse o vinagre, isso não seria considerado como pecado, pois o vinagre seria alimento.
- Olhar no espelho. Se alguém fizesse isso, poderia descobrir um fio de cabelo branco e então ser tentado a arrancá-lo, o que seria grave pecado.
- Cuspir no solo. Isso poderia atingir uma planta, o que seria considerado como um trabalho, pois a estaria regando.
- Andar mais do que a jornada de um sábado, ou seja, uns 1.200 metros. Mas, se na véspera um indivíduo qualquer deixasse algum alimento naquele suposto ponto final, então este seria considerado como sua casa, e ele poderia andar mais uma jornada a partir dali (APOLINÁRIO, 1985, p. 198-200).

Por causa dessas proibições, a guarda do sábado tornou-se um fardo. Quando Jesus viveu na Palestina, tentaram pressioná-lo a observar essas muitas regras — feitas por homens —, mas Ele nunca prestou atenção a elas e, por isso, foi acusado de violar o sábado e , na verdade, esta foi uma das principais razões pelas quais o mataram (Jo 5:18). Entretanto, Jesus sempre guardou os mandamentos de Deus, mas sem os acréscimos humanos. A maior evidência disso pode ser percebida em suas próprias palavras, proferidas no dia anterior à sua morte. Ele disse: "Eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai" (Jo 15:10).

Também havia regras elaboradas ao redor dos outros mandamentos. Em Mateus 15:1-9, há o exemplo de uma delas, em relação ao quinto mandamento. Neste caso, a regra contraria o mandamento. Este exige, entre outras coisas, que cuidemos de nossos pais na velhice. Mas quem se valia dessa regra prometia uma oferta a Deus e acreditava que, uma vez feito isso, não mais precisava se preocupar com seus pais.

Os fariseus muito se empenharam para que essas regras fossem observadas (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Não admira, portanto, que Jesus os censurasse severamente por essa razão (ver Mt 23). Apesar disso, o Talmude teve grande influência sobre o povo judeu (APOLINÁRIO, 1985. p. 203), ajudou-o a sobreviver como uma comunidade religiosa (CHAMPLIN; BENTES, 1995) e ainda hoje continua a ser estudado nas escolas de rabinos por todo o mundo, sendo visto por judeus devotos como uma fonte de sabedoria (MILLER; HUBER, 2006, p. 115).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são as diferenças entre livros apócrifos e livros pseudepígrafos? Cite exemplos de cada um desses grupos.
- 2. O que é o Talmude? Como ele nos ajuda na compreensão da Bíblia?
- 3. Como você responderia a alguém que afirmasse que a igreja deixou fora do cânon muitos livros importantes e inspirados?

O evangelho de Tomé apresenta-se como escrito por um judeu chamado Tomé. Consiste em uma breve coleção de milagres que Jesus supostamente teria realizado quando criança, entre seus 5 e 12 anos. Alguns desses milagres da infância mostram Jesus empregando seus poderes sobrenaturais para vingar-se dos outros. Certa feita, por exemplo, um garoto interferiu numa de suas brincadeiras e, em outra ocasião, outro menino esbarrou nele. Em ambos os casos, Jesus proferiu algumas palavras e os meninos morreram. Quando alguns pais foram reclamar a José, Jesus fez com que todos eles ficassem cegos. Todavia, mais tarde, Ele se transforma em um jovem compassivo, que busca ajudar os outros. Dessa forma, ressuscitou um amigo que havia caído de um telhado e viera a falecer; curou seu irmão Tiago, que fora picado por uma cobra venenosa; e restaurou o pé de um homem que havia se cortado com o seu machado; entre muitas outras coisas boas que fez (MILLER; HUBER, 2006, p. 100-101).

² A Epístola de Barnabé possui certa semelhança com o livro de Hebreus. Ela procura mostrar como os cristãos se encaixam na aliança de Deus com Israel. Declara que os judeus perderam o seu direito de ser povo de Deus porque o rejeitaram repetidamente, preferindo seguir os ídolos, e desprezaram também o próprio Messias. Por isso, em lugar deles, Deus aceitou os cristãos como herdeiros da

- aliança. São eles que lhe obedecem e recebem suas bênçãos (MILLER; HUBER, 2006, p. 81-99).
- ³ O Apocalipse de Pedro trata dos eventos finais e fornece detalhes a respeito da vida após a morte, incluindo seu mais longo capítulo, que conta de uma viagem pelo inferno. Foi uma obra muito popular (MILLER; HUBER, 2006, p. 101).
- ⁴ Didaquê, ou O Ensino dos Apóstolos. "Didaquê" significa "ensinamento". A obra é um pequeno manual de instrução para novos convertidos e apresenta, em 16 capítulos, aspectos fundamentais do cristianismo: crenças, estilo de vida e adoração. Ela lembra conceitos encontrados no Evangelho de Mateus (MILLER; HUBER, 2006, p. 81, 99).
- O Pastor de Hermas apresenta um pastor celestial (provavelmente um anjo) que dá conselhos espirituais a um homem chamado Hermas. O livro possui três seções: visões, sermões e parábolas. Uma das visões tem certa semelhança com o Apocalipse e trata de uma besta que precede uma terrível tribulação. Os sermões e parábolas tratam de virtudes e temas religiosos. Este foi um livro bastante popular e muito recomendado aos novos convertidos (MILLER; HUBER, 2006, p. 98).
- ⁶ Escritores católicos chamam os apócrifos de "deuterocanônicos" e os pseudepígrafos de "apócrifos".

A TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Basicamente, há dois princípios de tradução, e os tradutores devem escolher entre um e outro. Um é o princípio de *equivalência formal*, que, além de tentar reproduzir o sentido do texto, também se preocupa em manter a forma do original bíblico, o que inclui a ordem das palavras. Esse foi o princípio adotado na tradução de João Ferreira de Almeida. O outro princípio é o de *equivalência funcional*, que traduz o sentido sem levar em conta as estruturas originais. Esse princípio foi empregado no preparo da Bíblia na Linguagem de Hoje. No primeiro caso, foi priorizada a fidelidade ao autor, no segundo, a fidelidade ao leitor (SCHOLZ, 2006, p. 71-73).

Problemas de tradução

Uma tradução, qualquer tradução, de qualquer livro, bíblico ou secular, nunca é perfeita. Isso acontece simplesmente porque nem sempre as palavras disponíveis na outra língua, aquela para a qual se está traduzindo, transmitem exatamente a mesma ideia. Por essa razão, é dito que "todo tradutor é um traidor".

Vocabulário

Como exemplo, façamos uma breve comparação entre nossa língua e o grego. Tomemos a palavra "amor". Em português, alguém pode dizer: "Amo minha esposa"; "Amo meu filho"; "Amo meu cachorro"; "Amo meu inimigo". Usa-se a mesma palavra em relação aos quatro casos. Mas será que o amor para com os quatro é do mesmo tipo? Certamente que não! O amor para com um filho produz um relacionamento de muito afeto, mas o amor para com a esposa, além da afeição, envolve aspectos sexuais. E o amor para com um animal de estimação, embora implique em afeição, é diferente, pois não se trata de uma relação de igual para igual e, sim, de dois seres de espécies diferentes, entre os quais nunca poderá haver verdadeira comunhão. E o que dizer do amor para com o inimigo? Será que Deus espera que ele seja amado com o mesmo carinho que se devota a um familiar querido? Assim, vemos

que, na língua portuguesa, precisaríamos de palavras específicas que pudessem ser empregadas para diferenciar um tipo de amor do outro, mas tais palavras não existem, o que pode causar alguma confusão.

Nesse caso, a língua grega é mais rica, isto é, possui diversas palavras para "amor", cada qual com suas nuanças. Todavia, o NT emprega apenas duas delas para denotar a ação de amar. São elas: 1) *Agapao* — Envolve a inteligência e a vontade. É uma escolha. É amar com respeito. É ter consideração. Esse é o amor que devemos ter para com os outros (1Co 13), incluindo os inimigos (Mt 5:44). É também o amor que Deus espera de nós, como é exposto no maior dos mandamentos (Mt 22:37). 2) *Fileo* — É o amor instintivo, afetivo, sentimental, como o amor de uma mãe para com seu filho (Mt 10:37; Jo 11:36; Ap 3:19). 3) Outra palavra grega para amar é *erao*, que é empregada para fazer referência à paixão sensual, ao desejo de possuir o outro. Ela não aparece no NT, mas se encontra na Septuaginta, em Ester 2:17, por exemplo, no relato sobre o amor do rei Assuero para com Ester.

Outro exemplo que podemos citar diz respeito ao conceito de "arrependimento". Em grego, há duas palavras, ambas envolvendo mudança, mas com nuanças diferentes: 1) *Metanoéo* — Significa "mudança de mente". Indica a mudança de pensamento, de mentalidade, de ponto de vista, de propósito, de atitude. Este é o tipo de arrependimento que Deus espera do pecador (Mt 3:2). 2) *Metamélomai* — Significa "sinto tristeza", "estou tocado de remorso". Aponta para a mudança de sentimento. Mudam os sentimentos, mas não os pensamentos. Este foi o arrependimento de Judas (Mt 27:3).

Também na língua hebraica as expressões usadas para transmitir a ideia de "arrependimento" podem ter diferentes significados, o que tende a causar incompreensão. Uma delas — shûb — que significa "voltar-se", é usada com maior frequência para indicar o arrependimento do homem que, convicto do pecado, sente remorso e tristeza, mais do que isso, redireciona seu destino, decidindo repudiar todo pecado e aceitar a vontade de Deus para sua vida (HARRIS, 1998). Outra palavra — naham — também pode referir-se ao arrependimento, inclusive de Deus. Num único capítulo do livro de Samuel é usado o verbo cognato niham por duas vezes para referir-se ao arrependimento de Deus, mas com significados diferentes. Em 1 Samuel 15:11, é dito que Deus se arrepende, e, no versículo 29, é declarado que Ele

não se arrepende. No primeiro caso, o verbo destaca que Deus está profundamente triste pela desobediência de Saul, o qual escolheu satisfazer a um capricho pessoal em lugar de seguir sua vontade revelada. No segundo, o mesmo verbo é empregado para declarar que Deus nunca muda de opinião. Deve-se considerar que no hebraico é comum a ocorrência de palavras que tenham dois ou mais sentidos (ARCHER, 1997, p. 187).

Assim, quando a Bíblia fala do arrependimento de Deus, há dois grupos de textos, sendo que um deles diz que Deus se arrepende, e o outro, que Ele não se arrepende. Isso parece contraditório. Todavia, quem conhece as palavras e ideias da língua original, percebe que as declarações bíblicas de que Deus não se arrepende (Nm 23:19; 1Sm 15:29; Sl 110:4) querem dizer que Deus não muda em seu pensamento e propósito, e que os textos que afirmam que Deus se arrepende (Gn 6:6-7; Êx 32:14; 1Sm 15:11, 35; Jn 3:10) simplesmente transmitem a ideia de que Ele ficou triste com algo que ocorreu, mudou seu sentimento. De acordo com Jeremias 18:7-10, quando há uma mudança na conduta humana, ocorre uma mudança no juízo divino (HARRIS, 1998).1

Às vezes, na tradução das línguas bíblicas para a língua portuguesa diversas palavras precisam ser todas traduzidas por uma única. Outras vezes acontece o contrário, pois uma palavra bíblica específica pode ter diversos significados, dependendo do contexto onde se encontra. Esse é o caso das palavras "fé", "lei", "alma" e tantas outras. Isso pode ser ilustrado com o que ocorre em português com a palavra "gato". O dicionário Aurélio dá vinte diferentes significados. Se alguém disser "Aquele rapaz é um gato", qual o significado? Dependendo do contexto em que a frase for proferida, pode significar: 1) aquele rapaz é muito bonito; ou 2) aquele rapaz é um ladrão ("gatuno") etc. Nas línguas bíblicas, também pode haver muitas palavras para transmitir uma única ideia. Deste modo, embora o hebraico seja uma língua pobre, possui dez palavras diferentes para lei (ver o Sl 119), 12 para trevas e 23 para riqueza.

Idiotismos

Um idiotismo é uma palavra ou uma construção de palavras que pertence a uma só língua. Quando um idiotismo é traduzido ao pé da letra, é provável que não haja uma correta compreensão. Por isso, é preferível que

o tradutor se preocupe em transmitir a ideia e não em meramente traduzir palavra por palavra. Vejamos exemplos de idiotismos:

- "viração do dia" (Gn 3:8, ARA). A NTLH traz: "quando soprava o vento suave da tarde".
- "os filhos das bodas" (Mc 2:19, ARC). A ARA diz: "os convidados para o casamento".
- "o fruto de seus lombos" (At 2:30, ECA). Na ARA, lemos: "um dos seus descendentes".

Semântica

Muitas palavras mudam de significado no decorrer do tempo, e é a semântica que se ocupa com o estudo dessas mudanças. Devido a essa realidade, é necessário que periodicamente a Bíblia seja revisada e atualizada. Se isso não for feito, os leitores correm o risco de ler uma coisa e entenderem outra. Observe dois exemplos que estavam em edições bem antigas da tradução bíblica de João Ferreira de Almeida:

- "e a árvore da vida no meio da horta" (Gn 2:9). Na época em que Almeida traduziu a Bíblia, "horta" significava jardim. Hoje podemos aceitar "horto", mas nunca "horta". Atualmente, "horta" é o terreno onde se cultivam legumes e hortaliças.
- "em casa de uma mulher solteira, cujo nome era Raabe" (Js 2:1). Antigamente a palavra "solteira" significava prostituta, mas mudou de significado e hoje é empregada para uma mulher que ainda não se casou.

O mesmo aconteceu com a palavra "bárbaro", que, nos dias de Paulo (1Co 14:11), significava "estrangeiro". Séculos depois, indicava alguém que era "cruel", e, atualmente, os jovens entendem como algo "sensacional", "fantástico".

Podemos citar ainda a palavra "batismo", que, para os antigos gregos, significava simplesmente "mergulho", "imersão", mas que, há muito, tornouse uma palavra quase que exclusivamente religiosa, indicando um rito.

Cacofonia

Cacofonia é uma sequência de palavras que produz um som desagradável ou mesmo chulo. Isso pode ser percebido quando se lê, mas muito mais quando se ouve. Note o que está em itálico nos exemplos que seguem: ela tinha, a boca dela, fé demais, nosso hino, a vez passada, desde então, vendo então, vou-me já, minhas ideias como as concebo, meu poema como o compus. Aquele que traduz a Palavra de Deus deve estar atento para que sua linguagem também seja nobre. Em 1946, uma equipe formada por cerca de trinta especialistas iniciou a obra de revisar e atualizar a Bíblia de Almeida e, depois de treze anos de árduo trabalho, em 1959, foi lançada a edição revista e atualizada que, entre outras correções, retirou mais de dois mil cacófatos que havia na edição anterior, a revista e corrigida. Citamos alguns deles: "cujo topo tocava nos céus" (Gn 28:12); "ficai aqui até que nos tornemos a vós!" (Êx 24:14); "volta tu também" (Rt 1:15); "manda-me já um dos moços" (2Rs 4:22); "e todo o Israel ali se achou" (Ed 8:25); "como caco coberto de escórias" (Pv 26:23); "embora a cidade esteja já dada" (Jr 32:25); e "vá cada um para sua terra" (Jr 51:9).

Línguas primitivas

Línguas primitivas, como é o caso daquelas faladas pelas tribos indígenas, possuem um número reduzido de palavras — geralmente menos de três mil (SCHOLZ, 2006, p. 70) — e apresentam enormes dificuldades quando se quer traduzir os conceitos cristãos. Note os exemplos que seguem (APOLINÁRIO, 1985, p. 251-252):

Na língua *uduk*, falada por um povo da Etiópia, não havia uma palavra para "preocupar-se", mas havia uma expressão que transmitia uma ideia semelhante e que foi usada na tradução em João 14:1. Ficou assim: "Não tenhais calafrios no fígado, credes em Deus, crede também em mim."

Para os *mistikos*, da Nicarágua e de Honduras, amor é, literalmente, dor no coração. Assim, João 3:16 foi traduzido: "Deus de tal maneira teve dor no coração que deu seu Filho unigênito."

Um missionário desejava traduzir Isaías 1:18; contudo, os nativos não conheciam neve, nem lã branca. Então, ele teve uma excelente ideia, quando viu os muitos coqueiros com seus frutos. A tradução ficou assim: "Ainda que

os vossos pecados sejam vermelhos como o sangue, eles se tornarão brancos como a polpa do coco."

Portanto, fica mais uma vez evidenciado que o importante numa tradução da Bíblia é preservar a ideia do texto e não as palavras empregadas.

Para que um povo indígena possa ler a Bíblia em sua própria língua, alguns passos devem ser dados pelos missionários que trabalham com eles. É necessário: 1) viver entre eles e aprender sua língua e costumes; 2) inventar uma escrita para aquela língua, o que inclui o preparo de dicionário e gramática; 3) traduzir a Bíblia; 4) ensiná-los a ler sua língua; e 5) dar-lhes a Bíblia. Na verdade, muitos dialetos indígenas só passaram a existir na forma escrita graças aos tradutores da Bíblia (AUZOU, 1967, p. 351). Observe, na sequência, o relato sobre a experiência de duas missionárias que se especializaram em traduzir a Bíblia para línguas primitivas.

Como linguistas experientes, Marilin Lazsio e Judy Rehberg assumiram a missão de traduzir o NT para povo Sepik Iwan, que reside no coração de Papua Nova Guiné. Eles habitam numa ilha onde são falados cerca de 700 línguas e dialetos, muitos dos quais não escritos.

Elas começaram tentando conhecer as palavras da língua falada no local. Apontavam para os objetos e os nativos diziam os nomes na língua deles. Desse modo, descobriram que a palavra para lápis é ninid, que significa espinho; papel é yokwo, ou folha de bananeira; e escrever é wini, cujo significado é gravar. Mas isso não foi tão fácil como pode parecer. Por exemplo, para conseguir a palavra para árvore, apontaram para uma árvore e eles disseram ana. Assim, as tradutoras registraram ana como significando árvore, no dicionário que estavam preparando. Todavia, estavam enganadas, porque ana significava dedo — o dedo que apontaram. Tentaram conseguir alguns verbos, procurando representar as ações. Sentaram, para significar sentar-se; ficaram de pé para indicar levantar; correram para indicar correr. Certo dia, enquanto conversava com Nokiyan, um dos velhinhos da vila, uma delas começou a pular, para conseguir a palavra equivalente a "pular". Ele a fitou e disse: Korawhowaenanae. Essa foi mais uma palavra para o dicionário delas. Contudo, seis meses mais tarde, descobriram que essa palavra não significava "pular", mas uma pergunta. O que ele havia dito era: "Por que você está agindo como um bobo?"

Já fazia seis meses que estavam naquela vila, mas seus habitantes ainda não compreendiam o que elas estavam fazendo. Um dia, Nokiyan disse:

"Marilyn, todos os dias vejo você andando pela vila. Que é que você anda gravando com aquele espinho na folha de bananeira?" Ela respondeu: "Estou gravando a fala de vocês." Ele ficou muito admirado, pois pensava que só a fala dos brancos podia ser gravada na folha de bananeira. Passando a mão sobre aquela folha, exclamou: "Minha fala! Isto é a minha fala!" Eles também achavam que o aprendizado delas estava muito lento e, por isso, traziam muitos alimentos, imaginando que, se elas os comessem, logo falariam como eles.

Nokiyan vinha todos os dias à casa delas e as ensinava por três ou quatro horas. Em pagamento, elas forneciam sal, anzóis e biscoitos para ele, que foi um dos primeiros moradores mais idosos daquela vila a aceitar Jesus na sua "garganta", pois, para eles, a garganta, e não o coração, é o centro das emoções. Muitas vezes elas haviam procurado apresentar-lhe Jesus em sua língua. Um dia falaram-lhe: "Nokivan, queremos que Jesus entre em sua garganta." Ele ficou muito emocionado e, com simplicidade de fé, convidou a Jesus para "entrar" em sua "garganta".

Depois de preparar o alfabeto, a gramática e o dicionário, elas se puseram a ensinar aquele povo a ler e escrever sua própria língua. Em cerca de seis meses, vinte homens, pela primeira vez na história daquela tribo, estavam lendo e escrevendo. Catorze deles haviam se convertido e ajudavam na tradução do NT. Mas elas queriam alcançar com o evangelho as pessoas mais idosas da vila — os curandeiros, os chefes, os homens mais poderosos dali. Naquela vila havia cerca de 50 curandeiros — os médicos do lugar, muito ocupados porque há sempre alguém doente ou morrendo. Lá, a expectativa de vida era de 35 anos, e a mortalidade infantil, de 90%.

Embora os curandeiros inicialmente não se interessassem pelo evangelho, alguns deles foram persuadidos a ajudar na tradução durante uma hora, toda noite. Assim, a cada noite, elas liam para eles a porção da Palavra de Deus que haviam traduzido durante o dia e, depois de ouvir, os curandeiros sinalizavam se compreendiam ou não, e se os tradutores haviam usado corretamente os verbos e as expressões. Naquele lugar, a palavra correspondente a médico é *inkan hiiswoki*, que significa "homem que cospe". Se alguém estivesse com malária, eles lhe cortavam a testa com um bambu afiado a fim de que o sangue mau saísse. Em seguida, mastigavam bem uma determinada planta e cuspiam o suco no corte. Quando alguém era

acometido de pneumonia, eles faziam cortes no peito e nas costelas e cuspiam neles. Assim, o cuspe era o remédio para todas as doenças.

Acontece que certo dia, depois de terem traduzido o nono capítulo do evangelho de João, leram-no à noite para os curandeiros. O verso 6, falando de Jesus, dizia: "Dito isso, cuspiu na terra e, tendo feito lodo com a saliva, aplicou-o aos olhos do cego." E o texto continua contando como o cego recobrou a vista. Ora, naquela ilha havia cegos, mas nunca seus curandeiros curaram um cego. Por isso, ao escutarem esse relato, eles ergueram-se de suas cadeiras e exclamaram: "Oh, Jesus devia ser o mais poderoso cuspidor do mundo!" Assim, naquela noite, eles se identificaram com Jesus e logo espalharam a história na vila, dizendo: "Jesus cospe! Ele cura os cegos!" A partir da ocasião, aqueles curandeiros começaram a ir à igreja. Queriam saber mais a respeito de Jesus, o homem que cuspia. Com o passar do tempo, mais da metade dos habitantes daquele lugar converteu-se ao cristianismo. Como é impressionante o poder da Palavra de Deus quando apresentada na linguagem própria de um povo (LASZIO, 1988, p. 62-63; 758-76).

Uma boa tradução

Para que haja uma boa tradução da Bíblia, algumas condições precisam ser preenchidas: 1) a qualidade do texto em que se baseia; 2) a fidelidade a esse texto; 3) o bom conhecimento gramatical das duas línguas (a original e a que recebe a tradução); e 4) a capacidade de redigir com clareza e elegância (APOLINÁRIO, 1985, p. 227).

Traduções antigas

Targuns

Depois do cativeiro, quando o povo judeu não mais falava a língua hebraica, era necessário que os líderes espirituais, ao lerem as Escrituras hebraicas em público, fossem explicando-as em aramaico, a língua então utilizada. Com o decorrer do tempo, tais explicações foram sendo escritas e cada um desses documentos recebeu o nome de *targum* — palavra aramaica

que significa "tradução". Alguns deles consistiam em traduções literais do texto, enquanto que, além da tradução, outros continham histórias e comentários pertinentes (MILLER; HUBER, 2006, p. 62). Os *targumim* (plural hebraico de *targum*) surgiram no primeiro século a.C. (talvez até antes), e os últimos exemplares foram escritos por volta do quinto século d.C. Há *targumim* de todos os livros do AT, exceto, naturalmente, daquelas porções de Esdras, Neemias e de Daniel que haviam sido escritas originalmente em aramaico (BEALE, 2013, p. 154).

Septuaginta

Conforme predito na profecia bíblica (Dn 8), após a morte de Alexandre, o Grande, seu império foi dividido entre quatro de seus generais. Na ocasião, a Palestina e o Egito ficaram sob o domínio de Ptolomeu I, que foi sucedido por seu filho, Ptolomeu II. Este foi um bom governante e promotor do ensino. Sua capital Alexandria tornou-se o mais importante centro de ensino no mundo mediterrâneo e ficou famosa por sua grande biblioteca. A tradição afirma que durante o seu governo (284-247 a.C.), nessa cidade, o Pentateuco foi traduzido do hebraico para o grego por setenta anciãos judeus — sendo essa, possivelmente, a razão do nome Septuaginta ("setenta", em grego). Nos duzentos anos que se seguiram, foram traduzidos os demais livros da Bíblia hebraica (MILLER; HUBER, 2006, p. 48-49).

A Septuaginta consiste numa tradução do AT hebraico para o grego, que era a língua oficial do império dominante. Contém, também, os livros apócrifos, e é representada pelo número romano LXX (70). Já de início ela foi de grande valia para os judeus que viviam fora da Palestina — dispersos por todo o Império Romano, e que falavam o grego —, especialmente para os que moravam no Egito e haviam perdido o uso da língua hebraica. A LXX é a tradução mais antiga da Bíblia hebraica e foi utilizada pelos apóstolos e pelos cristãos dos primeiros séculos.

Em alguns trechos, ela não apresenta uma tradução literal, mas uma paráfrase, sendo, nesses casos uma interpretação e, ao mesmo tempo, o primeiro comentário do AT hebraico. Os escritores do NT frequentemente preferem citá-la ou fazer alusão a ela e não ao texto hebraico. Há três possíveis razões para esse procedimento: 1) a LXX era a única tradução do AT conhecida pelo público-alvo do escritor; 2) a LXX era a tradução mais

conhecida pelo próprio escritor; e 3) a interpretação do hebraico que a LXX apresenta transmite o ponto que o escritor quer focalizar (MILLER; HUBER, 2006, p. 48-49; 71; 145).2

Diatessaron

Por volta de 170 d.C., Taciano, um mestre cristão com tendência gnóstica, preparou a primeira harmonia dos evangelhos, combinando-os para formar uma ordem contínua, à qual deu o nome grego de *Diatessaron*, que significa "através dos quatro [evangelhos]". Além dos evangelhos, essa obra incluiu material transmitido oralmente. O próprio Taciano a traduziu para o siríaco e ela se tornou a versão preferida de muitas igrejas sírias, sendo utilizada até o início do quinto século (CHAMPLIN; BENTES, 1995; MILLER; HUBEL, 2006, p. 93).

Vulgata Latina

O responsável por esta tradução foi Sofrônio Eusébio Hierônimo, conhecido mais tarde como São Jerônimo. Quando tinha com 19 anos de idade, ele foi batizado e logo começou a dedicar-se integralmente ao estudo das Escrituras. Chegou a viver no deserto como um monge durante dois anos e, quando contemplou trinta anos foi ordenado ao sacerdócio, em Antioquia. Em 382 d.C. foi escolhido para ser o secretário particular do bispo romano, Dâmaso I (366-384 d.C.). Naqueles dias, havia várias traduções bíblicas em latim, todas de má qualidade, o que motivou o bispo a solicitar a Jerônimo que fizesse uma tradução latina padrão. A ideia inicial era apenas revisar as versões já existentes, mas isso ocorreu apenas com o NT, porque havia tantos erros nas versões do AT que Jerônimo preferiu fazer uma nova tradução baseada diretamente em manuscritos hebraicos.

Para tanto, ele se mudou para a Palestina, onde durante 20 anos tanto estudou hebraico com rabinos famosos, como pôde examinar diversos manuscritos. Empregando um latim elegante no seu conjunto, primou pela fidelidade, procurando dar mais o significado do que traduzir palavra por palavra. Começou seu trabalho em 382 d.C. e o concluiu em 404. Sua tradução era tão diferente das demais que, a princípio, encontrou enorme oposição. Apesar disso, muito posteriormente, veio a ser a Bíblia oficial da

Igreja Católica Romana, declarada como tal pelo Concílio de Trento, em 1546, e tornou-se a base de muitas traduções católicas. Ou seja, ao traduzirem a Bíblia para outras línguas, os tradutores católicos não consultavam os manuscritos nas línguas originais, mas vertiam direto da Vulgata Latina. O nome "Vulgata" ou seja, "divulgada" ou "difundida", indicava que esse era o texto difundido e aceito comumente por toda parte. Os livros apócrifos do AT acabaram sendo incluídos nela, apesar da discordância de Jerônimo. Essa foi a Bíblia usada na Idade Média (APOLINÁRIO, 1985, p. 335-338; AUZOU, 1967, p. 264-266; MILLER; HUBER, 2006, p. 106).3

Traduções modernas

Inglês

John Wycliffe, preeminente teólogo de Oxford, e seus seguidores foram responsáveis pela primeira tradução da Bíblia para o inglês. Era uma tradução literal da Vulgata Latina para um dos três principais dialetos usados na Inglaterra — o que muito contribuiu para unificar a língua inglesa. O inglês utilizado é bastante diferente do atual. A primeira edição consistia em exemplares pequenos, que podiam ser levados no bolso, e foi completada por volta de 1382 (MILLER; HUBER, 2006, p. 154-155). Muito tempo depois, em 1611, surgiu a King James Version, preparada por 47 eruditos, por ordem do rei James I (APOLINÁRIO, 1985, p. 344-348). Hoje, a língua inglesa é a que possui a maior variedade de traduções da Bíblia. São centenas.

Alemão

Havia 19 traduções da Bíblia em dialetos alemães antes de Martinho Lutero entrar em cena na história. Todavia, a tradução alemã preparada por ele foi a mais importante. Baseando-se na nova edição grega do NT, que fora divulgada em 1516 por Erasmo, Lutero publicou um NT em alemão, em 1522, o qual obteve de imediato grande aceitação. Por isso, naqueles dias era comum dizer: "Erasmo botou o ovo e Lutero o chocou." Dez anos depois,

surgiu a primeira edição do AT. A Bíblia de Lutero, por sua clareza e fluência, contribuiu grandemente para tornar a Escritura conhecida em todo o país, impulsionou a obra da Reforma e tornou-se a base para diversas traduções protestantes em outros países. Além disso, ela prestou uma contribuição importante à nação alemã. Uma vez que naqueles tempos não havia uma língua oficial na Alemanha, mas apenas vários dialetos, ao escolher um deles para receber a tradução, Lutero acabou criando a língua nacional alemã (APOLINÁRIO, 1985, p. 343-344; MILLER; HUBER, 2006, p. 159; AUZOU, 1967, p. 309).

Espanhol

Em 1543, Francisco de Enzinas publicou uma tradução castelhana do NT, baseada no texto grego de Erasmo. Em 1556, João Pérez divulgou sua versão do NT e, pouco depois, a dos Salmos. Mas o responsável pela tradução da Bíblia completa em espanhol foi Casiodoro de Reina. Esta foi publicada em 1569. Posteriormente, foi revisada por Cipriano de Valera e impressa em 1602, ficando conhecida como a versão "Reina-Valera" — a mais utilizada pelos protestantes de língua espanhola (GONZÁLEZ, 1983, p. 211-213). Depois de ter sido revisada várias vezes, mais recentemente foi atualizada a partir da revisão de 1909, recebendo um estilo mais simples, natural, inteligível e atrativo, e é conhecida como "Nueva Reina-Valera 2000".

Português

As primeiras porções da Bíblia em português surgiram por volta de 1280 (CHAMPLIN; BENTES, 1995). A história mostra que alguns reis de Portugal e seus familiares se empenharam para que pelo menos alguns livros bíblicos fossem traduzidos e divulgados. Este foi o caso de D. Dinis (1279-1325); D. João I (1385-1433) (CHAMPLIN; BENTES, 1995); D. Filipa, filha de D. Pedro (CONFORT, 1998, p. 397-399); e D. Leonor, esposa de D. João II (1495 e 1505) (MEIN, 1976, p. 69). Quer eles próprios traduzissem, quer ordenassem que outros o fizessem, quase todas essas traduções se basearam na Vulgata Latina e eram livros do NT (CONFORT, 1998, p. 397-399). Na sequência, são apresentadas as principais traduções completas da Bíblia na língua portuguesa.

Versão Almeida

João Ferreira de Almeida nasceu em Portugal, em 1628. Quando contava com 12 anos de idade, a família mudou-se para o sudoeste da Ásia. Com 14 anos, leu um folheto em espanhol sobre as diferenças da cristandade e converteu-se do catolicismo à fé evangélica. Um ano depois já era pregador. Com 16 anos, começou a tradução do NT do espanhol para o português e a concluiu no ano seguinte. Essa obra não foi publicada, mas algumas cópias manuscritas foram enviadas para as congregações de Málaca (Malásia), Batávia (Indonésia) e Ceilão (Sri Lanka).

Almeida estudou teologia e tornou-se pastor. Com vinte anos de idade, recomeçou a tradução. Agora conhecia o grego e o hebraico e, portanto, se valeu dos manuscritos dessas línguas, baseando-se no Textus Receptus, do grupo bizantino, mas também foi influenciado pela edição de Beza, que pertence aos manuscritos ocidentais. Além disso, consultou diversas outras traduções europeias. Em 1681, foi publicado o NT completo, sob o patrocínio da Companhia Holandesa das Índias Orientais, mas essa tradução continha muitos erros, diversos deles originados pela comissão revisora, que procurara uma harmonia com a versão holandesa então existente. O próprio Almeida encontrou cerca de dois mil erros.

Logo após a publicação desse NT, Almeida começou a traduzir o AT, mas não conseguiu concluir, falecendo em 1691. O último verso que ele traduziu foi Ezequiel 41:21. Anos depois, em 1694, um pastor holandês, Jacobus Op Den Akker completou o trabalho, mas apenas em 1751 foi publicada a Bíblia completa, em dois volumes, na Batávia. A Bíblia em um único volume surgiu em 1819. Em seu trabalho, Almeida optou pelo que hoje é conhecido como "equivalência formal" — um procedimento de tradução que busca reproduzir os aspectos formais do texto original, no tocante ao vocabulário, à estrutura e aos demais aspectos gramaticais e estilísticos. Ao longo do tempo, a tradução de Almeida já passou por muitas revisões e atualizações, feitas por grupos de eruditos e especialistas e, todavia, as Bíblias protestantes ainda conservam o nome de João Ferreira de Almeida como uma homenagem à importante obra de tradução que ele realizou (MEIN, 1976, p. 70-76; CHAMPLIN; BENTES, 1995; BÍBLIA, 2003, p. 16-20; COMFORT, 1998, p. 400-401; GIRALDI, 2008, p. 24-26).

Edição Revista e Corrigida: Próximo ao final do século 19, surgiu o anseio de abrasileirar, pelo menos um pouco, o português lusitano da Bíblia de Almeida, atualizando a grafia e algumas expressões arcaicas. Feito esse trabalho pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, foi lançada em 1898 a Edição Revista e Corrigida. Essa tradução conservou o estilo e muito do vocabulário empregados originalmente por Almeida e foi revisada de modo mais significativo em duas ocasiões, 1969 e 1995. Nesta última, foram substituídos termos que não eram mais utilizados e corrigidas e eliminadas inconsistências editoriais (BÍBLIA, 2003, p. 20-26).

Edição Revista e Atualizada: Considerando o rápido avanço da cultura nos campos da geografia, arqueologia, história e linguística — incluindo a descoberta de manuscritos bíblicos melhores do que aqueles que estiveram à disposição de Almeida; considerando ainda as modificações pelas quais passava a língua portuguesa, surgiu a necessidade de uma nova tradução, mais condizente com a realidade dos cristãos brasileiros que viviam em meados do século 20. Por isso, em 1943, as Sociedades Bíblicas Unidas (ainda não existia a Sociedade Bíblica do Brasil) criaram uma Comissão Revisora, composta por cerca de trinta especialistas provenientes das várias confissões evangélicas que atuavam no país, a qual trabalhou intensamente durante treze anos (1946-1959), após os quais ofereceu ao povo brasileiro a Edição Revista e Atualizada, cujo linguajar evita tanto o demasiado vulgar quanto o demasiado acadêmico (APRESENTAÇÃO, 1999; BÍBLIA, 2003, p. 24). Nos anos seguintes, esta edição foi periodicamente revisada até que, em 1992, surgiu o que se convencionou chamar de 2ª edição, em decorrência de uma mais profunda revisão — que incluiu um acurado aperfeiçoamento de pontuação e de concordância e até uma nova tradução em uns pouquíssimos casos. A Almeida Revista e Atualizada é a tradução preferida dos evangélicos no Brasil (PREFÁCIO, 1999; GIRALDI, 2008, p. 101).

Mesmo agora, enquanto são escritas estas linhas, a Comissão Permanente de Revisão e Consulta da Sociedade Bíblica do Brasil está preparando a terceira edição. Esta adotará o princípio de tradução formal, ou seja, acompanhará a estrutura do texto original, e o critério principal a ser seguido é este: "ser português escrito no Brasil de hoje, com fluência e facilidade de compreensão, e em nível culto". Algumas de suas características são: tradução um pouco mais dinâmica e simplificada, sem deixar de ser formal; o emprego de períodos mais curtos; explicitar o que esteja

subentendido; substituir termos difíceis, como, por exemplo, "foram infiéis" em lugar de "prevaricaram" — apesar disso, termos consagrados que expressem conceitos teológicos permanecerão, tais como: "ira", "expiação", "propiciação" e "justificação"; um amplo uso de sinônimos; e que o texto ao ser lido soe bem. Assim, há muito cuidado não apenas com a escrita, mas também com a sonoridade (SCHOLZ, 2015).

Edição Revisada de Almeida: Publicada em 1967 pela Imprensa Bíblica Brasileira, uma instituição de orientação batista, baseou-se nos melhores manuscritos gregos e hebraicos e possui linguagem e estilo agradáveis (CONFORT, 1998, p. 405).

Edição Contemporânea de Almeida: Consiste em uma revisão preparada a partir da Edição Revista e Corrigida de Almeida, onde o texto ao mesmo tempo que preserva o belo estilo da obra que lhe serviu de base, encontra-se livre de arcaísmos e ambiguidades. Sua primeira edição é de 1990 (PREFÁCIO, 1996). Esta foi a edição adotada pela conhecida Bíblia Thompson — uma das muitas que, além do texto bíblico, trazem anotações, gráficos, mapas e referências, que são de real benefício para o leitor.

Versão Figueiredo

Seu autor é o padre Antônio Pereira de Figueiredo, natural de Portugal. Ele levou dezoito anos para prepará-la e baseou-se na Vulgata Latina. Por ser mais culto que Almeida, a linguagem que empregou era superior à daquele (CHAMPLIN; BENTES, 1995). A primeira edição do NT ficou pronta em 1778, e, em 1790, o mesmo ano em que concluiu a tradução do AT, foi publicada a Bíblia inteira, em 23 volumes. Ela foi a primeira tradução católica de toda a Bíblia para a língua portuguesa e, também, a primeira Bíblia completa impressa no Brasil, o que ocorreu em 1864. Ela foi bem recebida tanto por católicos quanto por protestantes e por leitores portugueses e brasileiros (MEIN, 1976, p. 82; CONFORT, 1998, p. 401-402; MANUAL, 2008, p. 77; GIRALDI, 2008, p. 26-27).

Tradução Brasileira

Para atender à solicitação dos principais líderes evangélicos brasileiros, surgiu a Tradução Brasileira. Seu preparo esteve à cargo de uma comissão formada por brasileiros e estrangeiros que representavam as principais denominações evangélicas, sob o patrocínio das Sociedades Bíblicas, que

desejavam divulgar a Bíblia em nosso país. Ela foi publicada em 1917 e é considerada a primeira Bíblia completa traduzida inteiramente no Brasil. Baseou-se em melhores manuscritos do que aqueles empregados por Almeida (MEIN, 1976, p. 87-88). Entre os colaboradores encontravam-se alguns famosos brasileiros como Rui Barbosa e Érico Veríssimo. É uma tradução bastante literal, que emprega um linguajar notadamente brasileiro e erudito e, em sua diagramação, apresenta os versículos agrupados em parágrafos, o que facilita a percepção das unidades de pensamento. Até a década de 1950, quando deixou de ser reeditada, a Tradução Brasileira era amplamente usada por muitas igrejas cristãs. Depois, seu texto foi levado em conta no preparo da Almeida Revista e Atualizada. Mais recentemente, em 2011, ela ressurgiu em uma nova versão com a devida atualização gramatical e ortográfica, bem como os ajustes na grafia dos nomes próprios (GIRALDI, 2008, p. 50-52; MORAIS, 2003, p. 22).

Versão Matos Soares

Realizada pelo padre Matos Soares, esta versão tem o seu texto vertido a partir da Vulgata Latina, o qual é acompanhado por notas explicativas. Tendo sido editada originalmente em Portugal, em 1930, foi várias vezes reimpressa no Brasil — até a década de 1990 — e, por várias décadas, foi a Bíblia mais popular entre os católicos (CONFORT, 1998, p. 404; CHAMPLIN; BENTES, 1995; MANUAL, 2008, p. 77; GIRALDI, 2008, p. 57).

A Bíblia de Jerusalém

Em 1956, a Escola Bíblica de Jerusalém, dirigida pelos padres dominicanos, publicou a primeira edição francesa desta obra que tem sido reeditada e traduzida para várias línguas. Essa primeira edição contou com a participação de 33 eruditos, que traduziram diretamente das línguas bíblicas originais para o francês. Suas introduções, notas e referências apresentavam o que de melhor havia no campo das pesquisas bíblicas. Todavia, conquanto essa diversidade de colaboradores garantisse traduções acuradas em temas que cada qual conhecia com profundidade, resultou, por outo lado, em um texto não homogêneo, pois cada um escrevia no seu estilo. Desse modo, quando em 1973 houve uma nova edição francesa, esta trazia uma harmonização do texto bem como o aperfeiçoamento das notas explicativas.

Foi a partir dessa nova edição francesa que surgiu a edição brasileira, completa, em 1981. Dezesseis tradutores e outro tanto de revisores, católicos e protestantes, foram responsáveis pela tradução dos livros bíblicos (incluindo os apócrifos — ou deuterocanônicos, como os chamam os católicos) a partir dos textos das línguas originais, mas sempre seguindo as preferências da Bíblia de Jerusalém em língua francesa, quando havia possibilidade de outras opções textuais.

A edição em português contém introduções às diversas seções e livros da Bíblia, e estes, além das divisões em capítulos e versículos, estão divididos em parágrafos com seus subtítulos. Suas notas consistem em comentários teológicos condensados sobre temas ou problemas específicos. Há, também, referências marginais, tabelas cronológicas, informações sobre calendário, lista das medidas e das moedas e mapas. Com base na edição francesa, ampliada, de 1998, foi lançada, em 2002, uma versão revista e ampliada em português (GIRALDI, 2008, p. 135-136; APRESENTAÇÃO, 1981, p. 7; OBSERVAÇÕES, 1981, p. 16). Nesta, certos livros foram substancialmente remodelados, enquanto que algumas porções receberam uma tradução inteiramente nova. O volume de notas aumentou consideravelmente, pois elas foram modificadas, ampliadas ou substituídas e incorporam novas pesquisas e estudos pertinentes. Vários livros e conjuntos literários também receberam novas introduções. No início deste novo milênio, ela foi a Bíblia católica mais vendida no Brasil. A Bíblia de Jerusalém tem sido considerada por um grande número de linguistas e teólogos como uma das melhores Bíblias de estudo — o que é verdade também para a edição em português.

Bíblia na Linguagem de Hoje

Desde sua fundação, em 1948, a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) só havia trabalhado em revisões da Bíblia. Por ocasião de seu 40° aniversário, em 1988, surgiu a primeira tradução da Bíblia completa feita totalmente por iniciativa da SBB: A Bíblia na Linguagem de Hoje, traduzida a partir das línguas originais. O objetivo foi produzir uma tradução adequada ao nível educacional médio da população, visando a sua evangelização. Desse modo, ela empregou apenas a metade dos mais de oito mil vocábulos diferentes que aparecem na tradução de Almeida. Seus tradutores seguiram o princípio de tradução conhecido como "equivalência funcional", que tem a intenção de produzir no leitor e ouvinte de hoje o mesmo impacto e efeito que o original

produzia nos leitores e ouvintes de então. Nela, o sentido do texto é dado em palavras e formas do português falado hoje no Brasil. Assim, uma de suas características é o uso de metáforas conhecidas pelo leitor em substituição às bíblicas que não são claras. Por exemplo: em Provérbios 21:9, a expressão "canto do eirado" foi substituída por "fundo do quintal". Também nos casos em que não há equivalente satisfatório, a metáfora é simplesmente eliminada do texto. Isso foi o que ocorreu em Provérbios 5:15, onde "beber a água da própria cisterna" foi traduzido por "seja fiel à sua mulher". Algumas informações pontuais como as horas do dia, e as medidas de peso, capacidade, distância e área são dados em seus equivalentes empregados em nosso país. Em suma, sua linguagem é simples, clara, natural e sem ambiguidades. Além disso, ao longo do texto, há breves notas marginais que abarcam informações textuais, culturais ou históricas, de significação de palavras, traduções alternativas e notas remissivas e, ao final, uma tabela cronológica, um índice de assuntos e vários mapas (PREFACIO, 1988, p. vvii; PREFÁCIO, 2000, v-vi; BÍBLIA, 2003, p. 28).

Embora tenha contribuído para que o povo em geral pudesse entender melhor a mensagem de Deus, a tradução de várias passagens deixou a desejar. Assim, depois de ouvir as críticas e sugestões de eruditos, pastores e igrejas — e por causa da própria evolução da língua portuguesa —, a SBB preparou uma revisão que, devido a sua profundidade e abrangência, pode ser considerada como uma nova tradução, que começou a ser distribuída no final do ano 2000 e é chamada de Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Ela destina-se aos novos leitores e, por isso, é muito usada pelas igrejas evangélicas em campanhas de evangelização (GIRALDI, 2001, p. 11; SCHOLZ, 2006, p. 170-171).

A Boa-Nova - Tradução em Português Corrente

Uma obra interconfessional preparada de acordo com as mais modernas e eficientes regras de tradução, sob o patrocínio da Sociedade Bíblica de Portugal e com a orientação das Sociedades Bíblicas Unidas. Biblistas portugueses protestantes e católicos, na sua quase totalidade professores universitários de reconhecido mérito, colaboraram ao longo de vinte anos. A linguagem adotada é a utilizada pela maioria dos portugueses. Foi lançada em 1993 (MANUAL, 2008, p. 77).

Tradução Ecumênica da Bíblia

Consiste em uma tradução brasileira baseada na famosa *Traduction Oecuménique de la Bible*, edição de 1989, mas feita a partir do texto nas línguas originais. Na verdade, é a única tradução que segue o texto massorético na íntegra. É considerada o modelo das traduções ecumênicas por causa da composição interconfessional de seus colaboradores — católicos, protestantes e judeus. É uma Bíblia de estudo com introduções, notas e muitas referências de textos paralelos. A publicação ocorreu em 1994 e a reedição em 2002 (MANUAL, 2008, p. 77; KONINGS, 1995).

Nova Versão Internacional

Publicada em 2001 pela Editora Vida, surgiu em decorrência da necessidade de uma nova tradução das Escrituras em português devido à dinâmica de transformação constante da linguagem (vocabulário e sintaxe) e o aperfeiçoamento científico (nos campos da arqueologia bíblica, do estudo das línguas originais e cognatas, da crítica textual e da ciência linguística).

A comissão responsável por seu preparo foi composta por quase vinte estudiosos de diferentes especialidades teológicas e linguísticas, brasileiros e representando diversos estrangeiros, segmentos denominacionais evangélicos. Embora tenha uma filosofia de tradução semelhante à New International Version, não é uma mera tradução desta, diferindo dela em muitos casos ao preferir outras opções exegéticas. Tendo como propósito oferecer um texto novo que se defina pela precisão, beleza de estilo, clareza e dignidade, evita os extremos do popular e do erudito e é apresentada na forma de parágrafos, onde os estilos narrativo, poético e epistolar apresentam diagramação distinta. Também, as medidas de peso e capacidade foram adequadas aos sistemas usados pelo leitor. Além disso, apresenta frequentes notas de rodapé que enriquecem a compreensão do leitor com explicações e traduções alternativas (PREFÁCIO, 2000, p. vii-x). Alguns a consideram como a mais fiel das traduções para a língua portuguesa (CONFORT, 1998, p. 407).

Bíblia Sagrada - Tradução da CNBB

Surgiu em 2002, por iniciativa da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e foi produzida por um consórcio de sete editoras católicas

brasileiras. Em seu preparo, os textos das línguas bíblicas foram comparados com a Nova Vulgata. Ela se destina tanto ao uso pessoal quanto comunitário, à catequese, à citação em documentos católicos e à preparação de edições litúrgicas (MANUAL, 2008, p. 77).

Cabe ainda ressaltar que, no cenário da publicação da Bíblia, o Brasil tem um papel de destaque, inclusive porque dos cerca de 250 milhões de pessoas que falam a língua portuguesa, 200 milhões são brasileiros. 4 É também significativo que, nos últimos anos, o Brasil seja o maior produtor de Bíblias do mundo. Em 2009, por exemplo, a população mundial foi abastecida com mais de 29 milhões de Bíblias completas, sendo que a SBB, sozinha, foi responsável pela distribuição de mais de seis milhões.

Portanto, há diversas traduções da Bíblia para a língua portuguesa: protestantes, católicas e ecumênicas — e isso em abundância e a preços populares. Estão à disposição de todo aquele que quiser aprender os caminhos de Deus ou participar da obra de evangelização. Devemos ser gratos a Deus por essas facilidades e reconhecidos àqueles indivíduos e instituições que não têm medido esforços para traduzir, imprimir e divulgar a Palavra de Deus, a fim de que a Bíblia esteja ao alcance de todos. Sejam eles objeto de nossas orações e de nosso apoio. Amamos a Bíblia, quando lemos e divulgamos seus escritos.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são os problemas e limitações de uma tradução bíblica? Cite alguns exemplos específicos.
- 2. Quais são as principais traduções bíblicas antigas e modernas? Em suas próprias palavras, resuma a importância delas.
- 3. Quais critérios devem ser usados na escolha de uma tradução bíblica? Avalie as traduções que você conhece usando esses critérios e recomente uma versão em português.

¹ Ver *naham*: "ter pena, arrepender-se, lamentar, ser consolado, consolar".

² Essa fonte bibliográfica também traz duas das mais conhecidas lendas a respeito da origem da LXX: uma contida na Carta de Aristeias, e outra nos registros de Filo.

³ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1O3nWOT</u>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

⁴ Considere-se que milhões daqueles que falam a língua portuguesa fora do Brasil residem em países

africanos e asiáticos, não têm o português como primeiro idioma e usam, prioritariamente, ou as línguas autóctones ou as versões de dialetos locais. Disponível em: http://bit.ly/1TJuCjp>. Acesso em: 31 ago. 2011.

A DIVULGAÇÃO DA BÍBLIA

Ao longo dos séculos, muitos indivíduos e instituições se empenharam na propagação da Bíblia Sagrada. Aqui é ressaltado o papel relevante da imprensa, das sociedades bíblicas e dos gideões internacionais.

Imprensa

O mais antigo exemplar de um livro impresso foi feito na China, em 868, através da xilografia, que é uma técnica para reproduzir textos e imagens a partir de blocos compactos de madeira gravados em relevo. Mais tarde, em 1041, um ferreiro chinês chamado Pi-Cheng deu início à tipografia criando os primeiros tipos móveis, que eram de porcelana. Também na Coreia e no Japão foram feitos impressos com tipos.

Contudo, essa invenção não vingou, porque naqueles países usava-se uma escrita ideográfica, que por natureza possui muitos caracteres e é muito complicada, exigindo uma grande variedade de tipos, o que dificultava e encarecia, em muito, qualquer impressão. Então, no século 15, o alemão Johann Gutenberg, sem ter conhecimento do que outros já haviam conseguido na arte da impressão, inventou a primeira tipografia no mundo ocidental — formada basicamente pelo prelo, os tipos móveis e a tinta (MAGALHÃES, 1971). O sonho de Gutenberg era imprimir a Bíblia inteira, mas isso parecia impossível, porque uma Bíblia teria mais de mil páginas, e eles gastavam duas semanas para imprimir uma única página. Seus sócios e auxiliares não criam que tal empreendimento fosse possível, mas ele perseverou. No início, fez as letras de madeira; todavia, não aguentando muita pressão, elas logo se partiam. Então, passou oito anos preparando letras feitas de chumbo (APOLINÁRIO, 1985, p. 110).

Seus primeiros trabalhos foram impressos em 1444, e sua obra impressa mais importante foi a Bíblia. Para imprimi-la, teve a ajuda de uma equipe formada por cerca de 40 pessoas que, trabalhando por quase três anos, concluiu sua impressão por volta de 1456. Ela ficou conhecida como a "Bíblia das 42 linhas" (APOLINÁRIO, 1985, p. 110). Seu preço inicial era oito vezes menor que o de uma Bíblia escrita à mão. A edição teve a tiragem

de 41 exemplares e o primeiro livro foi vendido ao rei Carlos VII, da França. Outro foi vendido ao arcebispo de Paris. Conta-se que certo dia, quando os dois se encontraram e compararam suas Bíblias, perceberam que eram exatamente iguais, o que nunca ocorrera e, por isso, imaginaram que devia ser obra do diabo. Mandaram, então, prender o sócio de Gutemberg, que fora aquele que lhes vendera as Bíblias, o qual teve que se explicar a fim de ganhar a liberdade. O material utilizado para a impressão dessas Bíblias foi o pergaminho e, somente para os primeiros 30 exemplares, foram necessárias as peles de cinco mil cabras. Gutemberg chegou a imprimir 180 Bíblias (APOLINÁRIO, 1985, p. 111-112).

Da Alemanha, o invento se espalhou com rapidez pelo resto da Europa e, mais tarde, por toda a Terra, sendo responsável por uma das maiores revoluções da história e modificando a civilização (MAGALHÃES, 1971). Agora que os livros podiam ser impressos a um custo bem mais baixo e com maior rapidez e perfeição, aumentou, em muito, a divulgação das Escrituras.

Deve ser considerado que, antes de Lutero, houve outros reformadores, chamados hoje de pré-reformadores. John Wycliffe, John Huss, Jerônimo Savonarola e outros haviam se posicionado em favor das verdades bíblicas, todavia sua mensagem de reforma teve um êxito apenas moderado. Com Lutero foi diferente. Suas ideias rapidamente se espalharam, primeiro por toda a Alemanha e, logo depois, pela Europa. A razão era a de que, agora, Lutero tinha à sua disposição a nova tecnologia de impressão inventada por Gutenberg. Assim, ele publicou a Bíblia na língua do povo, de modo que as pessoas podiam conhecer por si mesmas a verdade das Escrituras e ver como muitos líderes religiosos a estavam distorcendo. Lutero também pôde divulgar sua mensagem por meio de livros e folhetos, de forma mais barata e rápida, e distribuí-la a milhares de pessoas (MILLER; HUBER, 2006, p. 160).

Sociedades bíblicas

Em 1784 nasceu uma menina chamada Mary Jones, filha única de um casal de tecelões no País de Gales. Não era costume as crianças daquele lugar frequentarem as reuniões de culto, que geralmente ocorriam à noite. No entanto, como o pai de Mary sofria de asma e não queria se arriscar saindo ao relento da noite, desde bem pequena ela servia de companhia à sua mãe,

quando ela ia à igreja. Mary apreciava muito os hinos e os textos bíblicos proferidos no culto e, ao voltar para casa, costumava contar ao pai o que havia aprendido. Embora criança, sentia um grande amor pela Palavra de Deus. Seu maior sonho era ter sua própria Bíblia e poder lê-la; contudo, além de não saber ler e não haver escolas na região, as Bíblias eram muito raras e muito caras.

Naqueles dias, o pastor Thomas Charles fundava escolas no interior do país por acreditar no valor da educação. Uma delas foi aberta a apenas três quilômetros da casa de Mary. Depois de frequentá-la e aprender a ler, passou a visitar, aos sábados à tarde, a casa de uma amiga da família, onde tinha a permissão de tomar uma Bíblia em suas mãos e ler a mensagem de Deus. Mas ela queria ter sua própria Bíblia e, com apenas dez anos de idade, tomou a decisão de orar, trabalhar e economizar para alcançar esse objetivo.

Além de frequentar a escola, ajudar nas tarefas de casa e cuidar de seu pai enfermo, arrumava tempo para realizar pequenos serviços às vizinhas, como cuidar das crianças para uma e cortar lenha para outra. Todo o dinheiro recebido como pagamento era depositado em um pequeno cofre de madeira que seu pai havia feito. Também guardava o que era ganho com a venda dos ovos de suas galinhas e de verduras produzidas em sua horta. Quando se tornou adolescente, aprendeu a costurar, e as costuras que fazia para outros a ajudaram a conseguir mais algum dinheiro.

Finalmente, depois de trabalhar e orar por seis anos, conseguiu completar a quantia de 7 xelins e meio, que era o preço de um exemplar da Bíblia. Mas onde encontrar alguém que vendesse uma Bíblia? Ela foi informada de que talvez conseguisse uma com o pastor Thomas Charles, aquele que fundava escolas. Ele morava em Bala, a 40 quilômetros dali, e o único modo de ir até lá era caminhando.

Depois de obter o consentimento de seus pais, Mary partiu numa certa madrugada, rumo a Bala. Viajando por campos, florestas e montanhas, por trilhos e atalhos, alcançou a cidade ao anoitecer, onde se hospedou na casa de um pastor, amigo do pastor de sua região. Ainda escuro, foi levada no dia seguinte à residência de Thomas Charles. Inicialmente, olhando para as roupas humildes e as calejadas mãos da menina, ele pensou que ela queria algum emprego ou alguma ajuda financeira. Disseram-lhe, então, que ela viera de longe para comprar uma Bíblia. O pastor Thomas quis saber como

ela conseguira tanto dinheiro e se conhecia algo da Bíblia. Mary contou sua história e recitou capítulos inteiros das Escrituras.

Depois de um longo silêncio, o pastor Thomas disse que não havia nenhuma Bíblia sobrando e que não havia esperança de conseguir mais, porque a editora que até então imprimira Bíblias não mais as produziria para o país de Gales. O pastor Thomas possuía apenas os últimos dois ou três exemplares que haviam sido encomendados e estavam reservados para outras pessoas. Quando ouviu isso, Mary começou a chorar convulsivamente. Uma grande tristeza invadiu seu coração. Teria de voltar sem uma Bíblia? Todos os seus esforços teriam sido em vão? Ao presenciar aquela cena, o pastor Thomas lhe disse: "Minha filha, não posso mandar você para casa sem uma Bíblia. Que outro fique sem." Entregou-lhe, então, uma Bíblia e a abençoou.

Com seu tesouro nas mãos, Mary retornou logo para casa. Como pareciam curtos os 40 quilômetros do trajeto! Já anoitecia quando se encontrou com seus pais. Contou para eles tudo o que ocorrera e, pela primeira vez, antes de dormirem leu sua Bíblia. A passagem escolhida foi o salmo 150. Para ela, todas as lutas e sacrifícios eram coisa do passado. Seu sonho estava realizado. Mas Deus haveria de usar sua história para beneficiar milhões de pessoas ao redor do mundo. O pastor Thomas Charles ficara muito impressionado e comovido com sua experiência, seu amor pela verdade e sua luta para adquirir uma Bíblia. Vira nisto um indicativo da fome que havia da Palavra de Deus e da necessidade de produzir Bíblias em quantidade e a preço acessível. Assim, indo a Londres para assistir a uma reunião de líderes religiosos onde cerca de trezentos leigos protestantes discutiam sobre a distribuição da Bíblia em seu trabalho, contou a história de Mary Jones e fez um vibrante apelo para que fosse fundada uma sociedade que imprimisse Bíblias para todo o mundo. Como resultado, foi fundada a primeira sociedade bíblica da história, a qual recebeu o nome de Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Era o dia 7 de março de 1804. Seu único propósito era imprimir cópias da Bíblia "sem notas ou comentários" (para não favorecer nenhuma denominação em especial) e distribuí-las sem fins lucrativos por todo o mundo (CARTER, 1976).1 Desde aqueles dias, essa entidade tem publicado milhões de Bíblias para centenas de línguas e dialetos e, com o passar do tempo, foram surgindo muitas outras sociedades bíblicas ao redor do mundo.

Em 1942, as sociedades bíblicas se uniram e formaram as Sociedades Bíblicas Unidas (SBU), que têm sua sede na Inglaterra. Ela coordena os esforços das sociedades bíblicas e administra as finanças dedicadas à obra bíblica ao redor do mundo. É formada por 146 sociedades que trabalham para traduzir, imprimir e distribuir a Bíblia em mais de 200 países e territórios pelo mundo todo.2 Em 10 de junho de 1948, foi fundada a Sociedade Bíblica do Brasil, que, em 2006, chegou a ser campeã mundial de todos os tempos em distribuição de Bíblias.3 Em 2013, ela imprimiu e distribui 7,9 milhões de Bíblias completas, além de exemplares do NT e porções bíblicas.4

Há no mundo cerca de 6.500 línguas e dialetos, e a Bíblia já foi traduzida, no todo ou em parte, para 2.551. Destes, 491 podem dispor da Bíblia completa, 1.257 têm apenas o NT e o restante (803) possui unicamente um ou alguns livros traduzidos.5 As línguas e dialetos que ainda não receberam uma tradução da Bíblia são faladas por um número relativamente pequeno de pessoas, algumas das quais falam também outros idiomas que já possuem uma tradução. Calcula-se que apenas 5% da população mundial fala somente idiomas minoritários e não tem nenhum acesso às Escrituras.6 Para que eles também sejam alcançados com a Palavra de Deus, constantemente estão em andamento projetos de tradução ao redor o mundo, sendo que todos eles têm o patrocínio ou a participação das sociedades bíblicas. Desse modo, a cada ano surgem dezenas de novas traduções para línguas e dialetos que não possuíam qualquer parte das Escrituras.

Como é possível uma Bíblia custar tão pouco? Se você verificar, perceberá que qualquer outro livro, de qualquer editora, que tiver o mesmo número de páginas e o mesmo tipo de papel e de encadernação de uma Bíblia produzida pela SBB, custa várias vezes o preço dessa Bíblia. O segredo está no fato de que as sociedades bíblicas não têm fins lucrativos e recebem ajuda financeira de indivíduos, instituições e igrejas. Em nosso país há o Dia da Bíblia, que é sempre o segundo domingo de dezembro, quando as igrejas evangélicas promovem o estudo das Escrituras e angariam uma oferta que é encaminhada à Sociedade Bíblica do Brasil. A Igreja Adventista do Sétimo Dia faz o mesmo no sábado seguinte. É graças a esses generosos donativos e à grande tiragem de cada impressão que o preço de uma Bíblia é tão baixo.

Ainda é significativo destacar que as primeiras sociedades bíblicas — a britânica e estrangeira e a americana — desde o início usavam colportores

para distribuir Bíblias. Por volta de 1880, os colportores passaram a distribuir Bíblias também na América Latina. Na década seguinte, a França começou a usar esses missionários, e logo foram enviados a todas as partes da Europa e outras regiões do mundo. Em 1900, aproximadamente dois mil colportores trabalhavam a serviço de várias sociedades bíblicas, em quase todos os países do mundo (MILLER; HUBER, 2006, p. 202).

Gideões internacionais

No final do século 19, John, um representante comercial, encontrava-se a trabalho em uma cidade e precisou passar a noite em um hotel. Como o local estava lotado, ele teve que dividir o quarto com um desconhecido, coisa comum naqueles dias. O homem se chamava Samuel e também era um representante comercial. Quando John preparava-se para dormir, abriu sua Bíblia para ler, como era seu costume. Isso chamou a atenção de Samuel, que também era cristão, e foi este ponto em comum que os aproximou. Os dois tornaram-se amigos. Meses depois encontraram-se em outra cidade e decidiram fundar uma sociedade para a confraternização e o evangelismo pessoal. Convidaram, para tanto, seus colegas representantes e viajantes comerciais. Todavia, só compareceram os dois e mais um, cujo nome era William. Mas eles não desanimaram. Formaram a associação, escolheram a diretoria e resolveram chamar-se de "Os Gideões" — uma referência ao herói bíblico que era humilde, pequeno aos próprios olhos, mas possuía uma grande fé e se dispunha a obedecer. Enfim, um homem que ergueu uma tocha para iluminar a escuridão da noite e alcançar uma grande vitória. Assim, essa organização foi fundada em 1º de julho de 1899, em Janesville, Wisconsin, por John H. Nicholson, Samuel E. Hill e William J. Knights.7

Hoje, ela é formada por mais de 195 mil homens de negócios e profissionais de diversas categorias que atuam em 200 países. Embora receba suporte financeiro de igrejas evangélicas, não aceita clérigos como associados. Seus membros são cristãos comprometidos com Cristo, com a Bíblia e com a igreja e sua missão. Seu principal objetivo é tornar conhecido o evangelho de Jesus Cristo em todo o mundo de modo que todos cheguem a conhecê-lo como salvador pessoal. Atualmente, distribuem mais de 81 milhões de exemplares do NT a cada ano e, em 2015, pretendiam alcançar a

distribuição acumulada de dois bilhões de Bíblias e exemplares do NT, em 96 línguas. Os exemplares são oferecidos gratuitamente em hotéis, motéis, hospitais, presídios, escolas, nas forças armadas e na área médica. O custo médio de um NT, incluído o frete, é de US\$ 2,50. Sua sede nacional está localizada em Campinas (SP).8

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Qual a importância das sociedades bíblicas no processo de divulgação das Escrituras?
- 2. Em suas próprias palavras, conte a história de Mary Jones. Como ela lhe inspira amor e reverência pela Bíblia?
- 3. De que maneiras práticas você pode contribuir com a divulgação da Bíblia?

¹ Antes do surgimento das sociedades bíblicas, houve várias organizações que prepararam o caminho. Entre elas, o Instituto Bíblico Canstein, formado em 1710 na Alemanha — a primeira organização dedicada a produzir Bíblias a baixo custo (MILLER; HUBER, 2006, p. 202).

² Disponível em: <<u>http://bit.ly/1NjfZ4H</u>>. Acesso em: 21 abr. 2002.

³ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1P0uXyN</u>>. Acesso em: 19 ago. 2007.

⁴ Disponível em: <<u>http://bit.ly/111Q2HP</u>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

⁵ Disponível em: < http://bit.ly/1Mb8dFP>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁶ Disponível em: < http://bit.ly/1P0uXyN>. Acesso em: 19 ago. 2007.

⁷ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1RiOoED</u>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

⁸ Disponível em: <<u>http://bit.ly/1INt6fy</u>>. Acesso em: 19 ago. 2007; Disponível em: <<u>http://bit.ly/1NqGW4</u>j>. Acesso em: 02 mar. 2015.

A CRÍTICA DA BÍBLIA

Na idade média, a maioria das pessoas que lia a Bíblia focalizava o leitor e seu contexto imediato, mas não se preocupava em descobrir o que o autor sagrado queria dizer para o contexto em que ele se encontrava. O propósito geralmente era encontrar um ensino, um pensamento que iluminasse a vida e trouxesse ajuda ou orientação imediata. Desse modo havia o perigo de se ler na Bíblia o que já se tinha na cabeça, forçando o texto a dizer o que se desejava que dissesse. Embora possa ter seus aspectos positivos — quando trata de princípios morais ou de palavras de conforto — esse tipo de leitura dá espaço para se pensar e "provar" quase qualquer coisa. Para se contrapor a esse tipo leitura, que ainda permanece em muitos contextos em nossos dias, surgiu a atitude crítica em relação ao texto bíblico, com a finalidade de examinar e descobrir a verdade (KONINGS, 1991, p. 62), o que não deve ser confundo com o negativismo de alguns críticos, como os racionalistas, que usaram a crítica para negar o elemento sobrenatural que repetidamente aparece nas páginas da Bíblia (ENCICLOPÉDIA, 2008, v. 2, p. 611).

Embora a palavra "crítica" tenha uma conotação negativa por se referir frequentemente a uma censura ou condenação feita por alguém, no meio acadêmico ela significa uma análise ou exame de uma produção humana, seja literária ou artística. Desse modo, considerando somente o aspecto humano da Bíblia, ela deve ser interpretada como qualquer outro escrito e assim sujeitar-se a uma tríplice crítica: textual, literária e histórica, 6 cada qual contendo objetivos e evidências ou critérios utilizados, que podem ser internos ou externos.

Crítica textual

Devido à falta dos autógrafos e à existência de uma pluralidade de cópias que não concordam entre si surgiu a necessidade da crítica textual, uma ciência absolutamente essencial para restabelecer o texto sagrado tão perfeitamente quanto possível, de modo que este fique livre das alterações surgidas no processo da transmissão manuscrita (HARRINGTON, 1985, p. 63; AUZOU, 1967, p. 390-391; SCHOLZ, 2006, p. 43). Em outras palavras,

ela procura reconstruir a história do texto indo em direção ao passado, a fim de descobrir sua forma original. Focaliza a história do texto a partir da primeira edição. Com relação ao NT, por exemplo, os pesquisadores têm à sua disposição três tipos de materiais: manuscritos gregos, traduções antigas e citações dos Pais da Igreja.

Os manuscritos gregos ultrapassam os 5.800. Destes, mais de 120 são papiros, quase todos descobertos no decorrer do século 20, pois em 1900 eram apenas nove. Outros mais de 300 são manuscritos unciais, escritos antes do século 10, cuja maioria é bastante fragmentária, pois apenas uma terça parte tem mais de duas folhas. Há também mais de 2.900 manuscritos cursivos, cópias feitas entre os séculos 11 e 14. Além disso, existem uns 2.400 lecionários, que são edições preparadas para uso litúrgico. As traduções antigas eram bastante formais ou literais e pertencem a uma época anterior à maioria dos manuscritos gregos e, portanto, estão mais próximas aos textos originais. Elas tendem a ser bastante exatas, sendo consideradas como importante evidência do texto do NT. As citações de textos bíblicos que aparecem nos escritos dos Pais da Igreja entre o segundo e o quinto séculos, embora sejam evidência externa, também são consideradas. Elas revelam que tipo de texto era conhecido em determinada época e lugar (SCHOLZ, 2006, p. 48).

Quando os especialistas em crítica textual buscam constatar a confiabilidade das cópias do texto que chegaram até nós, fazem uso de critérios internos e externos.

Critérios internos

- 1. A variante mais difícil de compreender desde que não seja absurda é a que tem mais chance de ser original. Isso se justifica, pois alguns copistas, ao encontrarem uma expressão que apresentasse uma dificuldade gramatical, léxica, histórica ou mesmo teológica, tendiam a facilitar o texto, substituindo a tal expressão por outra mais fácil.
- 2. A variante mais breve de um texto é preferível à mais longa, pois os copistas tendiam a ampliar o texto acrescentando informações. Assim, em princípio, a forma mais breve é também a mais antiga.

- 3. A variante mais diferente é preferível àquelas que tornam diferentes textos bíblicos mais semelhantes entre si. Isso é verdade por causa da tendência de alguns copistas em harmonizar textos paralelos.
- 4. A variante que melhor se harmoniza com as características que se conhece acerca do autor do texto deve ser a escolhida. O que inclui seu método, estilo, vocabulário, gramática, modo de fazer citações ou alusões e seu propósito, ideias e temperamento.
- 5. A variante que melhor explica a origem de todas as outras e não pode ser explicada pelas outras deve ser a escolhida (BARRERA, 1995, p. 452-453; KONINGS, 1991, p. 62; HARRINGTON, 1985, p. 65).

Critérios externos

- 1. Comparação de nosso texto com citações dele que aparecem em obras antigas.
- 2. Observar que variante é seguida pela maioria dos manuscritos reconhecidos como confiáveis (KONINGS, 1991, p. 63).

Crítica literária

Depois que a crítica textual cumpriu seu papel estabelecendo o texto mais confiável, este deve ser analisado a fim de se descobrir o seu significado. Essa é a tarefa da crítica literária (HARRINGTON, 1985, p. 66). Ela busca reconstruir a história do processo de formação do texto, desde o momento inicial até sua redação definitiva (BARRERA, 1995, p. 466).

A crítica literária inicia estudando a linguagem utilizada no documento: vocabulário (incluindo termos técnicos), gramática, contexto e estilo. Depois, descobre o plano do autor (o fluxo de seu argumentos), o possível uso de fontes e estabelece sua forma literária e estilo pessoal. Finalmente, tenta determinar quem foi o autor, a data e o lugar em que a obra foi escrita, bem como seu objetivo e destinatário (HARRINGTON, 1985, p. 66-68). Para alcançar esses resultados, ela conta com duas formas de evidências: internas e externas.

Evidências internas

- 1. Indicativos no texto a respeito do autor e sua intenção.
- 2. Dados históricos, geográficos e da doutrina.
- 3. Unidade de estilo, vocabulário e pensamento e a "probabilidade que tal estilo, tema ou vocábulo existissem na presumida época da redação da obra" (HARRINGTON, 1985, p. 66-68; KONINGS, 1991, p. 64).

Evidências externas

O testemunho de fontes arqueológicas, literárias, documentais e outras, incluindo citações em escritos da época considerada ou mais recentes (KONINGS, 1991, p. 64; HARRINGTON, 1985, p. 68).

Crítica histórica

Após ser conhecido o conteúdo e o propósito de um escrito, deve-se considerar se suas informações são verdadeiras, levando-se em conta seu contexto social. Esse é o trabalho da crítica histórica. Ela trata de "reconstituir os fatos narrados conforme sua objetividade histórica, na medida do possível" e, por isso, pergunta: "O que a Escritura aqui está contando, aconteceu mesmo? A palavra que o texto relata, foi falada de verdade?" (HARRINGTON, 1985, p. 68; KONINGS, 1991, p. 63). Como ciência que é, utiliza critérios próprios.

Critérios internos

1. Avaliar a maior ou menor probabilidade do fato ou discurso narrado. Obviamente isso é um tanto subjetivo. Assim, um racionalista assumiria que qualquer relato de milagre é inverídico. Por essa razão, o método histórico-crítico (também conhecido como "alta crítica"), por exemplo, não aceita que o Pentateuco tenha sido escrito por Moisés, no século 15 a.C., mas diz que no texto há adições, retoques e compilações, acontecidas em diferentes momentos da história. Declara que foram quatro as fontes da composição do Pentateuco: 1) os textos "javistas" (J),

dos séculos 11 e 10 a.C.; 2) os textos "eloístas" (E), dos séculos 9 e 8; 3) a obra do "deuteronomista" (D), que se situa nos séculos 7 e 6; e 4) o "Código Sacerdotal" (P, da palavra inglesa *priestly*, "sacerdotal") e textos pertinentes, dos séculos 6 e 5. Afirma ainda que a reunião de todo esse material e o acabamento e a redação final (R) são do século 5 a.C. Com relação ao livro do profeta Isaías, que viveu no século 8 a.C., reconhecem-no como autor apenas da primeira parte, ou seja, dos capítulos 1 a 39. A segunda parte, capítulos 40 a 55, teria sido escrita por outro personagem em um tempo posterior, e a terceira parte, os capítulos 55 a 66, seriam de uma época mais tardia. Também o livro de Zacarias é visto como uma compilação de duas partes, a primeira abrangendo os capítulos 1 a 8 e a segunda, compreendendo os capítulos 9 a 14 (AUZOU, 1967, p. 367-368).

2. Verificar se há contradições internas (KONINGS, 1991, p. 63-64).

Critérios externos

- 1. Verificar os testemunhos arqueológicos.
- 2. Verificar documentos do tipo administrativo (contas, arquivos etc.) e literário (histórias, descrições etc.) (KONINGS, 1991, p. 63-64).
- 3. Fazer uso de recursos auxiliares como: a) história, b) paleografia (ciência que estuda a escrita antiga e compreende a decifração, datação e interpretação de textos), c) filologia (estudo da língua e dos documentos antigos que a contém) e d) diplomática (arte de leitura e conhecimento de documentos oficiais antigos) (ENCICLOPÉDIA, 2008, v. 2, p. 612).

Quando a crítica textual era chamada de "baixa crítica", tudo aquilo que ia além dela era considerado como "alta crítica" — a qual se manifestava de várias formas, todas possuindo certas características comuns: 1) "A Bíblia é considerada como sendo a palavra do homem acerca de Deus, e não a Palavra de Deus acerca do homem e a ele dirigida. [...] Trata-se meramente de pensamentos humanos acerca de Deus." 2) A Bíblia é tida como "o resultado de um processo evolutivo", de maneira que "modos antigos e primitivos de entender Deus e a realidade cedem lugar a conceitos mais desenvolvidos, sendo que se segue daí que as 'ideias' mais primitivas podem ser abandonadas em troca de ideias mais contemporâneas". Como

consequência, os ensinos bíblicos sobre a ira de Deus, a segunda vinda de Cristo e aspectos do governo eclesiástico e da ética bíblica podem ser considerados como fora de moda e abandonados. 3) A Bíblia precisa ser superada, ou seja, "devemos ir além das Escrituras se quisermos achar a vontade de Deus para os nossos dias". Este pensamento é o resultado natural de se aceitar os dois primeiros (BOICE, 1989, p. 158-159).

Comentando os efeitos do método histórico-crítico em seus dias, Ellen G. White (2001b, p. 227) escreveu que "a obra da alta crítica, dissecando, conjeturando, reconstruindo, está destruindo a fé na Bíblia como uma revelação divina; está despojando a Palavra de Deus do poder de dirigir, enobrecer e inspirar as vidas humanas".

O que foi exposto neste capítulo dá-nos apenas uma ideia geral do assunto. Em realidade ele é tão complexo que, para alguém se tornar perito, necessita de cinco a dez anos de estudo especializado e, ainda assim, precisará consultar e confiar nas pesquisas de outros, uma vez que é impossível examinar tudo por conta própria (KONINGS, 1991, p. 65).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Quais são as diferenças entre crítica textual, crítica literária e crítica histórica?
- 2. Quais são os principais critérios usados pela crítica textual ao estabelecer o texto mais próximo do original?
- 3. Como podemos avaliar o método histórico-crítico? Quais suas premissas e falhas? É possível fazer crítica histórica crendo na inspiração da Bíblia?

LIVROS DA BÍBLIA

A Bíblia Sagrada é formada por 66 livros, que estão distribuídos em dois grandes conjuntos, o primeiro e o segundo testamentos, mais conhecidos como AT e NT. Um é a chave para a compreensão do outro e ambos derramam abundante luz sobre o plano da redenção.

Antigo Testamento

Os primeiros onze capítulos do AT tratam da criação dos céus e da Terra, especialmente dos primórdios da raça humana. Apresentam o relato da criação do primeiro casal, sua tentação e queda, a genealogia e alguns feitos das primeiras gerações, a maldade humana, o Dilúvio e o episódio da Torre de Babel. O restante do AT — com poucas exceções — está diretamente ligado à história do povo de Israel. Assim, para entendermos corretamente sua mensagem, é fundamental que se tenha uma visão geral desta história, o que também nos permitirá conhecer onde se encaixam os diversos livros que o compõem.

Panorama da história de Israel1

Conforme relatada no AT, a história de Israel abrange aproximadamente 1.500 anos: desde o chamado de Abraão até os dias de Esdras, Neemias e Malaquias, depois que Judá voltou do cativeiro babilônico e a nação foi sendo reconstruída. Podemos dividi-la em oito períodos bem distintos.

- 1. Período Formativo (c. 1875-1660 a.C.). Inicia com o chamado feito por Deus a Abraão quando se encontrava em Harã (Gn 12:1-5) e vai até a ocasião em que Jacó entrou com toda a sua descendência na terra do Egito, nos dias em que José era governador (Gn 46:1-7).
- 2. Período no Egito (c. 1660-1445 a.C.). Inicia com a entrada dos israelitas no Egito e vai até o Êxodo liderado por Moisés (Êx 12:29-31, 37). Enquanto José foi governador (e mesmo depois disto), eles viveram em liberdade. Mais tarde, porém, foram feitos escravos. Isso se deu pelo menos nos últimos 80 anos. Imediatamente antes da saída de Israel, o Senhor manifestou o seu

tremendo poder contra os deuses egípcios, através das dez pragas. Esse feito, que foi uma das maiores demonstrações do poder divino de todos os tempos, tornou-se amplamente conhecido entre os povos daquela região, naqueles dias.2

3. Período no Deserto (c. 1445-1405 a.C.). Tem seu início com o Êxodo e termina quando, comandados por Josué, atravessam o rio Jordão e entram em Canaã (Js 3:1; 4:11, 23). Esses quarenta anos foram assinalados por repetidas manifestações de incredulidade, murmuração e rebeldia. Deus buscava educá-los, transformá-los em um povo santo, que confiasse plenamente nele e fosse obediente à sua vontade. Poucas semanas depois de saírem do Egito, chegaram à região do Sinai, onde ficaram acampados quase um ano (Êx 19:1-2; Nm 10:11-13). Ali foram organizados pelo Senhor como nação, entraram em aliança com Ele e receberam suas leis. Podemos dizer que Deus lhes deu quatro conjuntos de leis: 1) as leis morais — os Dez Mandamentos; 2) as leis civis — que regeriam a vida deles como nação; 3) as leis de saúde — o que comer e o que não comer, como manter o acampamento livre de doenças contagiosas etc.; 4) e as leis cerimoniais — que estavam relacionadas com o culto e o santuário.

O registro da aliança e das diversas leis aparece em Êxodo 19 a 24 e em todo o livro de Levítico. Enquanto estiveram acampados ali, construíram e inauguraram o tabernáculo (Êx 25–40).

4. Período da Conquista de Canaã (c. 1405-1350 a.C.). Começa com a invasão de Canaã e a subsequente conquista de Jericó (Js 5:1; 6:1-2, 24) e prossegue até a morte daquela geração que liderava o povo em sua conquista da terra. Josué e os anciãos eram leais a Deus e o povo foi fiel enquanto eles viveram (ver Js 24:31). Nesse período, conquistaram primeiro as cidades do sul e depois as do norte, de maneira que Canaã tornou-se a terra de Israel e, assim, se cumpriram as promessas que Deus havia feito ao seu povo (ver Js 21:43-45). Vale lembrar que algumas cidades não foram conquistadas e permaneceram como "ilhas" dentro do território de Israel. O plano de Deus era que elas fossem pouco a pouco dominadas de modo que chegasse o dia em que todas estivessem sob o domínio de Israel (ver Dt 7:16-24; Js 15:63; 16:10; 17:11-13). Depois de conquistarem grande parte de Canaã, dividiram todo o território por sorteio entre as tribos. Se alguma tribo recebesse uma

terra ainda não conquistada, deveria se esforçar e lutar para dominá-la completamente (ver Js 13:1-8; 14:1-5).

5. Período dos Juízes (c. 1350-1050 a.C.). Inicia com o primeiro juiz, Otniel, e dura até a escolha do primeiro rei de Israel. Com o passar dos anos, os israelitas se deixaram influenciar pelos povos pagãos que ficaram em seu território e pelas nações que estavam à sua volta, de modo que deram seus filhos em casamento e adoraram os deuses deles, quebrando assim a aliança que haviam feito com Deus. Como resultado, o Senhor retirou deles sua proteção e foram, então, oprimidos pelos povos vizinhos (ver Jz 2:7-22). Nessa época, um ciclo repetia-se continuamente: 1) eles se afastavam dos caminhos de Deus e praticavam a idolatria; 2) Deus retirava seu cuidado e eles sofriam a opressão dos inimigos; 3) reconhecendo seus pecados, clamavam a Deus por livramento; 4) Deus lhes enviava um libertador e obtinham a vitória sobre seus adversários; e 5) vinha um tempo de paz. Depois o ciclo recomeçava e, assim, vez após vez (ver 2Cr 15:3-6; Ne 9:27-31).

Encontramos na Bíblia informações sobre 14 juízes. Talvez o título mais apropriado para eles fosse o de "libertadores", porque essa foi sua atividade mais destacada. Elas aparecem no livro dos Juízes e também em 1 Samuel 4:18 e 7:15. O último foi Samuel, que também era profeta e sacerdote. Quando já estava velho foi auxiliado por seus filhos (1Sm 8:1-3). Se somarmos todos os períodos de atuação dos juízes e os intervalos entre eles, teremos um período muito superior a 300 anos; contudo, devemos levar em conta que alguns juízes atuaram simultaneamente, cada qual sobre determinado território.

Esse foi um período negro da história de Israel, pois não havia um governo centralizado, o culto a Deus não era valorizado e as leis não eram respeitadas, talvez nem mesmo fossem conhecidas pela vasta maioria dos israelitas. O último verso do livro de Juízes resume muito bem esse período: "Naqueles dias não havia rei em Israel; cada um fazia o que parecia bem" (Jz 21:25).

6. Período da Monarquia (c. 1050-586 a.C.). Inicia com a escolha de Saul como o primeiro rei de Israel e continua até a destruição de Jerusalém, nos dias do rei Zedequias. Esse período pode ser assim dividido:

Reino unido (c. 1050-931 a.C.). As 12 tribos permaneceram unidas sob a monarquia durante 120 anos, nos reinados de Saul, Davi e Salomão, sendo que cada um deles reinou por 40 anos.3

Reino dividido (931-722 a.C.). Quando Salomão morreu e Roboão começou a governar, houve um grande descontentamento com a postura do novo rei, de modo que dez tribos elegeram outro rei, causando assim uma divisão em Israel. A partir de então, passaram a ser duas nações, com território, rei e religião separados (ver 1Rs 11:26–12:24). Esse período prosseguiu até quando Salmanezer V, rei da Assíria, destruiu as dez tribos (ver 2Rs 17:1-12, 22-23). As dez tribos tiveram 19 reis, de Jeroboão a Oseias, sendo que nenhum deles foi fiel a Deus.

Reino remanescente (722-586 a.C.). O reino de Judá ainda continuou até que, imitando Israel em sua rebeldia contra o Senhor, acabou sendo derrotado por Nabucodonosor, rei da Babilônia (ver 2Rs 17:18; 2Cr 36:11-20).

Não foi por acaso que a grande maioria dos profetas atuou no período da monarquia. Com demasiada frequência, os reis e seus oficiais — em vez de servirem como exemplos de fidelidade para os demais cidadãos — eram os primeiros a se afastarem dos caminhos de Deus. Assim, para se contrapor a isso, Deus suscitava seus profetas, que ofereciam ao povo uma forte e fiel liderança espiritual.

7. Período do Cativeiro (605-536 a.C.). Tem inicio com a primeira vitória de Nabucodonosor sobre Jerusalém e se estende até a saída dos judeus da Babilônia e seu retorno à Palestina. No primeiro ano de seu reinado, Nabucodonosor, rei da Babilônia, fez uma investida contra a Palestina para ampliar seus domínios. Como Judá havia abandonado os caminhos de Deus, Ele permitiu que os babilônios os dominassem. Isso aconteceu no ano 605 a.C. Nessa ocasião, o rei Babilônico levou um grupo de cativos judeus para a sua capital, entre os quais se encontravam Daniel e seus amigos (Dn 1:1-4). Todavia, Judá continuou como nação, apesar de submissa ao Império Babilônico.

Alguns anos mais tarde, os judeus se revoltaram contra esse domínio e, então, os babilônios voltaram a cercar Jerusalém e a conquistá-la. Era o ano 597 a.C. e cerca de dez mil judeus foram levados cativos. Eram os oficiais, homens que detinham o poder, o próprio rei, parte de sua família, homens

de guerra, ferreiros e artífices. Nessa ocasião, o jovem Ezequiel, que mais tarde seria profeta, foi levado também (2Rs 24:1-17; Ez 1:1-3). Apesar de todos esses contratempos, Judá permaneceu como um reino, ainda que sob o domínio dos babilônios.

No princípio do reinado de Zedequias, o último rei de Judá, embaixadores das nações vizinhas foram a Jerusalém para formar uma coalizão, a fim de se rebelar contra o domínio da Babilônia. O profeta Jeremias enviou-lhes uma mensagem para que não fizessem isso, mas não foi atendido (ver Jr 27). O rei de Judá quebrou seu juramento de submissão feito ao rei da Babilônia e rebelou-se. Então, os exércitos babilônios vieram outra vez e, após um cerco de 18 meses, destruíram a cidade, seus palácios, seus muros e até o famoso Templo de Salomão. Muitos foram mortos e outros foram levados cativos. Os babilônios deixaram na terra apenas os mais pobres, governados por Gedalias, um judeu. Com esses eventos, ocorridos em 586 a.C., encerrou-se a história de Judá como uma nação livre (ver 2Cr 36:1).

O profeta Jeremias teve a singular experiência de predizer as investidas babilônias e de sofrê-las quando se tornaram realidade. Por seu intermédio, Deus anunciou que o cativeiro de seu povo iria durar 70 anos, findos os quais retornariam para sua terra (Jr 25:8-12; 29:10-14). Muito tempo antes, o profeta Isaías havia anunciado também a libertação do cativeiro e a reconstrução de Judá, chegando mesmo a mencionar o nome do libertador — Ciro (ver Is 44:21–45:6, 12-13).

Um pouco antes de se cumprirem os 70 anos da profecia, os medos e os persas se uniram formando um vasto exército que se pôs a marchar em direção à Babilônia. No trajeto, foram vencendo outros povos menos expressivos e incorporando seus exércitos. O comandante desse poderoso exército se chamava Ciro. Que sentimentos devem ter se apossado dos judeus fiéis que possuíam os rolos de Isaías e Jeremias, e podiam perceber que a segura palavra dos profetas estava para se cumprir mais uma vez!

Era o ano 539 a.C., e Belsazar, o último rei da Babilônia, estava dando uma festa para os nobres do reino. Em meio à bebedeira e orgia, ele ordenou que trouxessem os utensílios que haviam sido usados no Templo de Salomão para que os convivas bebessem neles. Repentinamente, apareceu uma mão escrevendo na parede mais iluminada do salão. O rei prometeu honras, riquezas e poder a quem lesse a inscrição. Ninguém foi capaz. Souberam,

então, que ali no reino havia um homem, antigo conselheiro de Nabucodonosor, que poderia efetuar a interpretação. O velho profeta Daniel, com uns 84 anos, foi convocado e leu: "Contou Deus o teu reino, e o acabou. Pesado foste na balança, e foste achado em falta. Dividido foi o teu reino, e dado aos medos e aos persas" (ver Dn 5:26-28).

Enquanto isso acontecia, os exércitos de Ciro completavam o desvio do rio que atravessava a cidade. Foi aberto um canal que desviou o rio de seu leito para uma depressão que havia nas proximidades, possibilitando assim a invasão de Babilônia. "Naquela mesma noite foi morto Belsazar, rei dos caldeus, e Dario, o medo, ocupou o reino" (Dn 5:31-32). Terminava, então, o Império Babilônico e começava o Medo-Persa (ver Dn 5). Após dois anos, em 537 a.C., o rei Ciro foi informado, possivelmente por meio de Daniel, sobre a profecia de Isaías, escrita cerca de um século e meio antes e, movido pelo Espírito de Deus, cumpriu a profecia fazendo o decreto que se encontra em Esdras 1. Em 536 a.C., cerca de 50 mil pessoas, judeus e seus servos, chegaram à terra de Judá para restaurá-la. Terminava, desse modo, o período profético dos 70 anos (ver Ed 2:1-2, 64-65).

8. Período da Restauração (536 a.C. até os tempos de Neemias, que governou a província de Judá a partir de 444 a.C.). Inicia com a chegada de uma leva de judeus que vieram da Babilônia para repovoar a terra de Judá, e continua nos anos subsequentes, em que eles estiveram empenhados em reconstruir Jerusalém, o Templo, e as demais cidades.

Os livros de Esdras e Neemias relatam os esforços dos judeus para reconstruir Jerusalém e o templo, e apresentam as múltiplas dificuldades que enfrentaram por parte de seus inimigos. Ali vemos também a mão de Deus a conduzir seu povo sempre que nele confiavam.

Livros do Antigo Testamento

O AT é formado por 39 livros, que se encontram distribuídos em quatro blocos: o Pentateuco, os Livros Históricos, os Livros Poéticos e os Profetas. Levou cerca de mil anos para ser escrito.

Pentateuco

Gênesis — O livro das origens. Apresenta a origem do universo, da Terra, da humanidade, do pecado, do plano da salvação, do povo escolhido etc.

Êxodo — A narrativa abrange o cativeiro, a libertação e as origens da história de Israel em seu caminho para Canaã, sob a liderança de Moisés.

Levítico — O livro de leis acerca de moralidade, limpeza, alimento etc. Ensina o acesso a Deus através de sacrifícios. Contém as orientações necessárias para o trabalho dos levitas, especialmente dos sacerdotes.

Números — O livro das peregrinações de Israel por quarenta anos pelo deserto. O nome se deve ao fato de apresentar dois censos de Israel, um no princípio da peregrinação e outro no final.

Deuteronômio — É uma repetição das leis, feita por Moisés, pouco antes da entrada de Israel em Canaã.

Livros Históricos

Josué — É um registro da conquista de Canaã, sob a liderança de Josué, e da divisão da terra entre as doze tribos.

Juízes — É a história das servidões de Israel e das libertações através dos juízes.

- Rute Narra uma bela história de amor que ocorreu no período dos juízes com alguns dos ancestrais de Davi e de Jesus Cristo.
- 1 e 2 Samuel É a história de Samuel, com as origens e os primeiros anos da monarquia em Israel sob os reinados de Saul e Davi.
- 1 e 2 Reis É a história das origens do reino de Israel e, mais tarde, do reino dividido. Neles aparecem as personalidades heroicas de Elias e Eliseu.
- *1 e 2 Crônicas* Em grande parte é um registro dos reinados de Davi, Salomão e dos reis de Judá até a época do cativeiro.
- Esdras É um registro do decreto de Ciro, do regresso dos judeus do cativeiro e da reconstrução do templo.
- Neemias É um relato da reconstrução dos muros de Jerusalém e do restabelecimento das ordenanças sagradas.
- Ester É a história do complô de Hamã, da libertação dos judeus pela rainha Ester e do estabelecimento da festa de Purim.

Livros Poéticos

Jó — Trata de temas como: Deus, a sabedoria e o problema do sofrimento. Mostra o grande conflito entre o bem e o mal, destacando a maldade de Satanás, a perseverança de Jó, a vaidade da filosofia humana, a necessidade da sabedoria divina e a libertação final do sofrimento.

Salmos — É uma coleção de 150 cânticos espirituais, poemas e orações, usados através dos séculos pelos judeus e pela igreja, para adoração e devoção.

Provérbios — É uma coleção de máximas e dissertações que ensinam como viver uma vida de sabedoria.

Eclesiastes — É a autobiografia de Salomão, escrita no estilo da literatura pessimista. Ressalta a vaidade das realizações e da vida humana quando Deus não é levado em conta.

Cântico dos Cânticos — O mais belo dos cânticos de Salomão. Apresenta o relacionamento ideal entre um homem e sua esposa. É uma figura do casamento entre Deus e seu povo, e Cristo e a igreja.

Livros Proféticos

Isaías — O maior dos profetas escritores. Seu livro é praticamente um resumo da Bíblia. É o profeta que mais fez profecias messiânicas.

Jeremias — O "profeta chorão". Foi o último profeta antes do cativeiro. Convidou o povo ao arrependimento, anunciou o cativeiro e viu o cumprimento de suas palavras com as investidas dos babilônios.

Lamentações — Apresenta cinco lamentos de Jeremias quando viu a cidade e o templo destruídos pelos babilônios e o povo levado cativo.

Ezequiel — É um livro escrito no cativeiro, contendo advertências para o povo de Deus e visões de sua glória futura.

Daniel — Além de breves relatos biográficos, contém profecias que, por meio de símbolos, apresentam a história do conflito entre o bem e o mal, com destaque para a participação dos últimos impérios mundiais e a vitória final de Deus e seu povo.

Oseias — Apresenta o drama pessoal de Oseias como uma figura das relações entre Deus e Israel. Apela para Israel voltar a Deus.

Joel — Apresenta uma grande praga de gafanhotos que viera sobre Judá e convida o povo ao arrependimento como o único meio de evitar a invasão do exército inimigo. Se o povo se voltasse para Deus, receberia o derramamento de seu Espírito.

Amós — Um profeta de origem humilde cuja mensagem enfatiza a justiça de Deus.

Obadias — Apresenta um único tema: a destruição de Edom e a vitória de Israel.

Jonas — É o grande livro missionário do AT. Ressalta a compaixão de Deus. Jonas é um tipo de Israel.

Miqueias — Apresenta a baixa condição moral de Israel e anuncia a vinda do Messias, o qual fará justiça a todos.

Naum — Apresenta um único tema: a destruição de Nínive. Naum viveu cerca de 150 anos depois de Jonas.

Habacuque — Mostra que, apesar das aparências de que o mal prospera, Deus está ativo e, no final da história deste mundo, haverá vitória para quem nele confia.

Sofonias — Sua ênfase é o "Dia do Senhor", quando Deus executará vingança contra os ímpios.

Ageu — Foi o profeta mais bem-sucedido em sua missão. Tudo o que pediu para os líderes e o povo fazerem, eles acataram. Após a volta do cativeiro, conclamou o povo a reconstruir o templo.

Zacarias — Trabalhou ao lado de Ageu e, além de estimular o povo a reconstruir o templo, recebeu diversas visões sobre o triunfo final do reino de Deus.

Malaquias — Em seus dias, o povo novamente se afastara de Deus e Malaquias foi incumbido de repreendê-los, de apontar seus erros e de convidá-los para uma mudança de vida.

Novo Testamento

Tempos do Novo Testamento

Os tempos do NT começam com acontecimentos ocorridos por volta do quinto ano antes da era cristã, quando um anjo foi enviado ao idoso sacerdote Zacarias anunciando o nascimento de João Batista, aquele que haveria de preparar o povo para receber o Messias tão esperado. Essa época abarca a vida e o ministério de Jesus e de seus discípulos e os primórdios da igreja primitiva.

Livros do Novo Testamento

O NT é formado por 27 livros, que se encontram distribuídos em quatro blocos: evangelhos, história, epístolas e profecias — algumas das quais ainda aguardam cumprimento. Começou a ser escrito cerca de vinte anos após Cristo ter retornado para o Céu e se completou após 50 anos. Os responsáveis por escrevê-lo foram apóstolos de Jesus e outras pessoas diretamente ligadas a eles.

Evangelhos

Os três primeiros evangelhos provavelmente foram escritos entre trinta a quarenta anos após o término do ministério de Cristo aqui na terra, ou seja, entre 60 e 70 d.C.

Mateus — Seu autor foi Levi Mateus, discípulo de Jesus, e seu propósito era evangelizar os judeus. Mostra o cumprimento das profecias messiânicas e, por isso, serve de ponte entre o AT e o NT. Em razão disso, foi apropriadamente escolhido para ser o primeiro livro do NT.

Marcos — É o mais antigo dos evangelhos. Alguns estudiosos também o aceitam como o primeiro livro do NT a ser escrito. Salienta a vida e as obras de Jesus. Marcos não foi discípulo de Jesus; obteve as informações através de Pedro.

Lucas — Seu autor é o único escritor bíblico não judeu. Foi escrito para evangelizar os gentios. Enfatiza a humanidade de Cristo.

João — Foi escrito por João, o discípulo amado. Enfatiza a divindade de Cristo e, ao mesmo tempo, sua total dependência do Pai. Foi escrito no final do primeiro século.

História

Atos — É uma continuação do evangelho de Lucas. Salienta a expansão do cristianismo sob a guia do Espírito Santo e a alegria que acompanha a recepção do evangelho.

Epístolas

As epístolas compreendem as cartas paulinas, aquelas que o apóstolo Paulo escreveu, e as cartas gerais, aquelas escritas por outros apóstolos. As primeiras receberam como título o nome de seus destinatários, as segundas, o nome de seus autores.

Cartas Paulinas — De Romanos a Hebreus. Escritas por Paulo e colocadas de modo a seguirem uma ordem decrescente de tamanho, vindo primeiramente as que foram escritas às igrejas e, então, as destinadas a indivíduos. Objetivam recordar as verdades que o apóstolo ensinava pessoalmente e dão orientação doutrinária e ética, buscando corrigir o que estivesse errado. Daquelas igrejas que receberam alguma carta de Paulo, a de Roma não era conhecida pelo apóstolo, o que ocorreu mais tarde quando foi levado como prisioneiro; nem a de Colossos, que fora fundada por um de seus conversos: Epafras. As demais haviam sido fundadas por ele. Algumas epístolas foram escritas para indivíduos: Tito e Timóteo, por exemplo, eram jovens pastores treinados por ele para o ministério, enquanto que Filemom era um amigo cristão a quem Paulo solicita que receba com bondade cristã o escravo Onésimo, que dele havia fugido. As cartas aos efésios, aos filipenses e aos colossenses e a carta à Filemom foram escritas da prisão, em Roma.

Romanos — Apresenta o evangelho como o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, de modo que o pecador seja justificado e transformado, aguardando com paciência e esperança a manifestação da glória de Deus.

1 Coríntios — Foi escrita em resposta à várias indagações da igreja e face aos desvios doutrinários e comportamentais que estavam ocorrendo. Fornece conselhos diretos e práticos sobre aspectos do estilo de vida cristão.

2 Coríntios — Objetiva restaurar a unidade entre os irmãos e destaca o ministério e a autoridade apostólica de Paulo. Também trata do sustento financeiro da igreja e dos pobres.

Gálatas — Sendo que as igrejas da Galácia haviam se desviado do evangelho, dando ouvidos a falsos mestres que exigiam que fossem observadas as leis cerimoniais dos judeus, Paulo busca reconduzi-las ao bom caminho, de modo que confiem unicamente na cruz de Cristo, sejam transformadas pelo Espírito de Deus e revelem o fruto correspondente.

Efésios — Apresenta a eleição divina e a maneira pela qual a graça de Deus opera no homem, tornando-o um filho de Deus. Também ressalta a natureza e unidade da igreja e a vida de santidade que se espera do crente, e como ele pode ser vitorioso no combate contra as forças do mal, fazendo uso da armadura que Deus colocou à sua disposição.

Filipenses — Manifesta a gratidão de Paulo pela ajuda financeira prestada pela igreja de Filipos à causa do evangelho. Descreve resumidamente a

humilhação e a exaltação de Cristo e estimula os crentes a uma vida de santidade, unidade e alegria no Senhor.

Colossenses — Foi escrita para combater uma filosofia que mesclava ideias pagãs e judaicas com algumas das verdades do cristianismo e que, por isso, ameaçava algumas das igrejas cristãs. Posteriormente, essa heresia seria chamada de gnosticismo. O autor destaca a superioridade de Cristo sobre todas as coisas e sua relação com Deus, o universo e a igreja.

1 Tessalonicenses — Possivelmente o primeiro livro do NT a ser escrito. Mostra o amoroso interesse de Paulo pelos cristãos de tessalônica, tanto quando estivera com eles como agora que a distância os separava. Sublinha tanto a necessidade de vigilância, enquanto aguardam o retorno de Jesus, quanto a situação dos justos — vivos e mortos — quando isso ocorrer.

2 Tessalonicenses — Reforça alguns dos ensinos sobre a volta de Jesus que Paulo lhes transmitira quando estivera com eles. Anuncia que ela não seria imediata, pois um grande período de apostasia a precederia e que, por isso, os crentes deveriam continuar trabalhando para comer o seu próprio pão, não sendo, assim, pesados a ninguém.

1 Timóteo — Destaca as muitas características pessoais de um pastor e contém conselhos do velho apóstolo ao jovem pastor Timóteo, para que conduzisse bem a igreja de Éfeso.

2 Timóteo — Este foi o último escrito de Paulo. Estando preso e sabendo que pouco tempo lhe resta, ao mesmo tempo em que elogia a Timóteo por sua fidelidade, o desafia a realizar um ministério mais eficiente. Anuncia os males e corrupções dos últimos dias e a maneira de enfrentar as falsas doutrinas e os falsos crentes.

Tito — Mostra a Tito, jovem pastor, como formar uma boa igreja, com boa liderança e refutar os falsos mestres.

Filemon — Filemon era um crente abastado que residia em Colossos. Seu escravo Onésimo fugira e se encontrara com Paulo. Este o conduzira a Cristo e o persuadira a voltar ao seu antigo patrão. Por meio dessa carta, o apóstolo solicita que Filemon perdoe Onésimo e o receba não só como seu servidor, mas também como irmão na fé.

Hebreus — Contrasta a antiga e a nova alianças e apresenta um convite aos crentes judeus para permanecerem na aliança que fora ratificada com o sangue de Cristo e não retrocederem à antiga aliança, confirmada pelo sangue de animais. Ao longo da argumentação ressalta repetidamente a

superioridade de Cristo e da salvação conquistada por Ele. Contém o capítulo dos grandes heróis da fé (Hb 11).

Epístolas Gerais

Escritas por outros apóstolos para orientar ou corrigir a igreja em geral, com exceção da terceira carta de João, que se destinava a um amigo: Gaio. As cartas de Tiago e Judas foram escritas por irmãos de Jesus que se converteram após a ressurreição do Salvador.

- Tiago Apresenta a necessidade de demonstrar o valor da fé mediante obras correspondentes e adverte contra a prática de vários pecados, entre os quais o fazer acepção de pessoas, o uso da língua para o mal e o adquirir e empregar mal as riquezas.
- 1 Pedro Escrita para confortar e animar os crentes que enfrentavam a perseguição e o confisco de propriedades por causa de sua fé. Apela para terem uma vida exemplar no lar, na igreja e na sociedade.
- 2 Pedro Pedro está ciente de que não viverá por muito mais tempo, por isso, reitera seus ensinos de modo a fortalecer a igreja contra os falsos mestres. Ressalta o valor da Palavra de Deus e o retorno do Senhor.
- 1 João Sendo o último sobrevivente do grupo apostólico, o idoso João relembra alguns dos principais conceitos e práticas cristãs e destaca as marcas daqueles que nasceram de Deus.
- 2 João Pequena carta que estimula ao amor fraternal e mostra como proceder com os falsos mestres.
- *3 João* Um pequeno escrito de João com palavras de apreço a seu amigo Gaio, pouco antes de visitá-lo.
- Judas Contém argumentos semelhantes aos que aparecem na segunda carta de Pedro. Estimula os crentes a batalharem pela fé, em face dos mestres de enganos que se haviam infiltrado entre eles. Com palavras duras, aponta o fim de todos aqueles que desde o início dos tempos não permaneceram na verdade.

Profecia

Apocalipse — Apresenta uma revelação especial de Deus, em sua maior parte através de símbolos. Mostra o grande conflito entre o bem e o mal e a

vitória final de Deus e seu povo.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- 1. Em suas próprias palavras, apresente um panorama da história de Israel. Como isso é importante na compreensão da Bíblia?
- 2. Quais livros e temas do AT mais lhe chamam a atenção? Qual é a importância dessa parte da Bíblia no conjunto do cânon?
- 3. Quais livros e temas do NT mais lhe chamam a atenção? Qual é a importância dessa parte da Bíblia no conjunto do cânon?

¹ As datas aqui fornecidas foram extraídas de Francis D. Nichols (1953-1957).

² Lemos em Êxodo 12:40 que "o tempo que os filhos de Israel habitaram no Egito foi de 430 anos". Já a Septuaginta (versão grega do AT) declara na mesma passagem que "a morada dos filhos de Israel que viveram na terra do Egito e na terra de Canaã, foi de 430 anos" — incluindo assim os 215 anos em que houve a peregrinação em Canaã (que chamamos de período formativo) e os 215 anos no Egito. Deve-se considerar também que Paulo afirma claramente em Gálatas 3:16 e 17 que os 430 anos não se referem apenas ao tempo em que os israelitas ficaram no Egito mas, sim, ao período que abrange desde que Deus fez a promessa a Abraão até a entrega da lei no Sinai, poucas semanas depois da saída do Egito.

³ Os sete anos iniciais do reinado de Davi foram somente sobre Judá, enquanto Is-Bosete, filho de Saul, reinava sobre o restante de Israel (2Sm 2:8-9; 5:4-5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento cristão é o de que Deus se revelou aos seres humanos. Revelou-nos algo a seu respeito que jamais saberíamos se dependêssemos apenas de nossas capacidades. Inicialmente Ele descobriu-se aos homens por intermédio da revelação geral, a qual é endereçada a todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares. Um dos veículos dessa revelação é a natureza, a qual por si só, já é suficiente, ao menos para dar ao homem a certeza da existência de um Deus poderoso.

Deus também fala através de nossa consciência. Psicólogos e antropólogos atestam que a crença em um ser supremo, que dirige os destinos do homem, é básica e universal; por isso, é dito que somos religiosos por natureza. Na criação Deus escreveu sua lei na mente do homem, e, apesar de maculada pela intromissão do pecado, a consciência humana ainda acusa a existência de um ser superior.

O Senhor ainda se revela através de sua ativa e poderosa participação nos acontecimentos que fizeram a história — especialmente aos relacionados com a nação israelita. Observando a intervenção divina na vida humana, somos levados a reconhecer que o Senhor é sumamente poderoso e que Ele se preocupa com a raça humana, tendo o mundo em suas mãos.

Contudo, importante como possa ser, a revelação geral é imperfeita — por causa do pecado que a maculou — e incompleta, pois não nos permite obter uma visão clara do caráter divino e nem nos fala de seu propósito redentor para conosco. Assim, justamente para suprir essas falhas, Deus nos concede uma revelação especial, fundamentada em seus atos sobrenaturais, a qual chega a nós de diversas maneiras, mas, especialmente, por meio das Sagradas Escrituras e de Jesus Cristo, a Palavra encarnada.

A Bíblia é o principal documento da revelação. Deus a deu e a preservou através dos séculos. Quando seus escritores anunciam a "Palavra do Senhor", eles não estão simplesmente comunicando reflexões pessoais do fenômeno da revelação, mas, sim, o que Deus lhes revelou. A Bíblia contém ideias, verdades, doutrinas e informações divinas expressas em linguagem humana. Os milagres, as profecias, a dignidade de suas verdades, sua adaptação às necessidades da vida humana e seus efeitos práticos, quando aceitos, são

evidências que atestam ser ela, em realidade, a autorizada Palavra de Deus. Ela também testifica que Cristo veio à Terra para revelar Deus de modo mais visível e palpável ao ser humano, e que Ele fez isso de modo magistral.

Sendo assim, através de meios naturais e sobrenaturais, o Senhor nos concedeu abundante e sobeja revelação. Em realidade, Ele não revelou todas as coisas. Contudo, aquilo que nos mostrou e esclareceu é suficiente para que creiamos e sejamos salvos, e é nisso que devemos concentrar nosso tempo, disposição e estudo. Tal revelação é um dom da graça divina, um fruto de seu misericordioso amor, e o seu propósito é que respondamos positivamente ao Deus revelador de modo que nosso caráter seja formado em harmonia com o seu.

APÊNDICE A: PANTEÍSMO

Na busca por satisfazer o seu vazio, de encontrar a Deus, o ser humano pode cair em um de dois extremos: assumir uma visão microscópica da religião, estudando-lhe os mínimos detalhes e devotando-se meramente a palavras, atitudes e cerimônias formais; ou ter uma perspectiva telescópica da religião, como processo cósmico, aderindo ao panteísmo impessoal e submergindo a personalidade no conjunto mais amplo da natureza, como uma vaga submergindo no oceano (JOHNSON, 1964, p. 49-50).

Essa última visão, a do panteísmo, provém de uma compreensão deturpada da criação. "Panteísmo" é um vocábulo criado pelo pensador John Toland (1670-1722), o qual

utilizou-o pela primeira vez na sua obra anônima — *Pantheistikon* — publicada em 1720. O panteísmo é a doutrina que afirma a identidade substancial de Deus e do universo. Esse conceito se traduz no princípio oposto àquele que admite como ser supremo o criador do universo, que o tirou do nada (criação *ex nihilo*), ou então, Deus criador da matéria, à qual imprimiu, por sua livre vontade numa forma ordenada, enfim, as coisas (criacionismo). Por outro lado, o panteísmo concebe a natureza como a realidade que encontra nela mesma a sua razão de existir e a sua unidade. Nega, portanto, qualquer caráter de transcendentalidade para a explicação da existência universal e, em última análise, é nada mais que uma forma de naturalismo (ENCICLOPÉDIA, 1964, p. 224).

"Todas as formas de panteísmo têm em comum a acentuação exclusiva da ideia metafísica de Deus. Identificando-se Deus com o absoluto metafísico, tende-se sempre a uma despersonalização, primeiro passo para uma identificação de Deus com a natureza" (ENCICLOPÉDIA, 1967, p. 605).

De acordo com o pensamento panteísta, "se Deus é uma essência que permeia toda a natureza, habita, por conseguinte em todos os homens; e, para atingir a santidade, o homem não tem senão que desenvolver o poder que está dentro dele mesmo" (WHITE, 2001a, p. 428). Assim, as ideias de um panteísmo impessoal removem a necessidade de um Salvador, e os que as aceitam interpretam mal a revelação de Deus por meio da natureza e tornam de nenhum valor a revelação sobrenatural. "A Bíblia diz, ademais, que Deus criou todas as coisas fora de si mesmo. Ao falar assim, o que se tem em mira é negar que a criação é qualquer modalidade de extensão panteísta da essência de Deus. Deus existe — um Deus pessoal que sempre

existiu — e criou todas as coisas fora de si mesmo" (SCHAEFFER, 1974, p. 85).

Para os panteístas, Deus está além do bem e do mal, e nós, seres humanos, é que denominamos algumas coisas boas e outras más, conforme nosso ponto de vista. Essa ideia foi defendida pelo grande filósofo prussiano Hegel (LEWIS, 1964, p. 60-61). C. S. Lewis (1964, p. 60-610) explica que:

Os panteístas ordinariamente creem que Deus, por assim dizer, anima o universo como nós animamos os nossos corpos; que o universo quase é Deus, de modo que, se não existisse, Ele também não existiria e que tudo que encontramos no universo é uma parte de Deus. O conceito cristão é completamente diferente. Os cristãos pensam que Deus inventou e fabricou o universo — como um homem que faz um quadro ou compõe uma canção. Um pintor não é a pintura, e não morre se a pintura é destruída.

"A poderosa força que opera em toda a natureza, e sustém todas as coisas, não é, como fazem parecer alguns homens de ciência, unicamente um princípio que tudo penetra, uma energia atuadora. Deus é Espírito; é, todavia, um Ser pessoal; pois como tal se tem Ele revelado" (WHITE, 2001a, p. 412-413). A natureza não é, pois, o próprio Deus, mas sim uma expressão de seu poder e sabedoria infinitos.

APÊNDICE B: A TRADIÇÃO

A revelação histórica inclui de certa forma a tradição, ou seja, a transmissão de fatos passados de geração a geração de maneira oral e, algumas vezes, escrita. As evidências históricas demonstram que, muito antes de haver a Bíblia ou parte dela, já havia a tradição. Desse modo, Israel viveu sem o AT por muitos séculos. Também a igreja cristã viveu e cresceu, a princípio, sem o NT, o qual foi escrito anos depois da vida e ministério de Cristo (AUZOU, 1967, p. 24-26). Assim, a tradição serviu como revelação de Deus para seus filhos, quando não havia a Palavra escrita.

É geralmente aceito pelos teólogos cristãos, tanto católicos quanto protestantes que alguns fatos narrados nas Sagradas Escrituras não foram revelados, necessariamente, de modo sobrenatural àqueles que os escreveram. Podem tê-los recebido por tradição. É o que possivelmente ocorreu com relação aos relatos da Criação, do Dilúvio e da Torre de Babel. Uma probabilidade é a de que na época em que Moisés os registrou, houvesse outras tradições a respeito desses mesmos assuntos. No entanto, como autor inspirado, ele foi guiado por Deus na escolha das tradições corretas, e hoje, por constarem nas Sagradas Escrituras, elas fazem parte de sua revelação aos seres humanos. Assim, antes de serem registradas pelos autores sagrados como tradição, elas eram — como história — parte da revelação geral, contudo, atualmente, como parte da Bíblia, pertencem à revelação especial.

Também deve ser considerado que, em numerosos casos as tradições não se têm harmonizado com a realidade ocorrida, nem com a Bíblia. Quando isso acontece, elas não têm nenhum valor para o cristão (Mt 15:1-9).

APÊNDICE C: DEÍSMO

O deísmo surgiu na Inglaterra na segunda metade do século 17 e propagou-se durante o século 18, especialmente na França, tendo como principais defensores Voltaire, Rousseau e Robespierre e, mais tarde, Cousin, Jules Simon e Caro Saisset (BERTHÉLÉMY, [s.d.], p. 123).

O programa do deísmo está nitidamente formulado no título de uma obra de Kant: A religião nos limites da simples razão. Admite-se perfeitamente a necessidade que o homem tem de uma vida religiosa, mas as suas modalidades, os pormenores das crenças e das obrigações, derivam unicamente da inteligência. Rejeita-se tudo que a exceda, tudo o que ela não pode por si própria verificar e justificar. Nada de revelação, de mistérios, de dogmas inacessíveis à razão. Nada de milagres, nada de intervenções arbitrárias de Deus na natureza. Nada de ritos ou de Decálogo promulgado de qualquer Sinai. É toda a noção de sobrenatural, queremos dizer, de um mundo superior àquele a que a razão tem acesso que é proscrito. Só há religião natural. Daqui a rudeza dos ataques dirigidos pelos deístas, sobretudo por Voltaire, contra as religiões positivas, e, sobretudo, contra o cristianismo, religião sobrenatural por excelência (BERTHÉLÉMY, [s. d.], p. 123-124).

Contudo, o deísmo falha na resolução do problema de Deus e, por consequência, do homem. Eis algumas evidências:

1. Dificuldades do conhecimento de Deus

Sem a revelação sobrenatural, o homem não o conhecerá de maneira apropriada, nem ao seu propósito de salvar.

2. Insatisfação do sentimento religioso

O Deus do deísmo é um ser distante "longínquo, ausente, quase morto" — que dirige o mundo de muito longe e parece desinteressar-se dele. Deus deu, de uma vez para sempre, o impulso criador, e depois deixou correr, retirou-se para o seu Céu como um sátrapa oriental para o seu palácio. Não tem qualquer contato com os homens, não intervém em nenhuma crise da história, não fala qualquer língua, não se mostra de nenhuma maneira, nada permitindo supor que seja sensível à felicidade ou desgraça das suas criaturas. Esse Deus, com certeza, não poderá ser suspeito de antropomorfismo. Mas quem será capaz de adorar, orar, de o amar? Se existe, pôs um frio silêncio ao silêncio eterno da divindade [...] O que pelo contrário, a humanidade quer, é um Deus ao mesmo tempo onipotente e bom, muito afastado e muito próximo, que nos conheça pelo nome, se ocupe de nós em pormenor, seja para cada um em particular um refúgio, um sustentáculo, cujas cóleras são tantas vezes terríveis, mas que sabe também envolver os seus numa ternura tão quente. É sobretudo o Deus dos Evangelhos que nos ama e que nós amamos, que se compraz com os filhos dos homens, que estabeleceu o seu reino em meio de nós, cuja solicitude abrange toda a natureza, que alimenta as aves do céu, que veste os lírios do campo e do qual está escrito que não cairá um cabelo da nossa cabeça sem sua licença (Mt 10:30) (BERTHÉLÉMY, [s. d.], p. 127 e 128).

3. Má compreensão da relação entre Deus e o homem

Ter o sentido de Deus é ter o sentido do mistério que o envolve, suas inesgotáveis reservas "de majestade, de poder, de glória, de amor, de sabedoria, que sempre nos há de desconcertar". Contudo, no deísmo, a razão humana fixa os limites de Deus e as relações entre Deus e o homem são afrouxadas e invertidas.

Em lugar de submissão confiante e de um maravilhar-se que só convém na presença do Altíssimo, a criatura adota uma atitude orgulhosa e dominadora. Deus [...] é uma força ou uma ideia que se pretende ter à disposição. [...] Essa mentalidade é particularmente sensível nas célebres palavras de Voltaire: "Se Deus não existisse seria preciso inventá-lo" (BERTHÉLÉMY, [s. d.], p. 128-129).

4. Deslize para o ateísmo

O deísmo conduz normalmente ao ateísmo. Não passa de um escalão de passagem. "A diferença entre ateus e deístas é quase nula", confessa Bayle, quando se examinam as coisas com rigor. "Um deísta", escreve por sua vez Bonald, "é um homem que não teve tempo de se fazer ateu". Bossuet, com o seu bom senso, compreendeu perfeitamente quando declarou: "O deísmo não passa de ateísmo disfarçado." Suprimindo o mistério que envolve a Deus, os deístas fatalmente darão o passo seguinte, suprimindo o próprio Deus (BERTHÉLÉMY, [s. d.], p. 130-131).

APÊNDICE D: DECLARAÇÃO DE CHICAGO SOBRE A INERRÂNCIA DA BÍBLIA

Durante uma conferência internacional ocorrida em Chicago (nos EUA), no verão de 1978, eminentes teólogos e líderes cristãos, num esforço comum interdenominacional, prepararam uma declaração sobre a doutrina da inerrância bíblica como uma defesa contra os conceitos da Escritura de tendência liberal e neo-ortodoxa, e um esclarecimento do assunto, que até então não fora bem compreendido pelo mundo em geral. A declaração foi assinada por aproximadamente 300 renomados eruditos evangélicos, incluindo James Montgomery Boice, Norman L. Geisler, John Gerstner, Carl F. H. Henry, Kenneth Kantzer, Harold Lindsell, John Warwick Montgomery, Roger Nicole, J. I. Packer, Robert Preus, Earl Radmacher, Francis Schaeffer, R. C. Sproul e John Wenham. Ela é conhecida como "Declaração de Chicago sobre a Inerrância da Bíblia" e é composta de: 1) um documento resumido; 2) artigos de afirmação e negação; e, 3) uma explanação (BOICE, 1997, p. 183-184).

Segue uma seleção do conteúdo da declaração e os artigos de afirmação e negação.

Uma breve declaração

Tendo sido na sua totalidade e verbalmente dadas por Deus, as Escrituras não possuem erro ou falha no que ensinam, quer naquilo que afirmam a respeito dos atos de Deus na criação e dos acontecimentos da história mundial, quer na sua própria origem literária sob a direção de Deus, quer no testemunho que dão sobre a graça salvadora de Deus na vida das pessoas. O Espírito Santo, seu divino autor, as confirma através de seu testemunho interior e abre nossas mentes para compreender seu significado.

Artigos de afirmação e negação

Artigo	Afirmamos que as Sagradas Escrituras devem ser recebidas como a Palavra oficial de Deus.
	Negamos que a autoridade das Escrituras provenha da igreja, da tradição ou de qualquer outra fonte humana.
Artigo II	Afirmamos que as Sagradas Escrituras são a suprema norma escrita, pela qual Deus compele a consciência, e que a autoridade da igreja está subordinada à das Escrituras.
	Negamos que os credos, concílios ou declarações doutrinárias da igreja tenham uma autoridade igual ou maior do que a autoridade da Bíblia.
	Afirmamos que a Palavra escrita é, em sua totalidade, revelação dada por Deus.
Artigo III.	Negamos que a Bíblia seja um mero testemunho a respeito da revelação, ou que somente se torne revelação mediante encontro, ou que dependa das reações dos homens para ter validade.
	Afirmamos que Deus, responsável por fazer a humanidade à sua imagem, utilizou a linguagem como um meio de revelação.
Artigo IV.	Negamos que a linguagem humana seja limitada pela nossa condição de criaturas, a tal ponto que se apresente imprópria como veículo de revelação divina. Negamos ainda mais que a corrupção, através do pecado, da cultura e linguagem humana tenha impedido a obra divina de inspiração.
Artigo V.	Afirmamos que a revelação de Deus dentro das Sagradas Escrituras foi progressiva.
	Negamos que revelações posteriores, que podem completar revelações mais antigas, tenham alguma vez corrigido ou contradito tais revelações. Negamos ainda mais que qualquer revelação normativa tenha sido dada desde o término dos escritos do NT. [A aceitação desta última negação parece implicar na rejeição do dom de profecia na igreja cristã após a era apostólica. — Nota do autor.]
Artigo VI.	Afirmamos que a totalidade das Escrituras e todas as suas partes, chegando às próprias palavras do original, foram dadas por inspiração divina.

	Negamos que se possa corretamente falar de inspiração das Escrituras, alcançando-se o todo, mas não as partes; ou algumas partes, mas não o todo.
Artigo VII.	Afirmamos que a inspiração foi a obra em que Deus, por seu Espírito, através de escritores humanos, nos deu sua Palavra. A origem das Escrituras é divina. O modo como se deu a inspiração permanece em grande parte um mistério para nós.
	Negamos que se possa reduzir a inspiração à capacidade intuitiva do homem, ou a qualquer tipo de níveis superiores de consciência.
Artigo VIII.	Afirmamos que Deus, em sua obra de inspiração, empregou as diferentes personalidades e estilos literários dos escritores que Ele escolheu e preparou.
	Negamos que, ao fazer esses escritores usar as próprias palavras que escolheu, Deus tenha passado por cima de suas personalidades.
Artigo IX.	Afirmamos que, embora não outorgando onisciência, a inspiração garantiu uma expressão verdadeira e fidedigna em todas as questões sobre as quais os autores bíblicos foram levados a falar e a escrever.
	Negamos que a finitude ou a condição caída desses escritores tenha, direta ou indiretamente, introduzido distorção ou falsidade na Palavra de Deus.
Artigo X.	Afirmamos que, estritamente falando, a inspiração diz respeito somente ao texto autográfico das Escrituras, o qual, pela providência de Deus, pode-se determinar com grande exatidão a partir de manuscritos disponíveis. Afirmamos, ainda mais, que as cópias e traduções das Escrituras são a Palavra de Deus, na medida em que fielmente representam o original.
	Negamos que qualquer aspecto essencial da fé cristã seja afetado pela falta dos autógrafos. Negamos ainda mais que essa falta torne inválida ou irrelevante a afirmação da inerrância da Bíblia.
Artigo XI.	Afirmamos que, tendo sido dadas por inspiração divina, as Escrituras são infalíveis, de modo que, longe de nos desorientar, são verdadeiras e confiáveis em todas as questões de que tratam.

	Negamos que seja possível a Bíblia ser ao mesmo tempo infalível e errônea em suas afirmações. Infalibilidade e inerrância podem ser distinguidas, mas não separadas.
Artigo XII.	Afirmamos que, em sua totalidade, as Escrituras são inerrantes, estando isentas de toda falsidade, fraude ou engano.
	Negamos que a infalibilidade e a inerrância da Bíblia estejam limitadas a assuntos espirituais, religiosos ou redentores, não alcançando afirmações de natureza histórica e científica. Negamos ainda mais que hipóteses científicas acerca da história da Terra possam ser corretamente empregadas para desmentir o ensino das Escrituras sobre a criação e o dilúvio.
Artigo XIII.	Afirmamos a propriedade do uso de inerrância como um termo teológico referente à total veracidade das Escrituras.
	Negamos que seja correto avaliar as Escrituras de acordo com padrões de verdade e erro estranhos ao uso ou propósito da Bíblia. Negamos ainda mais que a inerrância seja contestada por fenômenos bíblicos, tais como uma falta de precisão técnica contemporânea, irregularidades de gramática ou ortografia, descrições da natureza feitas com base em observação, referência a falsidades, uso de hipérbole e números arredondados, disposição tópica do material, diferentes seleções de material em relatos paralelos ou uso de citações livres.
Artigo XIV.	Afirmamos a unidade e a coerência interna das Escrituras.
	Negamos que alegados erros e discrepâncias que ainda não tenham sido solucionados invalidem as declarações da Bíblia quanto à verdade.
Artigo XV.	Afirmamos que a doutrina da inerrância está alicerçada no ensino da Bíblia acerca da inspiração.
	Negamos que o ensino de Jesus acerca das Escrituras possa ser desconsiderado sob o argumento de adaptação ou de qualquer limitação natural decorrente de sua humanidade.
Artigo XVI.	Afirmamos que a doutrina da inerrância tem sido parte integrante da fé da igreja ao longo de sua história.

	Negamos que a inerrância seja uma doutrina inventada pelo protestantismo escolástico ou que seja uma posição defendida como reação contra a alta crítica negativa.
Artigo XVII. Artigo XVIII.	Afirmamos que o Espírito Santo dá testemunho acerca das Escrituras, assegurando aos crentes a veracidade da Palavra de Deus escrita.
	Negamos que esse testemunho do Espírito Santo opere isoladamente das Escrituras ou em oposição a elas.
	Afirmamos que o texto das Escrituras deve ser interpretado mediante exegese histórico-gramatical, levando em conta suas formas e recursos literários, e que as Escrituras devem interpretar as Escrituras.
	Negamos a legitimidade de qualquer abordagem do texto ou de busca de fontes por trás do texto que conduzam a um revigoramento, desistorização ou minimização de seu ensino, ou a uma rejeição de suas afirmações quanto à autoria.
Artigo XIX.	Afirmamos que uma confissão de autoridade, infalibilidade e inerrância plenas das Escrituras é vital para uma correta compreensão da totalidade da fé cristã. Afirmamos ainda mais que tal confissão deve conduzir a uma conformidade cada vez maior à imagem de Cristo.
	Negamos que tal confissão seja necessária para a salvação. Contudo, negamos ainda mais que se possa rejeitar a inerrância sem graves consequências, quer para o indivíduo quer para a igreja.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, P. História do texto bíblico. São Paulo: SALT, 1985.

APRESENTAÇÃO da Edição Revista e Atualizada no Brasil. In: **Bíblia de estudo Vida.** São Paulo: Vida, 1999.

APRESENTAÇÃO. In: **Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Paulinas, 1981.

ARCHER, G. O testemunho da Bíblia à sua própria inerrância. In: BOICE, J. M. (Ed.). **O alicerce da autoridade bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 1989.

ARCHER, G. Enciclopédia de dificuldades bíblicas. São Paulo: Vida, 1997.

AUZOU, G. A Palavra de Deus. São Paulo: Duas cidades, 1967.

BARRERA, J. T. A Bíblia judaica e a Bíblia cristã. Petrópolis: Vozes, 1995.

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BEAUREGARD, M.; O'LEARY, D. **O cérebro espiritual**. Rio de Janeiro: BestSeller. 2010.

BERTHÉLÉMY, J. **Visão cristã do homem e do universo**. Lisboa: Sampedro, [s.d.].

BOICE, J. M. O alicerce da autoridade bíblica. São Paulo: Vida Nova, 1997.

BROWN, C. (Ed.). Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1982.

CANALE, F. **O** princípio cognitivo da teologia cristã: um estudo hermenêutico sobre revelação e inspiração. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2011.

CARTER, M. **Por causa de uma Bíblia**. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1976.

CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. (Eds.). Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia. São Paulo: Candeia, 1995.

COMFORT, P. W. A origem da Bíblia. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

CONNER, W. T. **La revelación y Dios**. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, s/d.

CRABTREE, A. R. **Arqueologia bíblica**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1958.

DEDEREN, R. **A Symposium on Biblical Hermeneutics**. Washington: Review and Herald, 1974.

DEDEREN, R. **Revelação e inspiração**: uma perspectiva Adventista do sétimo dia. Brasília: Divisão Sul Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia, 1979.

DOUGLAS, J. D. O novo dicionário da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1983.

EAGLEMAN, D. **Incógnito**: as vidas secretas do cérebro. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britânnica, 1964.

ENCICLOPÉDIA Brasileira Mérito. São Paulo: Mérito, 1967.

ENCICLOPÉDIA de la Bíblia. Barcelona: Garriga, 1963.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia social da religião**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

GERSTNER, J. H. A doutrina da Igreja sobre a inspiração da Bíblia. In: BOICE, J. M. **O alicerce da autoridade bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 1989.

GIRALDI, L. A. **História da Bíblia no Brasil**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GIRALDI, L. A. . Lançamento da NTLH é sucesso de norte a sul. **A Bíblia no Brasil**, n. 191, abril a junho de 2001.

GOMES, P. G. Deus rompeu o silêncio! São Paulo: Paulinas, 1980.

GONZALEZ, J. L. **E até aos confins da terra**: uma história ilustrada do cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 1980-1996.

GRAHAM, B. Como nascer de novo. Belo Horizonte: Betânia, 1977.

HARRINGTON, W. J. Chave para a Bíblia. São Paulo: Paulinas, 1985.

HARRIS, R. L. (Org.). Dicionário internacional de teologia do Antigo

Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HEPPENSTALL, E. **Em contato com Deus**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1976.

HERMENÊUTICA. In: CHAMPLIN, R. N. (Ed.). Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia. São Paulo: Hagnos, 1995.

JOHNSON, P. E. **Psicologia da religião**. São Paulo: Aste, 1964.

KONINGS, J. A leitura da Bíblia. In: CUNHA, O. M. (Ed.). **Estudos bíblicos**: métodos para ler a Bíblia. Petrópolis: Vozes e São Leopoldo: Sinodal, 1991.

KONINGS, J. A "Bíblia - Tradução Ecumênica" e o diálogo cristão-judaico. **Revista de Cultura Teológica**, n. 13, p. 122-125, 1995.

LASZIO, M. Conversas gravadas numa folha de bananeira. **Informativo mundial da escola sabatina**. 30 abr. 07 mai. 1988.

LÉON-DUFOUR, X. **Vocabulário de teologia bíblica**. Barcelona: Herder, 1967.

LEWIS, C. S. A razão do cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 1964.

MAGALHÃES, A. (Ed.). **Enciclopédia brasileira globo**. Porto Alegre: Globo, 1971.

MANUAL bíblico SBB. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

MAXWELL, C. M. **História do adventismo**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1982.

MEIN, J. A Bíblia: e como chegou até nós. Rio de Janeiro: JUERP,1976.

METZGER, B. M. **A Textual on the Greek New Testament**. New York: United Bible Societies, 1994.

MILLER, S. M.; HUBER, R. V. **A Bíblia e sua história**: o surgimento e impacto da Bíblia. Barueri: SBB, 2006.

MOON, I. A. **Por acaso ou preconcebido**. Whittier: Moody Institute of Science, 1967.

MORAIS, F. Bíblia: um livro que faz e tem história. Barueri: Sociedade

Bíblica do Brasil, 2003.

NICHOLS, F. D. (Ed.). **Seventh-Day Adventist Bible Commentary**. Washington: Review and herald, 1953-1957.

OBSERVAÇÕES. In: **Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Paulinas, 1981.

PIAZZA, V. O. **Introdução à fenomenologia religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PREFÁCIO à segunda edição da ARA. In: **Bíblia de estudo Vida.** São Paulo: Vida, 1999.

PREFÁCIO. In: **A Bíblia Sagrada**: tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

PREFÁCIO. In: **Bíblia do Ministro**: edição contemporânea de Almeida. São Paulo: Vida, 1996.

PREFÁCIO. In: **Bíblia Sagrada**: nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

PREFÁCIO. In: **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional. São Paulo: Vida, 2000.

RITTENHOUSE, F. **Os caminhos de Deus**. Santo André: Casa publicadora Brasileira, 1984.

ROBINSON, H.W. A pregação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 1990.

SCHAEFFER, F. A morte da razão. São Paulo: Fiel, 1974.

SCHAEFFER, F. Deus dá ao seu povo uma segunda oportunidade. In: BOICE, J. M. **O alicerce da autoridade bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 1989.

SCHOLZ, V. Uma palavra explicativa sobre o projeto de revisão da Almeida Revista e Atualizada. Documento datado de 6 abr. de 2015.

SCHOLZ, V. **Princípios de interpretação bíblica**: introdução à hermenêutica com ênfase em gêneros literários. Canoas: Ulbra, 2006.

SILVA, O. J. Pontos de vista. **Seleções**. p. 27, fev. 1999.

SPROUL, R. C. Sola scriptura: crucial ao evangelicalismo. In: BOICE, J. M. O alicerce da autoridade bíblica. São Paulo: Vida Nova, 1989.

STRONG, A. H. **Teologia sistemática**. São Paulo: Teológica, 2002. v. 1.

TRESMONTANT, C. O Problema da revelação. São Paulo: Paulinas, 1972.

VIRKLER, H. A. Hermenêutica. Miami: Vida, 1987.

WHITE, A. L. **Ellen G. White**: mensageira da igreja remanescente. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1959.

WHITE, E. G. **Caminho a Cristo**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2001c.

WHITE, E. G. Educação. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2001b.

WHITE, E. G. **Fundamentos da educação cristã**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1975.

WHITE, E. G. **Mensagens escolhidas**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1966.

WHITE, E. G. A ciência do bom viver. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2001a.

ZUCK, R. B. A interpretação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 1999.

UNASPRESS

Conheça nosso site

Table of Contents

- 1. SUMÁRIO
 - 1. Dedicatória
- 2. <u>.Introdução</u>
- 3. Revelação
 - 1. Elementos da revelação
 - 2. Características da revelação
- 4. Revelação geral
 - 1. A natureza
 - 2. A consciência
 - 3. A história
- 5. Revelação especial
 - 1. Bíblia
 - 2. Jesus Cristo
 - 3. Milagres
 - 4. Revelações feitas pelos verdadeiros milagres
 - 5. Outros meios
- 6. Inspiração
 - 1. <u>Teorias sobre a inspiração</u>
 - 2. Elementos da inspiração
- 7. <u>Iluminação</u>
 - 1. Ferramentas para a compreensão da Bíblia
 - 2. <u>Diretrizes para a correta interpretação da Bíblia</u>
 - 3. Métodos de estudo da Bíblia
- 8. Origem da escrita
 - 1. Hieróglifos
 - 2. Cuneiformes
 - 3. Alfabeto
- 9. Os escritos antigos
 - 1. Materiais usados para escrever
 - 2. Formato dos livros
 - 3. Pontuação
 - 4. Divisão da Bíblia em capítulos e versículos
- 10. As línguas originais da Bíblia

- 1. Hebraico
- 2. Aramaico
- 3. <u>Grego</u>
- 11. A transmissão do texto bíblico
 - 1. Bíblia
 - 2. Autógrafos
 - 3. Massoretas
 - 4. Variantes
 - 5. Manuscritos do Mar Morto
- 12. A formação do cânon
 - 1. <u>Cânon do Antigo Testamento</u>
 - 2. Cânon do Novo Testamento
 - 3. Livros perdidos
- 13. Livros não canônicos
 - 1. Livros apócrifos
 - 2. <u>Livros pseudepígrafos</u>
 - 3. Talmude
- 14. A tradução da Bíblia
 - 1. Problemas de tradução
 - 2. Traduções antigas
 - 3. <u>Traduções modernas</u>
- 15. A divulgação da Bíblia
 - 1. <u>Imprensa</u>
 - 2. Sociedades bíblicas
 - 3. Gideões internacionais
- 16. A crítica da Bíblia
 - 1. Crítica textual
 - 2. Crítica literária
 - 3. Crítica histórica
- 17. Livros da Bíblia
 - 1. Antigo Testamento
 - 2. Novo Testamento
- 18. Considerações finais
- 19. Apêndice A: Panteísmo
- 20. Apêndice B: A tradição
- 21. Apêndice C: Deísmo
- 22. Apêndice D: Declaração de Chicago sobre a inerrância da Bíblia

- Uma breve declaração
 Artigos de afirmação e negação
- 23. <u>Referências</u>
- 24. <u>.</u>